

Semanário

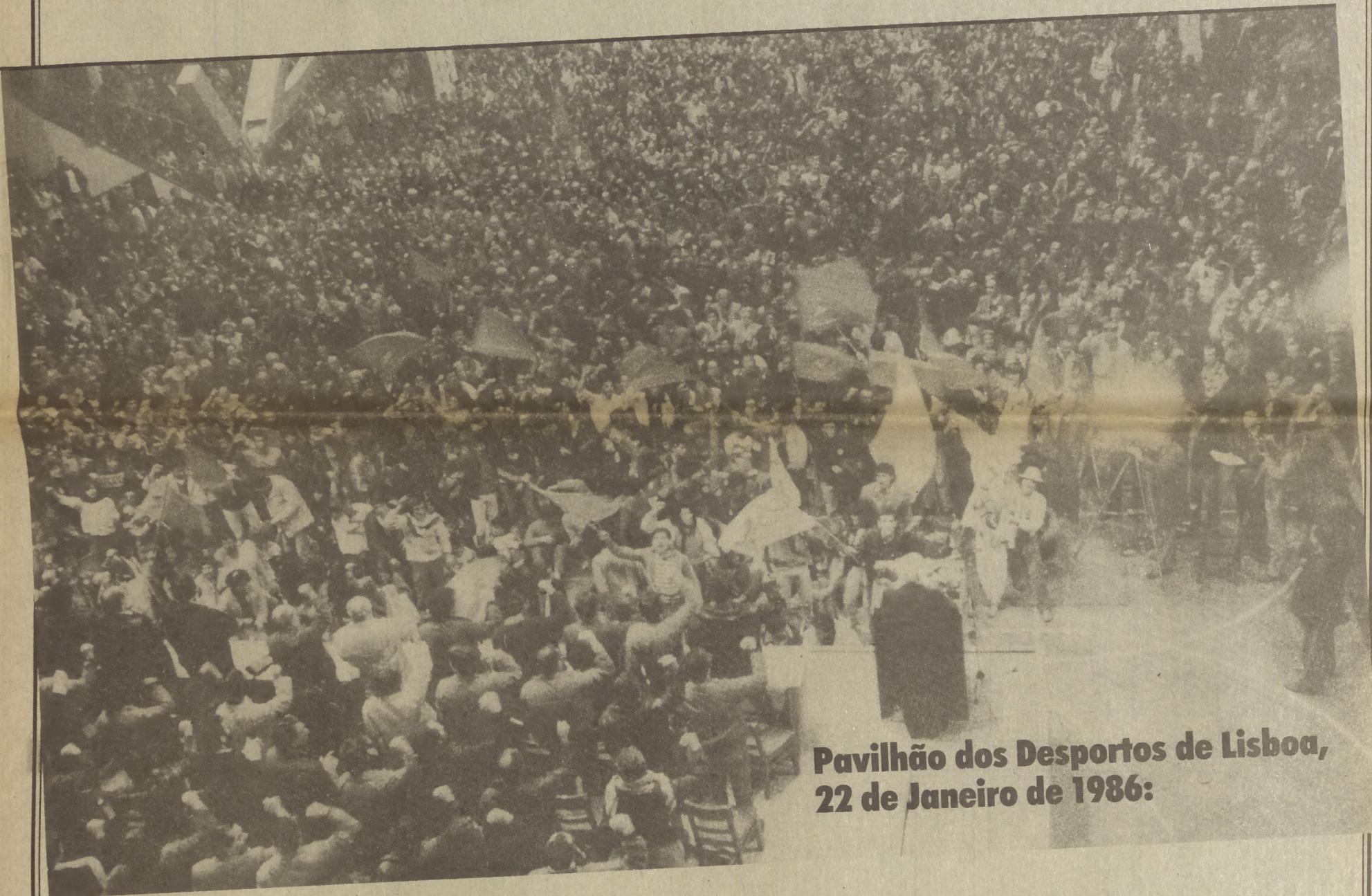
Director:
António Dias Lourenço

Ano 53 - Série VII - N.º 630
24 de Janeiro de 1986
Preço: 40\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e Impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

PARA DERROTAR A DIREITA

votar Zenha



Pavilhão dos Desportos de Lisboa,
22 de Janeiro de 1986:

**unidade dos democratas
para a vitória da democracia**

Nova proposta da URSS: liquidação das armas nucleares
até ao ano 2000

Nota do Secretariado do Comité Central do PCP • Pág. 16/Semana

Editorial

Avante!

Ano 53 - Série VII
N.º 630
24 de Janeiro de 1986
1.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente

Convergir no voto para a vitória da democracia!

Nenhum patriota, nenhum democrata português cujo coração vibrou com a histórica conquista da liberdade em Abril de 74, pode ficar indiferente à enorme responsabilidade política do voto de domingo para a eleição de um novo Presidente da República.

É uma responsabilidade que é imperioso assumir com decisão.

O que vai estar em jogo no próximo domingo não é um simples «render da guarda» entre cidadãos no mais alto cargo da hierarquia do Estado mas algo de transcendente e decisivo para os destinos imediatos de Portugal democrático.

De facto, o que vai estar em jogo no acto cívico de 26 de Janeiro é nem mais nem menos o próprio regime democrático tal como o sonharam e amassaram nos duros trilhões da liberdade os que por ela resistiram e por ela combateram na longa noite fascista de quase meio século.

O que vai decidir-se no domingo é, sem subterfúgos, a continuação e o pleno desabrochar das radiosas manhãs de Abril ou, em alternativa, no oposto, a entrada numa acidentada curva da democracia e da liberdade tão arduamente conquistadas pelo heróico Movimento dos Capitães em estreita comunhão com o seu povo, que pode ser o início de uma perigosa «travessia do deserto» de imponderáveis consequências para a democracia a curto e a médio prazos.

Nestes derradeiros dias uma considerável massa de portugueses adquiriram consciência dos graves perigos que ameaçam o regime democrático e se capacitam do objectivo central que se coloca a todos os democratas e patriotas nas eleições de domingo.

É um caudal que engrossa cada dia que passa mas que é imprescindível ainda engrossar decisivamente até ao depositar do voto nas urnas.

É porém, notório que a um certo número de portugueses democratas, entre eles alguns destacados elementos da nossa intelectualidade progressista, escapa a visão objectiva dos perigos reais que ameaçam a democracia e em alguns casos falha talvez a modéstia superior de reconhecer um erro de apreciação e de uma opção deslocada que podem ajudar a corporizar um perigo mortal contra o bem mais precioso que o nosso povo conquistou em Abril de 74 — a liberdade política. É um erro que é de extrema importância rectificar a tempo.

Situar na direita as candidaturas de Freitas do Amaral e de Mário Soares é uma caracterização de comprovada justeza que já hoje não sofre grandes contestações no seio do movimento popular e democrático,

mesmo relativamente à candidatura de Soares. Destes dois um é pior do que o outro e vice-versa.

Derrotá-los nas eleições de domingo é um indeclinável dever de todos os democratas e um objectivo central do povo português nesta decisiva batalha pela continuação de Abril, complementado necessariamente com a eleição de um candidato da democracia à Presidência da República.

É o candidato da democracia, indubitavelmente Salgado Zenha, o que à partida reúne as condições basilares para obter na primeira volta os votos necessários para disputar a segunda e nesta bater o candidato da direita — é na candidatura de Zenha, dizíamos, que é imperioso fazer convergir na eleição de domingo os apoios e os votos de todos os democratas e patriotas.

Esta é, sem dúvida, a questão-chave que a democracia portuguesa enfrenta no momento actual e terá vitalmente de resolver de uma forma ou de outra nos dois dias que faltam para a eleição do Presidente da República.

É nela que imbrica a preocupante e estranha questão da candidatura de Lourdes Pintasilgo.

Porquê preocupante, porquê estranha?

É um fenómeno visível nos últimos dias que um sem-número de simpatizantes e apoiantes de Lourdes Pintasilgo tem vindo a engrossar a base de apoio da candidatura de Salgado Zenha. Tudo mostra que esta necessária transferência irá acentuar-se até ao derradeiro momento da votação e é indispensável que se acentue.

O facto preocupante é a incompreensão do carácter decisivo das eleições de domingo, ainda prevalente em certos sectores democráticos, e da importância da convergência e mesmo da unidade de um conjunto significativo de democratas, não só para derrotar a direita nestas eleições como para continuar Abril e impor um novo rumo à política portuguesa. Libertar Portugal da crise económica, financeira e social; abrir ao nosso povo e ao nosso país a via do bem-estar, do desenvolvimento, da independência nacional, é uma tarefa patriótica que exige desde já a redução das divergências secundárias, de fundo sentimental e subjectivo, entre democratas e patriotas e o estreitamento dos laços em torno das questões fundamentais que ao longo de difíceis anos se foram criando e fortalecendo no campo dos defensores de Abril.

O factor de estranheza reside na insistência e na cegueira de se manter uma candidatura à partida derrotada, susceptível de conduzir a uma grave derrota da democracia portuguesa e de não se ser capaz de encarar de frente as consequências de uma tal posição.

Temos sustentando que a candidatura da engenheira Lourdes Pintasilgo se situa na área democrática, temos

repellido a questão do mérito ou da falta de mérito relativos dos candidatos como fundamento da nossa posição de apoio a Salgado Zenha e de não apoio a Lourdes Pintasilgo.

Também temos procurado até agora não empolar como argumentos das nossas opções de voto as posições e declarações abertamente anticomunistas, de hostilidade e até calúnia contra o PCP, da parte de dirigentes destacados da senhora engenheira Pintasilgo e mesmo dela própria. A intenção de calar a voz do PCP e, incluso, a tentativa de colocar o candidato do PCP, o nosso camarada Ângelo Veloso, numa contravenção jurídica que poderia levá-lo à prisão de 2 a 8 anos, é um monumental e vergonhoso indicio de desrespeito pelos direitos e liberdades dos cidadãos e da legalidade democrática.

Temo-nos, pelo contrário, silenciado legítimas reacções de repúdio dessas hostilidades, calúnias e posições e fixado sempre no critério dos consensos e dos apoios que um e outro candidato democrático dispõem como decisivos para um resultado vitorioso da importante batalha política de domingo.

É na avaliação dos consensos e dos apoios em Salgado Zenha e do que se propõe fazer se for eleito Presidente da República que o indicamos ao voto dos portugueses.

Mas os comunistas, os amigos e os aliados do PCP e de uma forma geral os democratas que convergem connosco em questões essenciais da política e da situação nacional não podem deixar de sopesar na devida conta as posições e declarações abertamente hostis e caluniosas de alguns círculos apoiantes da candidatura de Lourdes Pintasilgo contra o PCP, que o transcendem e atingem no sentido mais geral a própria democracia, de Interrogar-se sobre os móveis de tais atitudes e daí tirarem as necessárias conclusões para uma correcta opção de voto nas eleições de domingo.

Saber sofrer ambições pessoais e preconceitos de prestígio, absolutamente irrelevantes, e ter a coragem de emendar um mau passo de incalculáveis consequências para o regime democrático não é desprestigante para um democrata, é, antes, uma atitude altamente dignificante e ainda mais em momentos cruciais como os que vivemos.

Se e a principal cidadã de quem isso depende não toma essa dignificante atitude, é então necessário que os democratas e portugueses que até agora a apoiaram e tenham desta questão uma visão correcta rectifiquem a sua opção de voto e contribuam com a sua atitude coerente para diminuir os riscos de uma derrota da de-

mocracia e para aumentar as possibilidades reais de uma decisiva vitória democrática que têm ao seu alcance.

À derrota da direita, servida pelas candidaturas de Freitas do Amaral e de Mário Soares, devem imperiosamente subordinar-se todos os factores e considerações de ordem secundária.

Freitas do Amaral tem percorrido o País com o seu «comício ambulante», de centenas de carros em cortejo para «televisão ver», e por esse meio tentar convencer os portugueses de que dispõe dos votos necessários para se apossar «logo à 1.ª volta» — diz ele — da chefia do Estado.

É uma grosseira mistificação que a TV, de novo — e agora indirectamente — manipulada por Prouença de Carvalho, procura levar aos quatro cantos do País.

Mário Soares, com menos alguns carros no cortejo, segue-lhe as pisadas. Um e outro, com o seu estilo próprio, recorrem às provocações mais cavilosas contra as forças democráticas, contra o candidato Salgado Zenha e com particular insidiosa contra o PCP.

Freitas manda guarnecer previamente a rua central de Alpiarça com um forte contingente da GNR à sua passagem com o secreto objectivo de vir dizer depois que a população alpiarcense o queria mimosear com violências.

Até ao «lavar dos cestos», até ao dia da eleição, a direita e os seus candidatos tentarão provocar a ira dos cidadãos e desestabilizar e perturbar o clima eleitoral. A vigilância popular deve estar desperta até ao último minuto.

O candidato do PCP já anunciou e formalizou a sua desistência aconselhando o voto em Salgado Zenha.

Ângelo Veloso foi, na difícil tarefa de que o incumbiu o seu Partido, um exemplo de dignidade moral e política.

O voto de domingo em Salgado Zenha beneficia certamente da exemplar conduta do candidato do PCP.

Que cada português, cada democrata, cada patriota, cada mulher, cada homem, cada jovem eleitor tenha a consciência de que no seu voto repousa uma parcela de garantia da defesa e consolidação do regime democrático, da liberdade, da continuação do Portugal de Abril.

Sem preconceitos, sem reservas mentais, sem outro objectivo que não seja o da vitória sobre a direita restauracionista, o PCP aconselha e proclama:

Amigo, democrata, patriota, camarada: em 26 de Janeiro, pela vitória da democracia, vota Salgado Zenha!

Resumo

15
Quarta-feira

A candidatura de Pintasilgo secunda a de Freitas e pede ao Tribunal Constitucional a «imediate suspensão» do direito de campanha de Ângelo Veloso. Esta candidatura vai mais longe do que a de Freitas e pede uma pena de dois a oito anos de prisão para o candidato comunista. A candidatura de Mário Soares apresenta requerimento à CNE para que «intime e impeça» a candidatura de Veloso de utilizar os seus tempos de antena. Em resposta a esta manobra concertada, a candidatura de Ângelo Veloso afirma que estas iniciativas não «não têm o mínimo fundamento legal». A União dos Sindicatos do Porto afirma que «os trabalhadores e o povo português terão de votar, logo na primeira volta, no candidato democrático capaz de derrotar os dois candidatos de direita». A CGTP-IN apresenta queixa no Conselho de Comunicação Social contra a RTP. Entre 1980 e 1985 a dívida externa cresceu 90,2 por cento, segundo estimativas do Banco de Portugal. O Sindicato dos Metalúrgicos do Porto pede a Pintasilgo que desista. Em conferência de imprensa, o Sindicato dos Médicos da Zona Sul anuncia que os políclínicos farão greve na primeira semana de Fevereiro. Estudantes de Letras de todo o País estão em greve. Pedro Pires é eleito primeiro-ministro de Cabo Verde. O presidente do Yemem Democrático lança pela rádio e pela televisão um apelo à calma. Forças patrióticas libanesas lançam uma ofensiva contra as milícias fascistas. Os Estados Unidos e a União Soviética retomam as conversações de Genebra. Mikhail Gorbachev apresenta um plano global para acabar com as armas nucleares em quinze anos.

18
Sábado

É anunciada a decisão do Tribunal Constitucional: por unanimidade, este órgão derrota a manobra de Freitas, Soares e Pintasilgo. A democracia saiu uma vez mais vencedora. Casa cheia e muito entusiasmo no comício de Zenha na capital nortenha. Inicia-se o terceiro congresso da Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos. Numa primeira reacção à decisão do Tribunal Constitucional, Ângelo Veloso afirma que caiu por terra uma «monstruosidade». O plano soviético de desarmamento continua a receber o apoio generalizado em todo o mundo. No Yemem Democrático sucedem-se os apelos à unidade e ao cessar-fogo. A União Soviética e o Japão trocam convites para uma reunião cívica entre os dirigentes dos dois países. O ANC pede aos países produtores de petróleo para decretarem um bloqueio à África do Sul. No Lesotho é dominado um levantamento militar.

16
Quinta-feira

O Movimento Ecologista Português — Partido «Os Verdes» apela ao voto de todos os democratas em Salgado Zenha. Em debate com independentes no Espaço Alvalade, Álvaro Cunhal salienta que os democratas devem votar Zenha logo à primeira volta. Sindicalistas do Porto consideram que a desistência de Pintasilgo será um importante contributo para a defesa da democracia. Salgado Zenha é recebido entusiasticamente no norte do País. A Câmara Municipal de Loures distribui os pelouros e delega competências. As propostas anunciadas por Mikhail Gorbachev são acolhidas favoravelmente um pouco por todo o mundo. Esta proposta prevê a extinção em três fases do arsenal nuclear do globo. Continua confusa a situação no Yemem Democrático. Os presidentes dos países da América Central apelam ao diálogo na região.

17
Sexta-feira

Estudantes de Medicina do Porto apuam o primeiro-ministro Cavaco Silva. A candidatura de Ângelo Veloso acusa o Conselho da Comunicação Social de colaborar «com uma operação antidemocrática» com o intuito de silenciar a voz do PCP. Salgado Zenha continua a ser entusiasticamente recebido, quer em Campanhã, quer nos estaleiros de Viana do Castelo. No Porto, Vasco Gonçalves preconiza a unidade dos democratas agora e depois das eleições. Ângelo Veloso

afirma que a necessidade de unir os votos em Salgado Zenha está a ser compreendida pelos democratas. Em Braga, Zenha afirma sentir que vai ser eleito Presidente da República. Eanes saúda Aristides Pereira pela sua reeleição. MDM apresenta aos órgãos de poder sete reivindicações em defesa das mulheres. Segundo um estudo do Instituto Damião de Góis a fome e a miséria são a primeira causa da prostituição em Portugal. A Confederação Nacional da Agricultura reclama o escoamento do vinho a preços compensadores. A administração Reagan mostra-se disposta a reforçar o apoio militar a bandos terroristas. O ministro soviético dos Negócios Estrangeiros afirma, em Tóquio, que a URSS está disposta a reduzir os seus arsenais nucleares na Ásia. A Espanha e Israel estabelecem relações diplomáticas.

18
Sábado

É anunciada a decisão do Tribunal Constitucional: por unanimidade, este órgão derrota a manobra de Freitas, Soares e Pintasilgo. A democracia saiu uma vez mais vencedora. Casa cheia e muito entusiasmo no comício de Zenha na capital nortenha. Inicia-se o terceiro congresso da Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos. Numa primeira reacção à decisão do Tribunal Constitucional, Ângelo Veloso afirma que caiu por terra uma «monstruosidade». O plano soviético de desarmamento continua a receber o apoio generalizado em todo o mundo. No Yemem Democrático sucedem-se os apelos à unidade e ao cessar-fogo. A União Soviética e o Japão trocam convites para uma reunião cívica entre os dirigentes dos dois países. O ANC pede aos países produtores de petróleo para decretarem um bloqueio à África do Sul. No Lesotho é dominado um levantamento militar.

19
Domingo

A Federação dos Agricultores do Distrito de Santarém alerta a opinião pública e as entidades competentes para os perigos que a eucaliptização discriminada acarreta para as populações. Campanha de Salgado Zenha continua em clima de festa. Em comício no Porto, Álvaro Cunhal afirma que os votos em Pintasilgo não contribuirão para a vitória da democracia. Termina em Lisboa o terceiro congresso da Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos. O Presidente da República defende o plano de regadio da Cova da Beira. Acidente aéreo na Guatemala provoca 91 mortos. O Soviete Supremo da URSS lança apelo ao Congresso dos Estados Unidos para que trabalhe a favor do desarmamento nuclear total e da desmilitarização do Espaço. O alcaide de Madrid, Tierno Galvan, morre vitimado por um cancro.

20
Segunda-feira

Em entrevista com a imprensa estrangeira credenciada em Portugal, Eanes reafirma o seu apoio a Salgado Zenha: «com uma experiência de dez anos na função presidencial e conhecendo quais as imposições do exercício da mesma, é minha obrigação, perante o povo português, dizer qual é o homem que me parece mais capaz para exercer essa função no mo-

mento actual». Manuela Eanes anuncia que Ramalho Eanes já gravou uma intervenção para o tempo de antena de Salgado Zenha. No Barreiro, Álvaro Cunhal sublinha que a vitória do candidato democrático cria condições para a formação de um novo governo. Em conferência de imprensa, Ângelo Veloso afirma que o Tribunal Constitucional inviabilizou «monstruosa operação política e jurídica». A União dos Sindicatos de Santarém alerta para o facto de nestas eleições não podermos articular com simpatias ou estar com hesitações. A Câmara Municipal de Sesimbra, na sua primeira reunião, decide atribuir pelouros a todos os vereadores eleitos. Centenas de estudantes de Medicina protestam nas ruas do Porto contra a portaria elaborada pelo Ministério da Saúde. Na Câmara Municipal de Lisboa, o PS vota a atribuição de poderes excepcionais a Abecasis. Na Figueira da Foz, Vasco Gonçalves afirma que Zenha é o candidato melhor para derrotar a direita. Golpe de Estado no Lesotho põe no poder o chefe das forças armadas. Os racistas sul-africanos vêem com bons olhos este acontecimento.

21
Terça-feira

Força da GNR, constituída por cerca de cem homens, ocupa Alpiarça antes da passagem de Freitas do Amaral. Em carta enviada ao governador civil, o presidente da Câmara pergunta se «será isto uma amostra, em primeira mão, do que aconteceria se este candidato viesse a vencer as eleições?». Em conferência de imprensa, o ZAP denuncia verdadeiro escândalo de manipulação de informação. Em conferência de imprensa dada no Porto, Ângelo Veloso salienta que há razões para acrescida confiança na vitória do candidato da democracia. O PCP alerta, em comunicado, todos os democratas para o perigo de a direita criar um clima de tensão no final da campanha eleitoral. Numa reunião de estruturas representativas dos médicos políclínicos é decidido o endurecimento da luta que os opõe ao Ministério da Saúde. Em conferência de imprensa, a CGTP-IN alerta para as consequências sociais que o pacote laboral do governo criaria. Os trabalhadores da Carris decidem, em plenário, uma greve de 24 horas na próxima quarta-feira. O ministro soviético dos Negócios Estrangeiros reúne-se com o presidente da República Popular e Democrática da Coreia.

22
Quarta-feira

A vitória democrática está ao alcance do povo português — sublinha A. Cunhal no Pavilhão dos Desportos em Lisboa. O candidato Salgado Zenha é calorosamente acolhido na Margem Sul do Tejo. Os cortes nos subsídios de apoio social escolar motivam concentrações de luta e protesto junto ao Ministério da Educação por parte de representantes de associações de ensino especial e estudantes de Beja. Em jogo de preparação com vista ao Mundial realizado em Leiria, Portugal empata a uma bola com a Finlândia. França e RFA reafirmam a não imposição de quaisquer sanções económicas à Líbia, como pretendem os EUA. Governo da Bolívia pede a demissão. A Marcha pela Paz na América Central chega à cidade do México. Os combates na capital do Yemem do Norte diminuem a sua intensidade. A URSS está disposta a aniquilar os seus mísseis na Ásia soviética se os EUA e a Nato aceitarem o plano de desarmamento nuclear proposto por M. Gorbachev.

Avante!

Profissionais de todos os países UNI-VÓS

O jornal
dos trabalhadores
da democracia
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 76 93 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25 76 97 22

ADMINISTRAÇÃO:
Av. Santos Dumont, 57-3.º
— 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º — 1000 Lisboa
Tel. 77 98 28 77 98 25 76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Sécuro, 80 — 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarovide de Baixo, 13 — 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.ª de Dezembro, 23 — 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte
Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto Tel. 69 39 08 69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreno da Eiva, 6 — 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º
— 1000 Lisboa. Tel. 76 84 02

EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 — Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 90 44

PUBLICIDADE CENTRAL:
Alameda St.º António dos Capuchos, 6-8 — 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36 77 67 50
Porto — Rua do Alameda, 16-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 38 10 57

Composto e impresso na Heika Portuguesa, R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Novembro: 35 555

Semana

Avante!

Ano 53 — Série VII

N.º 630

24 de Janeiro de 1986

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



**Comício
no Pavilhão dos Desportos**

Confiança na vitória!

Havia um desafio nessa mesma noite a marcar encontro na televisão. Mas o desafio mais importante que Portugal vai defrontar é mesmo no próximo domingo e por isso o Pavilhão dos Desportos estava quase cheio antes da hora marcada para o comício com Álvaro Cunhal e Ângelo Veloso. Milhares de pessoas acabaram por provocar a enchente, acabando em festa a noite e em festa também encerrando a campanha da candidatura comunista que ia anunciar a sua desistência. Uma desistência apenas formal, pois que, como ali mesmo foi afirmado, os comunistas não vão desistir, até ao último minuto, do esclarecimento e da razão que os moveu ao apresentarem a sua candidatura — contribuir para a convergência dos votos no candidato da democracia.

Em festa, pois. E foi uma enchente de juventude que inundou o pavilhão, com a irreverente alegria de canções e bombos que abafavam a música distribuída pela aparelhagem sonora. Bandeiras vermelhas da JCP agitaram de repente a sala, palavras gritavam-se de um extremo ao outro do pavilhão. A hora já levava algum atraso quando uma clamorosa saudação fez

estremecer toda a sala, já à cunha. Toda a gente, de pé, aplaudia as dezenas de membros da mesa que ia presidir ao comício.

O mandatário nacional da candidatura comunista, António Abreu, vinha à frente e teve de esperar que o silêncio se fizesse para poder apresentar a mesa — os camaradas José Casanova, da Comissão Política do CC,

Joaquim Gomes e Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado, membros da DORL e da Direcção da JCP e, por fim, o candidato Ângelo Veloso e o secretário-geral do Partido, Álvaro Cunhal. Quando a música da Internacional conseguiu impor-se aos aplausos e as muitas centenas de jovens aglomerados à frente do estrado acederam à solenidade dos acordes que os milhares de pessoas cantaram, uma certeza começava já a formar-se. Foi António Abreu que a sublinhou, afirmando que estavam à vista os resultados do esforço dos comunistas nesse arranque final do «nosso grande contributo para a batalha da democracia». O entusiasmo ali demonstrado dizia bem do empenhamento dos comunistas.

Em breve alocução, o camarada Ângelo Veloso, com a voz rouca — a tarefa deixou marcas — anunciou: «amanhã irei formalizar a minha desistência

como candidato à Presidência da República». Poderia parecer paradoxo, mas foram das mais aplaudidas frases do comício. Como mais tarde Álvaro Cunhal explicaria em à parte ao seu discurso, o aplauso a sublinhar a desistência ficou a dever-se à profunda compreensão dos objectivos do Partido ao anunciá-la, objectivos que também o camarada Veloso haveria de recordar, sublinhando a alteração profunda de toda a situação lá onde chegou a intervenção do PCP.

A indicação clara e o apelo ao voto em Salgado Zenha foi perfeitamente entendido e longamente saudado.

Mas a surpresa da noite chegaria depois.

Anunciada para intervir seguidamente, a artista Maria Guinot foi à tribuna ler um curto discurso, «um outro tipo de canção também da minha autoria e interpretada por mim». Ouvida

num silêncio aberto de atenção, contou as razões que a levaram, «pela sua própria cabeça», a desvincular-se de uma ligação emocional a uma candidatura para optar pelo voto em Salgado Zenha porque «quando o País e a democracia estão em perigo, não há sonhos, por mais belos que sejam, que consigam derrotar candidaturas de direita». Uma ovação recebeu-lhe as palavras.

E depois foi o extenso discurso do camarada Álvaro Cunhal — que, como o de Ângelo Veloso, publicamos na íntegra.

Destacando o cumprimento, «com honra da difícil missão que o Partido confiou» ao candidato do PCP, o secretário-geral falou sobre todos os aspectos da batalha que essa noite não vinha a interromper mas apenas a lançar numa nova fase.

O discurso recordou a convergência das candidaturas da direita e de Pintasilgo no sentido

de pretenderem silenciar — mesmo com a ameaça de prisão — a voz dos comunistas, alertando para as provocações que é de esperar do desespero socialista e freitista; lembrou as razões do PCP no apoio ao único candidato em condições para vencer a direita.

Pontuado de aplausos, o discurso chegava ao fim. E, ao cumprir-se o último acto da candidatura comunista, abria-se nesse mesmo momento mais uma fase na batalha, com as palavras de Álvaro Cunhal a encerrar o comício de quarta-feira:

«Continuaremos incansavelmente os nossos esforços até ao último minuto e ao extremo limite das nossas possibilidades, para que os votos do campo democrático convirjam em Zenha logo à primeira volta.»

E, como disse também o dirigente comunista: «com confiança na vitória».

Armando Castro

História Económica de Portugal III Volume



Pretende esta História Económica de Portugal oferecer uma interpretação sistemática e global da vida do povo português na sua aventura plurisecular.

Este Volume III dedica-se exclusivamente ao período da expansão ultramarina, traçando um quadro, amplamente documentado, da economia portuguesa desse período, sem esquecer a sua inserção na economia mundial. A par de uma vasta informação, o leitor encontrará neste volume uma exposição das leis gerais de desenvolvimento da sociedade portuguesa na transição para a época moderna.



Esclarecedor!

Costuma dizer-se que é pelos actos que na realidade se conhecem as pessoas e o que elas valem. É certo. Mas as palavras, mesmo aquelas que são apenas vento a zumbir, também valem, querem **dizer** alguma coisa. De nada valeriam então as campanhas eleitorais, o esclarecimento, a palavra escrita ou falada. E não nos esqueçamos ainda do velho provérbio — «pela boca morre o peixe»...

As palavras dizem muito, pelo menos, das intenções de quem as diz, nem que exprimam a impossibilidade de realizar o que prometem, de concretizar o que ameaçam, de **fazer** o que sonham. As palavras dizem, **também**, em muitos casos, o possível, o concretizável, e indicam o caminho para se chegar lá (o que dá sempre algum trabalho).

A campanha eleitoral desta primeira volta termina-se pouco depois destas palavras se imprimirem. Falou-se, durante a campanha. Palavras foram ditas e escritas, algumas vezes berradas, outras vezes simplesmente deitadas da boca para fora ou inflamadamente vertidas sobre papel. Também serenamente se falou e escreveu. Que fica dos milhões de palavras esvoaçantes ou fixamente gravadas pelos vários meios de as conservar?

Pensamos que fica muito de esclarecedor e muito de esclarecimento feito.

Imagens: numa distribuição de folhetos, eles próprios esclarecedores da posição dos comunistas favorável ao voto num só candidato democrático, gente que os recebe e diz que «isto está ainda muito confuso mas já sei pelo menos que vou votar no Zenha»; um carro de propaganda «ZAP» é mandado parar por conserveiras em Setúbal, como se fosse um assalto — elas queriam simplesmente levar propaganda para espalhar no bairro onde moram; um tradicional eleitor da APU, em sessão de esclarecimento, afirma perante centenas de pessoas que, por fim, mudou de ideias: pensava antes votar Pintasilgo, agora vai votar Zenha; uma jovem, também numa sessão, interrompe por várias vezes o orador — são perguntas aceradas e exigentes, mas foi ali mesmo que adquiriu a convicção de que, votando Zenha, estava a votar pela sua própria cabeça.

São imagens, podem acusar-nos, que não passam de uma «fêzada» de que isto vai. A umas assistimos, outras contaram-nos; também vimos e nos contaram o entusiasmo que se apoderou nos últimos dias dos activistas, dos democratas, que não têm mãos a medir numa propaganda que, em luta desigual, procura romper a barreira de silêncio e de calúnia, de mentira e de sombra, lançada sobre a candidatura de Zenha e sobre a posição dos comunistas — posição legítima de esclarecimento que como tal foi considerada por um tribunal de características políticas como é o caso do Tribunal Constitucional.

Entre o que temos visto e ouvido e o que nos contam fica a convicção de que o esclarecimento e a batalha do esclarecimento vale sempre a pena. Porque vale a pena aquilo por que nos batemos — a vitória da democracia sobre os projectos restauracionistas da direita.

Mas o esclarecimento tem o seu reverso. E o reverso, quem diria, também pode ser esclarecedor! Deixemos agora as palavras das campanhas de Freitas e de Soares, tão sempre as mesmas, tão *cassette* de «prá-frente», de «frentismo», carregadas de papões «moscovitas» e quejandas figuras de retórica dignas dos melhores tempos de Salazar e Caetano; deixemos, quase por pudor, os arremedos pintasilguistas de apoiantes que revelam mais anticomunismo que amor à democracia e à liberdade ao sublinharem o «direito ao sonho» com tiradas caluniosas («pides do pensamento», «o medo» no Alentejo, etc.). Fiquemo-nos pelos actos e pelo que eles têm, curiosamente, revelado de coligação e de convergência entre as três candidaturas que se opõem a Salgado Zenha.

No seguimento de Freitas, que requereu ao Tribunal Constitucional o estrangulamento da campanha de Ângelo Veloso, e de Maria de Lourdes Pintasilgo que, indo mais longe, o fez alegando um artigo da Lei com que ameaçava o candidato comunista com dois a oito anos de prisão, também o MASP — isto é, a candidatura de Soares — requereu à Comissão Nacional de Eleições que impedisse a candidatura comunista. E também ele foi longe, afirmando que «todos os cidadãos que, no tempo de antena de Ângelo Veloso, o privam de votos para beneficiar outro, estão incurso no previsto como crime no artigo 121 da Lei Eleitoral» (prisão até um ano e multa de mil a cinco mil escudos)... O MASP considerava também que os órgãos dirigentes do PCP são «autores morais e, em parte, materiais, de tal conduta, penalmente punível»... Pois bem: se os comunistas não escondem que preferiam ver Mário Soares em Nafaros ou na praia do Vau a vê-lo em Belém, ele também não esconde que preferia ver os dirigentes do PCP na prisão. A juntar às centenas de anos que os membros do Comité Central somaram nas prisões do fascismo, Soares quer acrescentar mais uma centena ou duas. No que, convenhamos, se faz acompanhar por outros candidatos. Na realidade nem só as palavras, mas também os actos são esclarecedores.

PCP

Comício no Pavilhão dos Desportos



Ângelo Veloso:

«É nossa convicção que a vitória está à vista»

Amigos e Camaradas

Permiti-me esta intervenção muito breve. E muito breve por duas razões: uma, porque estou rouco; a outra, a que é importante, é porque o camarada Álvaro Cunhal irá seguramente abordar todas as questões fundamentais que se colocam.

Amanhã irei formalizar a minha desistência como candidato à Presidência da República.

Alguns especulam que isto não é surpresa para ninguém. Mas se não é surpresa é precisamente porque nunca escondemos ou negámos que o nosso objectivo não era irmos até ao fim, mas, pelo contrário, unir todos os trabalhadores e todos os democratas à volta de um único candidato porque esse era o caminho da vitória.

Camaradas

Procurámos, até ao limite das nossas possibilidades, cumprir os objectivos que o Partido fixou à sua candidatura.

O PCP e a minha candidatura definiram com rigor o papel e as funções do Presidente da República no sistema constitucional português.

O PCP e a minha candidatura denunciaram o conteúdo e o significado das candidaturas de direita e o perigo que a eleição de qualquer delas acarretaria para a democracia portuguesa.

O PCP e a minha candidatura desvendaram a gravíssima operação da transferência de votos de Freitas do Amaral para Mário Soares.

O PCP e a minha candidatura demonstraram a ilusão, a utopia e a divisão subjacentes à candidatura de Maria de Lurdes Pintasilgo, e desde logo tornaram claro que essa candidatura não era a candidatura da «unidade de esquerda», mas a candidatura da divisão e da derrota dos democratas.

O PCP e a minha candidatura alertaram para a importância determinante da unidade e da convergência logo à primeira volta como condição para a vitória final na segunda volta.

O PCP e a minha candidatura inseriram constantemente as eleições presidenciais na luta global contra a política de desastre dos últimos nove anos e na perspectiva das novas e mais favoráveis condições abertas pelas vitórias de 1985.

O PCP e a candidatura do PCP, em 1986 como em 1980, ergueram a bandeira da unidade dos democratas para derrotar a direita e defender o Portugal de Abril.

É uma realidade, camaradas e amigos, é uma realidade que a intervenção do PCP, onde se inseriu naturalmente a minha candidatura, alterou profundamente toda a situação.

Em poucas semanas, pela justa orientação e pelo trabalho militante e empenhado dos comunistas, o PCP deu uma contribuição absolutamente decisiva para unir os democratas e criar as condições para a vitória da democracia.

A intervenção do PCP e a minha candidatura impediram que se consumasse a tentativa de levar os trabalhadores e os comunistas e seus aliados a apoiarem uma candidatura que não unia os democratas, mas que os dividia e assim abria o caminho à vitória da direita.

É neste contexto que bem se compreendem os ataques à minha candidatura por parte das forças de direita e não só.

Tudo tentaram para calar, diminuir, distorcer ou manipular a voz do Partido.

Bons conselhos de analistas e analóides «preocupados» — veja-se lá! com os erros do PCP, caracterizações insultuosas da



candidatura, discriminações e falsidades na comunicação social, ataques verrinosos, processos judiciais envolvendo penas de prisão mais ou menos pesadas, e, por fim hipócritas sentenças éticas... — a tudo recorreram para impedir o PCP de fazer ouvir a sua voz independente e autónoma e bem esclarecer as consciências...

Austeros, ascéticos e impolutos «moralistas», da direita, responsáveis máximos pela manipulação e falta de verdade da informação, directos autores e co-autores da corrupção e imoralidade que por aí grassa queriam que mentíssemos e fingíssemos até ao último minuto que não íamos desistir; queriam que até ao último minuto mentíssemos e fingíssemos que hesitávamos entre Maria de Lurdes Pintasilgo e Salgado Zenha; queriam que mentíssemos e fingíssemos até ao último minuto que não pensávamos que o único voto útil era em Salgado Zenha.

Queriam que o PCP mentisse, enganasse, fingisse porque isso lhes deixaria o campo livre para prosseguir o equívoco, a mistificação e a divisão dos trabalhadores e dos democratas.

É uma estranha moralidade a da direita?

É a pura moral dos seus inconfessáveis interesses. Moral para eles é tão somente o que lhes convém.

É imoral, dizem eles, que os militares de Abril intervenham na política ou sejam candidatos. É imoral que Eanes torne público o seu voto. É imoral o PCP ter um candidato e intervir nas presidenciais.

Imoral para eles é afinal o que dificulta e impede que a direita conquiste a Presidência da República.

A minha candidatura não duplicou nada. Foi uma intervenção independente e insubstituível na batalha política das presidenciais e, por isso mesmo, camaradas; por isso mesmo, tinha de se tornar claro que na opinião do PCP, o único voto útil era — e é — em Salgado Zenha.

É esse o meu apelo.

Amigos e Camaradas

É nossa convicção que a vitória está à vista.

É nossa convicção que a candidatura do PCP contribuiu, quanto soube e pôde, na batalha presidencial. Até ao último dia, ao último minuto, a batalha pela vitória democrática continuará!

Viva a unidade dos trabalhadores!

Viva a unidade dos democratas!

Viva o Partido Comunista Português!

PCP

Comício no Pavilhão dos Desportos

Intervenção de **ÁNGELO VELOSO**

«A democracia tem força bastante para vencer a reacção e assegurar uma grande vitória nas eleições presidenciais»

Camaradas:
Dentro de 4 dias terá lugar a 1.ª volta das eleições presidenciais. A campanha está a acabar. Que conclusões se podem tirar deste período eleitoral? Muitas se podem naturalmente tirar. Há porém uma e fundamental conclusão que aqui desde já deve ser sublinhada.

A campanha, no seu desenvolvimento progressivo, mostrou que a **derrota dos candidatos da direita** (Freitas e Soares) e a **vitória do único candidato da democracia em condições de vencer as eleições** (Salgado Zenha) está inteiramente ao alcance do nosso povo.

Continuemos confiantes a nossa acção até ao último minuto. De Norte a Sul do País se sente que a **democracia tem força bastante para vencer a reacção e assegurar uma grande vitória nas eleições presidenciais**.

1

A candidatura de Ângelo Veloso

Na conjuntura política actual, a eleição para a Presidência da República constitui um acontecimento de transcendente importância.

Não apenas pelo que representa esse órgão de soberania na organização do poder político e do Estado. Mas porque há ainda forças poderosas que querem liquidar o regime democrático existente e consagrado na Constituição. E porque essas forças têm expressão em duas candidaturas de direita à Presidência da República cujos objectivos são sensivelmente iguais.

Ninguém poderá contestar que, num acto eleitoral de tão grande importância, é desejável que as forças políticas e sociais expressem as suas opiniões ao eleitorado de forma a que este possa conhecer informações e apreciações diversificadas e possa consequentemente votar em consciência.

Ninguém poderá contestar que, num acto eleitoral de tão grande importância, não só é desejável como necessário e indispensável que o povo português conheça a informação e a opinião do grande e influente partido que é o Partido Comunista Português.

A candidatura de Ângelo Veloso apareceu assim com um duplo fim.

O primeiro, reafirmar e lembrar o pleno direito que têm os comunistas de exercer todos os cargos públicos sem excepção e o pleno direito que tem o povo português de eleger um Presidente da República comunista se assim o entender.

O segundo, e tendo em conta a inexistência dos apoios necessários para a eleição de um Presidente da República comunista, dar a conhecer ao povo português a análise, a apreciação e as posições do PCP acerca das eleições presidenciais e contribuir dessa forma para a vitória da democracia nessas eleições.

Da análise feita pelo nosso Partido, resulta que, para o povo português, para a democracia portuguesa, para todos os democratas existe um objectivo fundamental: **derrotar os candidatos da direita e eleger um candidato que, na Presidência da República, cumpra e faça cumprir a Constituição, assegure a legalidade democrática, defenda a independência e a soberania nacionais**.

Há que ter consciência do perigo e da absoluta necessidade de o ultrapassar.

Há que ter consciência de que, dadas as candidaturas que se apresentam e a base de apoios respectiva, uma vitória democrática, a eleição de um candidato da democracia para a Presidência da República, exige que **não haja divisão de votos no campo democrático**, que os votos democráticos converjam e se concentrem num único candidato.

A **divisão dos votos democráticos** (na 1.ª volta) poderia significar a **eliminação imediata das candidaturas democráticas, a passagem à 2.ª volta de Freitas e Soares e a consequente eleição de um ou outro para Presidente da República**.

A candidatura de Ângelo Veloso inseriu-se assim na grande batalha de esclarecimento do nosso Partido, na batalha que travámos e continuaremos travando até ao último minuto **para o consenso e a convergência do apoio e dos votos num só candidato da democracia logo à 1.ª volta**.

Essa necessidade imperiosa da convergência de todos para salvar a democracia coloca um **supremo dever aos candidatos democráticos que não têm condições para ganhar as eleições: desistirem a favor daquele que tem condições para ganhá-las**.

Assim faz Ângelo Veloso, candidato comunista. Assim faz porque o PCP tem como princípios básicos da sua existência e da sua acção, servir o povo e servir o País, empregar todas as suas capacidades e energias na defesa da democracia conquistada com a revolução de Abril.

Ângelo Veloso acaba de anunciar o seu propósito de, conformemente com a lei, formalizar a sua desistência no dia 23 do mês corrente, fazendo apelo ao voto no único candidato em condições de derrotar a direita e ganhar as eleições, ou seja, em Salgado Zenha.

Creio, camaradas, que é opinião geral e justo aqui referir a que o camarada Veloso cumpriu com honra a difícil missão que o Partido lhe confiou.

E que a sua candidatura, inserida na campanha do nosso Partido, constituiu uma inapreciável contribuição para o esclarecimento de vastíssimos sectores do eleitorado, para que em 26 de Janeiro, sejam derrotados os planos da direita que têm em vista eliminar logo à 1.ª volta os dois candidatos democráticos para que Zenha passe à 2.ª volta e para que apontemos então toda a nossa acção e as nossas energias de forma a que nova convergência dos votos democráticos assegurem na 2.ª volta, no dia 16 de Fevereiro próximo, a sua eleição para Presidente da República, salvando-se assim a democracia do perigo que sobre ela pesa, e **abrindo-se uma nova e promissora fase do regime democrático, caracterizada pela sua consolidação e pela real perspectiva de uma nova política capaz de resolver os gravíssimos problemas nacionais criados por 11 anos de política de direita e de governos de direita**.

2

As escandalosas tentativas de silenciar a voz do PCP

Precisamente porque o PCP informa com verdade, desmascara a mentira e a manipulação, alerta contra os perigos que pairam sobre a democracia e aponta o caminho para os conjurar, as forças reaccionárias e todos aqueles que têm a palavra democracia na boca e a intolerância, a prepotência, o autoritarismo e o totalitarismo no espírito e nos planos, procuram impedir que a voz do PCP chegue ao povo português.

Não lhes bastou o escândalo da instrumentalização e manipulação da RTP, da RDP e dos jornais estatizados.

Não lhes bastou o habitual ocultar e a minimização constantes das posições e actividades do PCP.

Não lhes bastaram as calúnias e mentiras que lançam de forma sistemática e planificada sem que depois dêem nota dos desmentidos.

Não lhes bastaram as deturpações e os comentários indignos que se permitem fazer a título de notícia.

É bem conhecida e vem de longe toda essa situação contrária à Constituição e às leis.

Em relação às próximas eleições presidenciais todos temos presente a forma ilegal e discriminatória como excluíram dos debates entre os candidatos, um candidato (Ângelo Veloso) que, entretanto, de entre cinco, era um dos dois únicos que tinham nos termos legais formalizado a sua candidatura junto do Tribunal Constitucional — debates em que os outros candidatos falaram caluniosamente do PCP largo tempo sem que a voz do PCP se fizesse ouvir.

Debates em que a ausência da voz de um dos grandes partidos portugueses foi uma ilegal distorção da informação e uma ilegal recusa de direitos essenciais.

Já no decurso da campanha eleitoral temos também presente a forma insidiosa e as verdadeiras falsificações da informação — inflacionando a campanha das candidaturas de Soares e Freitas, valorizando generosamente a de Pintasilgo, desvalorizando pela imagem e o comentário a de Zenha, desinformando em termos de falsificação a de Ângelo Veloso.



Apesar de todas essas discriminações e limitações, a voz do PCP, tanto pela campanha de Veloso, como pela campanha geral do nosso Partido na qual a de Veloso se inseria, a voz da verdade foi chegando às massas, foi esclarecendo, foi corrigindo distorções e falsificações dos factos, foi influenciando a opinião, foi contribuindo, e de forma decisiva, para que os perigos reais para a democracia fossem conhecidos e avaliados e para que os eleitores possam vir a decidir do seu voto com suficientes elementos de juízo.

Foi essa contribuição que a reacção, as forças antidemocráticas sentiram. Assustou-as a verdade. Assustou-as o esclarecimento. Assustou-as o exercício de liberdades e direitos por uma grande força política apostada em contribuir para salvar a democracia.

Por isso, quiseram mais que a limitação da informação, mais que a notícia falsa ou deturpada, mais que o comentário tendencioso, **quiseram silenciar completamente a voz do PCP na campanha das eleições presidenciais**.

Os requerimentos de Freitas do Amaral, de Mário Soares e Maria de Lourdes Pintasilgo para o Tribunal Constitucional e a Comissão Nacional de Eleições reclamando a suspensão imediata do tempo de antena, da cobertura jornalística e do direito à campanha eleitoral de Ângelo Veloso **assinalam essas candidaturas com a mancha indelével da intolerância, do desrespeito por princípios democráticos fundamentais, de opções ou tendências efectivamente autoritárias e totalitárias**.

Não pretenderam entretanto apenas silenciar a voz do PCP nas eleições presidenciais. Foram ainda mais longe e de certeza muitos portugueses e portuguesas ficaram surpreendidos e indignados por verificar que numa mesma sórdida operação antidemocrática, tivessem convergido, não apenas os dois candidatos da direita (Freitas e Soares) mas também a candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo.

De facto, esta última candidatura não se limitou a reclamar que fosse suspensa e proibida a campanha de Ângelo Veloso, que fosse completamente silenciada a voz do PCP nas eleições presidenciais.

No seu requerimento, a candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo, fazendo chicana jurídica e citando indevidamente o Artigo 140 da Lei Eleitoral, reclama para Ângelo Veloso de 2 a 8 anos de prisão!

Que cada qual faça o seu juízo deste procedimento de uma candidatura que se situa (e nós continuamos a afirmá-lo) no campo democrático, mas na qual (é também necessário afirmá-lo) apareceram no decorrer da campanha muitas afirmações e atitudes que se não conformam com tal classificação.

Mário Soares reclamou também medidas repressivas. É porém tanto o nervosismo provocado pelos sinais da derrota próxima, o ódio é tão cego, a intolerância é de tal forma levada ao absurdo, que o seu requerimento assinado por essa pérola de fidelidade que é Alfredo Barroso, se é para chorar pela degradação antidemocrática que reflecte acaba por fazer rir.

Porque Soares acusa o PCP de novos crimes. E não é só «o crime» de Veloso. Têm «carácter criminoso» (diz ele) os actos de quantos dizem apoiar esta candidatura, designadamente os dirigentes do PCP e o seu secretário-geral, nominalmente referido. E por essa actuação «criminoso», diz o requerimento de Mário Soares, devem ser punidos segundo o Artigo 121 da Lei Eleitoral «com prisão até um ano e multa de 1000\$00 a 5000\$00».

Sabeis todos porquê, camaradas?

Sabeis o fundamento invocado por Mário Soares para exigir a punição com prisão dos dirigentes do PCP?

Talvez que alguns dos presentes não saibam ainda. E por isso não resisto a ler uma passagem do requerimento de Soares.

Depois de citar aquele artigo da Lei Eleitoral, diz assim:

«Ora os pretensos apoiantes da candidatura do eng.º Veloso — que englobam uma extensa galeria de personalidades incluindo o secretário-geral do PCP, (segue-se o nome) utilizam o nome do candidato eng.º Veloso, não com o sentido de beneficiarem mas sim de, beneficiando outro candidato, com o objectivo de o prejudicarem, fazendo-o privar dos votos a que, como candidato, tem todo o direito.»

E continua o requerimento:

PCP

Comício no Pavilhão dos Desportos

«Estão todos esses cidadãos incursos no previsto como crime pelo Art.º 121 transcrito. E são os órgãos directivos do PCP autores morais — e em parte materiais — de tal conduta penalmente punível.»

É uma tontice praticada na cegueira do ódio, mas está lá.

Sabe-se que o Tribunal Constitucional, por unanimidade, indeferiu estes insólitos requerimentos e que assim foram assegurados direitos e liberdades consagrados na Constituição e nas leis.

Este episódio constitui uma nova grande derrota daqueles que tripudiam com a legalidade e a justiça, daqueles que, no Portugal democrático criado pela Revolução de Abril, julgam poder abafar a liberdade, com processos de chicana jurídica e medidas repressivas.

Nas autárquicas foi a tentativa do PS, do PSD e do CDS, igualmente fracassada por decisão unânime de 29 tribunais de comarca e do Tribunal Constitucional, de obter a declaração de ilegalidade da APU, proibir completamente a concorrência da APU às eleições autárquicas e liquidar assim completamente a participação da APU nos órgãos autárquicos.

Estas derrotas das golpaças reacçãoárias mostram que de frente a reacção Portugal de Abril está vivo e as instituições democráticas funcionam. Mostram ainda os perigos que viriam para Portugal democrático se fosse eleito um Presidente da República que na sua campanha eleitoral assim revela um espírito antidemocrático, intolerante e totalitarista.

Estes procedimentos, esclarecedores da completa falta de escrúpulos, exigem ainda algumas palavras mais. Faltam quatro dias para a 1.ª volta das eleições e quase um mês para a 2.ª volta. É necessário estar vigilante.

O que significa a declaração de M. Soares, por exemplo, ameaçando com o que chama «armas secretas»? O que significa a multiplicação de ameaças veladas vindas de vários lados? O que podem ser «armas secretas» numa batalha eleitoral? Calúnias? Roupa suja? Ivencionices? Provocações?

De qualquer forma é necessário estar vigilante e desmascarar prontamente quaisquer golpes baixos que procurem desferir.

Pela nossa parte, não temos «armas secretas» na luta política. Toda a nossa acção se fundamenta na verdade, na lisura de propósitos, no argumento claro e transparente, no respeito pela Constituição e pela legalidade democrática.

E cabe ainda dizer que, se em 48 anos de ditadura fascista, nem as perseguições, nem as prisões, nem as torturas, nem os assassinatos, foram capazes de calar a voz do PCP, é ridículo pensar que seja com chicana jurídica, seja com ameaças, seja com provocações, alguém o conseguiria no Portugal livre e democrático criado pela Revolução de Abril.

3

Freitas e Soares duas ameaças à democracia

Uma das direcções da acção psicológica das forças de direita na campanha eleitoral foi a tentativa de instilar na opinião pública a ideia de que é praticamente inevitável que os candidatos democráticos sejam derrotados na primeira volta e que passarão inevitavelmente à segunda volta Freitas e Soares.

Tal campanha é desenvolvida pelos processos mais variados. Utiliza, como poderosas armas de desinformação, sondagens inteiramente fabricadas, como uma que o MASP divulgou, atribuindo-a falsamente à NORMA por suposto «lapso de comunicação», quando tinha sido o próprio MASP a fabricá-la como depois confessou. Assim pretendem desorientar, desanimar e desmoralizar o eleitorado do campo democrático.

A direita já compreendeu que **ou passa os seus dois candidatos à 1.ª volta, ou nenhum passa à 2.ª.**

E por isso, ao mesmo tempo que intensifica a campanha psicológica, toma medidas práticas para ver se consegue que passem os dois.

No que respeita a apoios eleitorais, à partida dos dois candidatos da direita o mais mal colocado é sem dúvida Soares. Derrotado como Primeiro-Ministro, derrotado nas eleições de 1985, reduzido a metade dos votos anteriormente alcançados pelo PS, completamente desprestigiado, homem em que já ninguém acredita, Soares não tem apoio próprio que lhe permita sobreviver à 1.ª volta.

Ele sabe-o bem. E a direita também o sabe. Sabe mais: que sendo Soares derrotado na primeira volta, Freitas do Amaral será derrotado na segunda.

Por isso, está em pleno desenvolvimento uma manobra de alto estilo lançada tanto por Soares como por outros sectores da direita com vistas a tentar que Soares sobreviva à 1.ª volta passando com Freitas à segunda.

Essa manobra desenvolve-se em várias direcções.

Uma primeira direcção é a tentativa de deslocar votos para Soares ao apelo de importantes personalidades e sectores reacçãoários como são os casos do ex-ministro de Salazar, Adriano Moreira, do presidente do Governo Regional da Madeira A.J. Jardim, de destacados dirigentes do PSD como Helena Roseta e de muitos outros.

Uma segunda direcção conexada com a primeira é o desesperado apelo de Soares à direita para que lhe dê votos, suplicando-os a um e a outro, adulando os reacçãoários, gabando-se de ter consigo «muita gente do PSD próximo de Sá Carneiro» (em Coimbra, 12.1.86), assumindo-se «como verdadeiro candidato da direita portuguesa», no dizer do director do «Expresso», José António Saraiva.

Uma terceira direcção, que apareceu nos últimos dias em regiões de eleitorado democrático, é procurar ainda, à última hora, numa farsa digna do autor, enganar eleitorado de esquerda, proclamando-se o grande adversário da direita e de Freitas, e fazendo apelo à concentração na sua pessoa de «todos os votos de esquerda» (no Cartaxo, 19.1.86).

Uma quarta direcção é o incentivo por todas as formas, à divisão dos votos democráticos, animando Pintasilgo a «não desistir e a ir até ao fim», com a esperança de que divididos os votos entre Zenha e Pintasilgo nenhum dos candidatos democráticos alcance mais votos que Soares.

Entretanto, intensificam a campanha de intoxicação psicológica do eleitorado. E lançam eles ou lança o eleitorado intoxicado ou inquieto a seguinte pergunta: «Mas se, apesar de tudo, Freitas e Soares passarem à 2.ª volta? Que fazer então? Em quem se deve então votar?»

A pergunta há que continuar a responder com toda a clareza e firmeza, para que não haja a mínima dúvida acerca da posição do nosso Partido.

Primeiro: a hora não é para que os democratas se deixem envolver na inquietação ante o perigo, mas sim para que os democratas mobilizem os seus esforços nos últimos dias da campanha, de forma a assegurar a votação em massa no candidato da democracia mais bem situado para vencer as eleições — objectivo que os democratas estão plenamente em condições de alcançar.

Segundo: é preciso ter plena consciência de que para a democracia seria tão perigosa a eleição de Soares como a de Freitas, pois os seus planos, diferindo em pormenor, coincidem em questões essenciais.

Ambos compartilham do plano de destruição do regime democrático e das suas conquistas consagradas na Constituição.

Ambos compartilham do plano de restauração do poder económico e político dos grupos monopolistas (associados ao imperialismo estrangeiro) e dos latifundiários que exploraram e tiranizaram o Povo português durante quase meio século de ditadura fascista.

Ambos compartilham do plano de imporem uma legislação laboral retrógrada que eliminaria os direitos e benefícios sociais alcançados pelos trabalhadores com a Revolução de Abril.

Ambos compartilham do plano de instaurar um Estado forte e policial, limitando gravemente as liberdades e direitos dos cidadãos, liquidando o Poder Local democrático, aprovando novas leis eleitorais que transformariam as eleições numa farsa digna dos tempos do salazarismo.

Ambos são animados por um verdadeiro ódio aos trabalhadores e por um anticomunismo tão primário e boçal que usa as mesmas expressões que em tempos usavam a PIDE e a Legião.

Aliás, os dois candidatos se reconhecem um ao outro como autênticos comparsas. Soares proclama «não ter dúvidas de que Freitas do Amaral é um democrata» («O Jornal», 17.1.86). E Freitas do Amaral, bom discípulo político de Marcelo Caetano, certifica por sua vez que Soares também o é.

Soares não é um mal menor. Soares e Freitas são dois males maiores.

Embora já se tenham afirmado milhentas vezes, aqui afirmamos uma vez mais, ao encerrar desta campanha, que, **os votos dos comunistas não iriam, em circunstância alguma, nem para Freitas nem para Soares.**

A tarefa que se coloca aos democratas portugueses não é escolher entre um ou outro, mas derrotar os dois.

4

Zenha o candidato democrático em condições de vencer

O carácter imperativo da derrota dos dois candidatos da direita para salvar a democracia que ficaria em perigo com a vitória de qualquer deles, levou o nosso Partido em todo o processo relativo às eleições presidenciais, a ter uma preocupação central, primeira e prioritária: **a absoluta necessidade, para a vitória de um candidato democrático, do consenso e convergência num só candidato, das forças e sectores cujos apoios e votos são indispensáveis para a vitória.**

Já de há muito o Partido indicou quais são essas forças e sectores: o PCP e as forças democráticas que se situam na área da APU sem esquecer vastas áreas da classe operária; os socialistas que estão contra Mário Soares e a sua política; os eanistas com Eanes e o PRD.

O processo que conduziu à convergência foi extremamente complexo. Porque não se tratava (como é sabido) nem de negociações, nem de acordos, mas sim daquilo que justamente chamamos o consenso verificado.

Das áreas democráticas surgiram nos dois últimos anos, em vários momentos, ideias, sugestões e diligências, com vistas à consideração de tal ou tal pessoa (civil ou militar) como candidato à Presidência da República.

Várias hipóteses caíram. E caíram fundamentalmente porque não obtiveram o consenso. Pela nossa parte, em todo este processo (como já foi afirmado) partimos do consenso para o candidato e não do candidato para o consenso.

O processo demorou mais do que seria desejável. Mas melhor foi que o consenso e a convergência acabassem por verificar-se do que se se tivesse verificado a divisão e dispersão dos apoios democráticos fundamentais por vários candidatos.

O primeiro candidato que apareceu num caminho irreversível do consenso e da convergência foi Salgado Zenha. Por isso reuniu os apoios necessários e indispensáveis para a vitória.

Três perguntas surgem com frequência.

A primeira: **Porque não avançou o Partido há mais tempo com uma candidatura democrática?**

A essa observação respondemos, que se tivéssemos avan-

Maria Guinot

Também eu votarei Zenha



Hoje trago-vos um outro tipo de canção também da minha autoria e interpretada por mim.

Estando há algum tempo emocionalmente ligada a outra candidatura, comecei a ouvir um homem a falar de combate à corrupção e ao compadrio; a sublinhar a necessidade do desenvolvimento económico e da seriedade e isenção no provimento de cargos públicos; a propor a criação de um sistema de administração aberta; e ainda a apontar para a regionalização administrativa do Continente.

E eu senti que algo estava errado no meu posicionamento em relação às presidenciais.

É fácil errar. É humano.

Mas é muito difícil admitir esse erro. E mais: admiti-lo assim publicamente.

E é difícil porque é igual-

mente humano.

Pensei, de facto, com a minha cabeça.

Um ensinamento que colhi foi de que não devia deixar-me manipular por cúpulas partidárias.

E, porque, na realidade, não sou uma mulher que se deixe

manipular por nada nem por ninguém, este testemunho foi escrito por mim e dele assumo inteira responsabilidade.

Tendo eu verificado que estava errada, correndo neste momento o risco de ser criticada e até comparada, na outra candidatura, com certos cama-

leões que mudam de cor consoante o lado dos ventos — e há por lá alguns exemplares que em nada abonam a referida candidatura, esta minha presença aqui não tem, por objectivo, renegar gestos anteriores e denegrir outra mulher que respeito.

Estou aqui simplesmente para vos dizer que quando o País e a Democracia estão em perigo não há sonhos, por mais belos que eles sejam, que consigam derrotar candidaturas de direita apostadas no regresso ao 24 de Abril.

E porque o meu conceito de democracia passa, de facto, pela livre escolha do caminho que devo seguir e pela não aceitação de que alguém pense por mim, venho dizer-vos que também eu votarei Salgado Zenha.

PCP

Comício no Pavilhão dos Desportos

çado, ficaríamos nós apoiando um candidato, Eanes e os eanistas outro possivelmente, os socialistas que discordam de Mário Soares outro ou nenhum.

Seria a divisão destes sectores fundamentais para a vitória e, por isso mesmo, seria a derrota certa.

A segunda pergunta: **Uma vez que Maria de Lourdes Pintasilgo avançara já a sua candidatura porque não a apoiou o Partido?**

A essa observação respondemos que, independentemente da opinião que possamos ter acerca dessa democrata para as funções de Presidente da República, cremos ser claro que se nós a tivéssemos apoiado e outros sectores fundamentais a não apoiassem (como já prevíamos e se veio a verificar) seria a divisão e o caminho da derrota atrás referida.

A terceira pergunta: **Se Zenha veio depois não é uma candidatura divisionista?**

Ora bem, camaradas. Reflectindo um pouco, não será absurdo considerar que numas eleições para a Presidência da República, um candidato democrático que avance primeiro ganha o direito a ser apoiado por todas as forças democráticas recusando assim a estas o direito de ajuzar, escolher e decidir?

Não falaríamos de divisionismo se outros não o invocassem. Mas se se quer invocar o divisionismo então diremos: se Maria de Lourdes Pintasilgo não desistir e (como é certo) Zenha tiver incomparavelmente mais votos ficará evidente que, nesta fase final do processo eleitoral, **se se pode falar do carácter divisionista, não é da candidatura de Zenha, mas da candidatura de Pintasilgo.**

Mas é nosso dever alertar contra a divisão dos votos democráticos. É nosso dever insistir em que, para que não sejam logo eliminados à 1.ª volta os dois candidatos da democracia, para que Freitas e Soares não passem os dois à 1.ª volta o que significaria que na 2.ª um ou outro seria eleito Presidente, **é absolutamente necessário concentrar os votos democráticos, logo à 1.ª volta, no único candidato da democracia que pelos apoios de que dispõe tem condições para vencer as eleições presidenciais.**

Encerra grande e perigosa ilusão a ideia de alguns em votar Pintasilgo à 1.ª volta, e em Zenha à 2.ª.

A verdade é que **votos de democratas que vão para Pintasilgo, sendo votos a menos em Zenha, poderão dar uma contribuição para que Zenha não alcance mais votos do que Mário Soares, o que significaria a eliminação tanto de Pintasilgo como de Zenha logo à 1.ª volta.**

Por isso **insistimos na absoluta necessidade de fazer convergir em Zenha o máximo de votos do campo democrático.**

A campanha eleitoral indica que isso é inteiramente possível o que significa que é inteiramente possível derrotar Freitas e Soares e eleger um democrata para Presidente da República.

E que não nos lembrem nem as posições, atitudes e actividades de Zenha em anos passados (que conhecemos perfeitissimamente) nem as ideias políticas de Zenha diferentes e até divergentes das nossas.

Consideramos que Zenha poderá como Presidente desempenhar as suas funções no respeito da Constituição e da legalidade, na defesa da independência da soberania e da dignidade nacionais, no empenhamento, para que funcionem regularmente as instituições democráticas.

Por isso iremos votar Zenha. Para que a democracia vença os que a querem destruir e para que Portugal retome e siga o caminho de Abril.

5

Pintasilgo a candidatura errada

Pode dizer-se com segurança absoluta: **o perigo de uma vitória da direita não vem tanto da força da direita como da eventual divisão de votos no campo democrático.**

Não temos qualquer dúvida que tanto Freitas do Amaral como Mário Soares estarão irremediavelmente derrotados, se se concentrarem num só candidato democrático os votos dos que querem que viva, prossiga, progrida o regime democrático instaurado pela revolução de Abril e consagrado na Constituição da República.

O perigo vem pois da divisão dos votos democráticos.

É uma afirmação que ninguém pode contestar com fundamento. Traduzida em termos concretos e referentes às candidaturas existentes, pode e deve dizer-se: **o perigo real é que Maria de Lourdes Pintasilgo, que não tem quaisquer possibilidades de ganhar as eleições, vá até ao fim tal como a incita Mário Soares e que, em consequência, a divisão dos votos do campo democrático conduza à eliminação à 1.ª volta não só dela — o que é inevitável — mas também de Salgado Zenha.**

Os factos comprovam com clareza cada vez mais evidente que a atitude que o nosso Partido tomou desde a primeira hora em relação a esta candidatura foi inteiramente justa.

Afirmando que se tratava da candidatura de **uma democrata** (e repetidas vezes o afirmámos, designadamente quando publica-

mente procuravam contestá-lo lembrando o passado da candidata no tempo de Marcelo Caetano) afirmámos ao mesmo tempo (e repetidas vezes também) que era uma candidatura «precipitada».

E «precipitada» porque avançou sem considerar a realidade política portuguesa, desinteressando-se completamente do consenso, eventual apoio e convergência das forças e sectores que entretanto são completamente necessários e indispensáveis para uma vitória democrática nas eleições presidenciais.

Nós, comunistas, em todo este processo, em todas as nossas posições e iniciativas, tivemos como preocupação actuar de forma a que a nossa influência e o nosso apoio pudessem vir a convergir num candidato que os outros sectores fundamentais viessem também a apoiar — o que acabou por verificar-se em torno da candidatura de Salgado Zenha.

O nosso Partido actuou assim porque tem a noção da sua responsabilidade na vida política nacional. Porque, nestas eleições, não é a sorte desta ou daquela candidatura que se joga, mas a sorte do regime democrático. Porque entendemos que, na actual conjuntura, o dever inalienável do nosso Partido é nada fazer que possa facilitar uma vitória da direita e tudo fazer para contribuir para uma vitória da democracia.

Essa foi razão bastante para considerarmos como «precipitada» a candidatura de M. L. Pintasilgo, e para expressarmos apreensões quanto ao papel negativo que poderia vir a representar.

No decurso da campanha revelaram-se novas razões para as nossas reservas.

De facto, da parte dessa candidatura e da própria candidata, sem falar já desse referido requerimento ao Tribunal Constitucional para silenciar a voz do PCP (requerimento que fez aflorar reais sentimentos de intolerância e de autoritarismo) foram aparecendo, cada vez com maior clareza, posições e conceitos que não podem deixar de ser motivo de preocupação acerca do carácter «genuíno» da candidatura e de merecer a desaprovação dos trabalhadores e dos democratas em geral.

Eduardo Prado Coelho e Sousa e Castro vieram com «esclarecimentos» e «desmentidos» acerca do anticomunismo de afirmações que fizeram. Mas para responder a esses «esclarecimen-

tos» e «desmentidos», não são precisos comentários, nem utilizar palavras que não sejam deles próprios. É bastante aconselhar a leitura da entrevista de Prado Coelho ao «Diário de Notícias» de 3.1.86 e das afirmações de Sousa e Castro publicadas no «Diário de Lisboa» de 23.5.85 e em «O Jornal» de 18.10.85.

Outras ideias, afirmações e posições aparecem dessa candidatura e da própria candidata revelando dois importantes aspectos complementares.

Por um lado, ideias e afirmações que transpiram por todos os poros e sem originalidade a **demagogia basista e anarquizante** que há muitas dezenas de anos conhecemos na luta política nacional.

Por outro lado, no plano da arrumação de forças e de projectos políticos de fundo, revelou-se **um crescente guerrear contra as forças democráticas e uma cada vez mais visível e por vezes declarada convergência no sentido da direita.**

A demagogia basista e anarquizante da candidatura Pintasilgo, afirmando-se como novidade, repete esquemas, processos e até palavras, velhas e revelhas que conhecemos há dezenas de anos em sucessivas e fracassadas iniciativas da movimentação e organização esquerdista.

Maria de Lourdes Pintasilgo e seus apoiantes dizem rejeitar os apoios dos partidos, fazem campanha contra os partidos. Mas entretanto a Comissão Política da UDP apela «desde já» ao voto em Pintasilgo e por toda a parte é a UDP que dá activistas à candidatura. Mas entretanto um dos seus principais porta-vozes, o mandatário distrital do Porto, Vergílio Moreira esclarece que o movimento da candidatura é «simultaneamente um movimento e uma estrutura semelhante a um partido» («o diário», 13.1.86).

M. L. Pintasilgo e seus apoiantes fazem campanha contra as «altas personalidades». Mas que é a candidata senão uma «alta personalidade»?

M. L. Pintasilgo e seus apoiantes fazem campanha contra as «cúpulas». Mas que são eles senão uma «cúpula» e uma cúpula bem reduzida e centralizada?

Quanto à atitude da candidatura e da candidata em relação às outras forças políticas, em que sentido se pronunciam e se encaminham?



PCP

Comício no Pavilhão dos Desportos

Com crescente impaciência, irritação e agressividade, por um lado atacam em termos injuriosos (alguns dos quais adiante referirei) o PCP e os democratas que conosco participam na Aliança Povo Unido. Atacam em termos injuriosos destacados dirigentes socialistas que se afastaram de Mário Soares. Atacam Eanes, os eanistas e o PRD.

Por outro lado, em correspondência com o desvelo de Mário Soares e da direita pela candidatura e a candidata, **lançam para a direita pontes de uma colaboração.**

Como já noutra momento tivemos ocasião de citar, E. Prado Coelho proclamou que «a renovação da esquerda portuguesa passa certamente pelo diálogo e a **convergência** entre o movimento de ideias suscitado pela candidatura de Pintasilgo e o movimento de ideias gerado em torno de Soares». («DN», 3.1.86).

E, talvez para tranquilizar democratas apoiantes de Pintasilgo, quanto a tal orientação, António Brotas, segundo alguns o porta-voz n.º 1 da candidatura, vem agora passar um atestado a Mário Soares afirmando que «é no fundo um socialista».

E quanto ao governo de Cavaco?

Ouviu-se porventura da candidatura a condenação da sua política?

Não, o Governo do PSD, o Governo de Cavaco Silva, este governo que continua a política contra os trabalhadores e as conquistas de Abril, este Governo é, nas palavras da candidata (cito) «dinâmico e com um grau de eficácia que é uma agradável surpresa (sic) perante a estagnação da vida portuguesa» («Expresso», 10.1.86).

Aqui também podemos observar uma convergência de Pintasilgo com Soares que afirma que o Governo de Cavaco Silva «quer fazer uma política justa» («Correio da Manhã», 22.1.86) e que, «se for Presidente da República apoiará o professor Cavaco Silva» («Expresso», 10.1.86).

Não admira, camaradas, que perante estas opiniões, autorizadas vozes da direita, como é o caso de José Ribeiro e Castro da candidatura de Freitas do Amaral, já avancem que, entre Zenha e Pintasilgo «votariam Pintasilgo».

Não admira que frenéticos apoiantes de Mário Soares como José António Saraiva, pretendam aconselhar à esquerda que a boa hipótese é Pintasilgo e não Zenha.

Camaradas:

Uma razão fundamental para insistirmos em que os votos democráticos devem concentrar-se em Zenha é **porque a candidatura de M. L. Pintasilgo não tem as mínimas possibilidades de vencer as eleições, é porque Zenha é o único que tem condições de vencê-las, é porque a tarefa suprema de todos os democratas nestas eleições presidenciais é derrotar os candidatos da direita e eleger um candidato da democracia.**

Mas além desta razão fundamental (há que dizê-lo com toda a clareza) **esta candidatura, pelas ideias, propósitos e posições que revelou durante a campanha, provoca sérias dúvidas acerca de qual é realmente o seu projecto político, de qual seria realmente a acção da candidata como Presidente da República.**

Por isso desaconselhamos o voto em Pintasilgo e apelamos para que todos os democratas e patriotas votem em Francisco Salgado Zenha.

Por isso, retomando a conclusão da nossa Conferência Nacional de 4 de Janeiro, insistimos em que, **o maior serviço que candidatos democráticos que não têm condições para vencer as eleições poderiam prestar à democracia seria desistir a favor daquele que (pelos apoios de que dispõe) tem condições para vencê-las.**

Veloso já o fez. De desejar seria que Pintasilgo o fizesse também.

6

O voto, com plena consciência

A campanha eleitoral do nosso Partido tem como traço fundamental o esclarecimento. Para levar aos eleitores a verdade dos factos. Para lhes levar a nossa análise. Para os alertar dos perigos que corre a democracia. Para lhes indicar, com o alto sentido de responsabilidade que tem o nosso Partido na vida nacional, a importância e o significado das eleições presidenciais e o candidato certo e o voto certo para salvar a democracia e garantir o prosseguimento do Portugal de Abril.

No mar turvo da desinformação, da mentira, da deturpação, das falsas promessas, a **campanha do nosso Partido aparece como uma contribuição indispensável para que cada qual possa votar com plena consciência, com real liberdade e independência, livre de pressões, incluindo o massacre ideológico realizado por outras candidaturas através da comunicação social que dominam, controlam e manipulam.**

E como não conseguiram silenciar o PCP, e como a acção do nosso Partido tem sido de capital importância para o esclarecimento, e como em resultado dessa acção de esclarecimento se verifica uma forte deslocação de votos que se situavam noutras áreas para o candidato da democracia que, segundo o nosso Partido, é o único que tem condições para vencer as eleições, — eis que se desencadeia uma nova operação psicológica procurando mostrar que só votará em liberdade, por si próprio e segundo a sua consciência, quem não votar segundo a opinião do PCP.

Essa operação psicológica parte muito particularmente da candidatura Pintasilgo, talvez por verificar que numerosíssimas pessoas que a apoiaram, quando era a única candidatura democrática, mudaram de opinião como era seu direito e chegaram à conclusão que Zenha é o único candidato da democracia que pode vencer as eleições.

Nós coincidimos com a opinião que cada eleitor deve decidir por si, segundo a sua consciência.

Mas como entende essa candidatura que «o próprio decide por si»? Entende que «o próprio decide por si» quando decide votar Pintasilgo, e não decide por si — antes é acusado de ceder a pressões quando resolve votar por Zenha.

Quer dizer, sob a aparência de um apelo à resistência a todas as pressões e à decisão própria do eleitor, realiza-se uma forma subtil e capciosa de pressão e coacção.

Se um eleitor segue Pintasilgo e a cúpula do seu movimento, diz-se que procede livremente. Mas, se se convence de que o PCP tem razão diz-se que está a submeter-se à pressão das cúpulas e que não age em liberdade.

Se um eleitor «se deixa conduzir» por vontade da candidata e pela sua orientação de voto (nela, evidentemente) actua «seguindo a sua consciência». Mas já se diz que não actua segundo a sua consciência se resolve seguir a opinião do PCP acerca do voto.

Se a candidata procura convencer o eleitorado, como é, aliás, seu direito, está a «libertar as consciências». Mas se outros democratas, designadamente o PCP, expõem as suas ideias e conseguem convencer de que são justas, estão a «colonizar pelo médo».

Não atinge o absurdo afirmar que «ninguém tem de dizer em quem devemos votar» no preciso momento em que a própria o diz?

Não atinge o absurdo afirmar que o próprio Deus não nos vem dizer o que é certo ou errado e que somos nós próprios que decidimos quando, quem assim fala, diz o que é certo e o que é errado e considera que as pessoas só decidem por si próprias segundo o que lhes propõe ou sugere?

Como classificar o facto de que dessa candidatura, ao verem que muitas e muitas pessoas se convenceram pela acção do Partido, ousam insultar os comunistas de «novos inquisidores» e «pides do pensamento» («o diário», 15.1.86).

Toda a nossa campanha visou, através do esclarecimento, possibilitar que os nossos camaradas, os trabalhadores, os eleitores em geral, possam decidir e votar em plena consciência.

E estamos confiantes em que o farão.

Votar em plena consciência significa nem se deixar enganar pela manipulação feita pela comunicação social e pelas campanhas de mentiras e falsas promessas de Soares e Freitas, nem se deixar enganar por campanhas e apelos demagógicos.

Para aqueles que querem que Viva Portugal de Abril, votar em plena consciência é votar no único candidato democrático que pode derrotar os candidatos de direita, vencer as eleições e ser eleito Presidente da República.

E o único candidato que está nessas condições é Francisco Salgado Zenha.

A derrota de Freitas e Soares e a vitória de Zenha terão profundas e favoráveis repercussões na vida política nacional.

A derrota de F. do Amaral será uma derrota histórica das forças mais reaccionárias, as forças do 24 de Abril, será o ruir do projecto de refazer a «AD» e com ele tomar de assalto todos os órgãos do poder político, será a derrota de Cavaco Silva que arrastou o PSD para esse projecto, será uma derrota que, por muito tempo, impossibilitará a reacção de levar por diante o seu plano de liquidar o regime democrático.

A derrota de M. Soares será mais que a derrota de um político. Será a derrota de uma política — a política de aliança e de coligações do PS com a direita para realizar a política de direita que por muito tempo não poderá novamente concretizar-se.

A vitória de Zenha abrirá uma nova fase na vida da democracia portuguesa conquistada com Abril, fase caracterizada pela sua consolidação e pela possibilidade real de se alcançar finalmente uma alternativa democrática à política de destruição, despedimentos, fome, miséria, realizada nos últimos 11 anos por sucessivos governos de direita (com ou sem Mário Soares e o PS por ele comandado).

Ao travar esta grande batalha das eleições presidenciais temos sempre presentes os gravíssimos problemas económicos, sociais, políticos, culturais, morais e nacionais que o nosso povo e o nosso País defrontam.

É urgente e inadiável resolvê-los.

O primeiro, imediato e indispensável passo para que sejam resolvidos, é a derrota de Freitas e Soares e a vitória da democracia nas eleições presidenciais.

Continuaremos incansavelmente os nossos esforços até ao último minuto e ao extremo limite das nossas possibilidades, para que os votos do campo democrático converjam em Zenha logo a 1.ª volta.

Continuemos a luta com confiança na vitória.

Para uma grande vitória da democracia nas eleições presidenciais.

Viva a unidade dos trabalhadores!

Viva a unidade dos democratas!

Viva o Partido Comunista Português!

Conselho de Comunicação Social

Falta o bom senso e a coragem para reconhecer o erro da «directiva»

Tomando posição sobre um novo comunicado divulgado pelo Conselho de Comunicação Social, o gabinete de Imprensa da candidatura de Ângelo Veloso tornou público anteontem o seguinte comunicado:

1. A reposição da legalidade em órgãos da Comunicação Social que, numa injustificada obediência à directiva do CCS, deixaram de proceder a uma cobertura equitativa da campanha de Ângelo Veloso, não exigia nem exige qualquer rectificação expressa por parte do CCS em relação à sua orientação anterior. Rectificação que se impunha e impõe-se por estrito respeito pelas leis em vigor e

que foi ultimamente reforçada pela decisão do Tribunal Constitucional, a qual, como o CCS se viu forçado a reconhecer, é obrigatória, nos termos do art.º 210 da Constituição para «todas as entidades públicas ou privadas» e prevalece sobre «as decisões de quaisquer outras autoridades».

2. Lamenta-se, apesar disso, que o CCS não tenha tido

a coragem e o bom senso de reconhecer de forma explícita que a sua anterior directiva ficou automaticamente sem efeito com a decisão do Tribunal Constitucional.

3. Registe-se, entretanto, que como o CCS vem agora precisar que a sua directiva não visava nem «a suspensão nem a diminuição» da cobertura jornalística dos candidatos, não deve nenhum órgão de Informação ter a partir de agora qualquer dúvida sobre qual o procedimento que lhe cumpre adoptar.

4. É indispensável sublinhar que as extensas considerações e interpretações que o CCS volta a fazer sobre normas do processo eleitoral, bem como as opiniões que persiste em emitir sobre alegadas ofensas ao princípio da igualdade de tratamento dos candidatos, são completamente irrelevantes, ineficazes e deslocadas em relação às atribuições e competências legais daquele órgão. Trata-se, de facto, de meras opiniões subjectivas e de apreciações de carácter político que em caso algum, como reconheceu o Tribunal Constitucional — cujo acórdão o

CCS cita de forma truncada —, podem fundamentar a lesão ou restrição de direitos fundamentais constitucional e legalmente assegurados.

5. Finalmente, merece ser devidamente registado que o CCS, no ponto 9. do seu comunicado de hoje, tenha vindo esclarecer, com espantosa tranquilidade, que a sua anterior directiva, não visando a suspensão ou diminuição da cobertura jornalística de qualquer campanha, «visava apenas a cobertura jornalística de promoção de voto num

candidato feita por outro candidato». O CCS confessa, assim, que o que pretendeu — mas está agora absolutamente impossibilitado de continuar a pretender — foi que os órgãos da comunicação social do Estado censurassem certas declarações de um candidato.

Com este ponto do comunicado do CCS fica exemplarmente demonstrado que a candidatura de Ângelo Veloso, longe de alguma vez ter comentado as decisões daquele órgão em termos injuriosos, sobre elas apenas emitiu comentários de considerável benevolência.

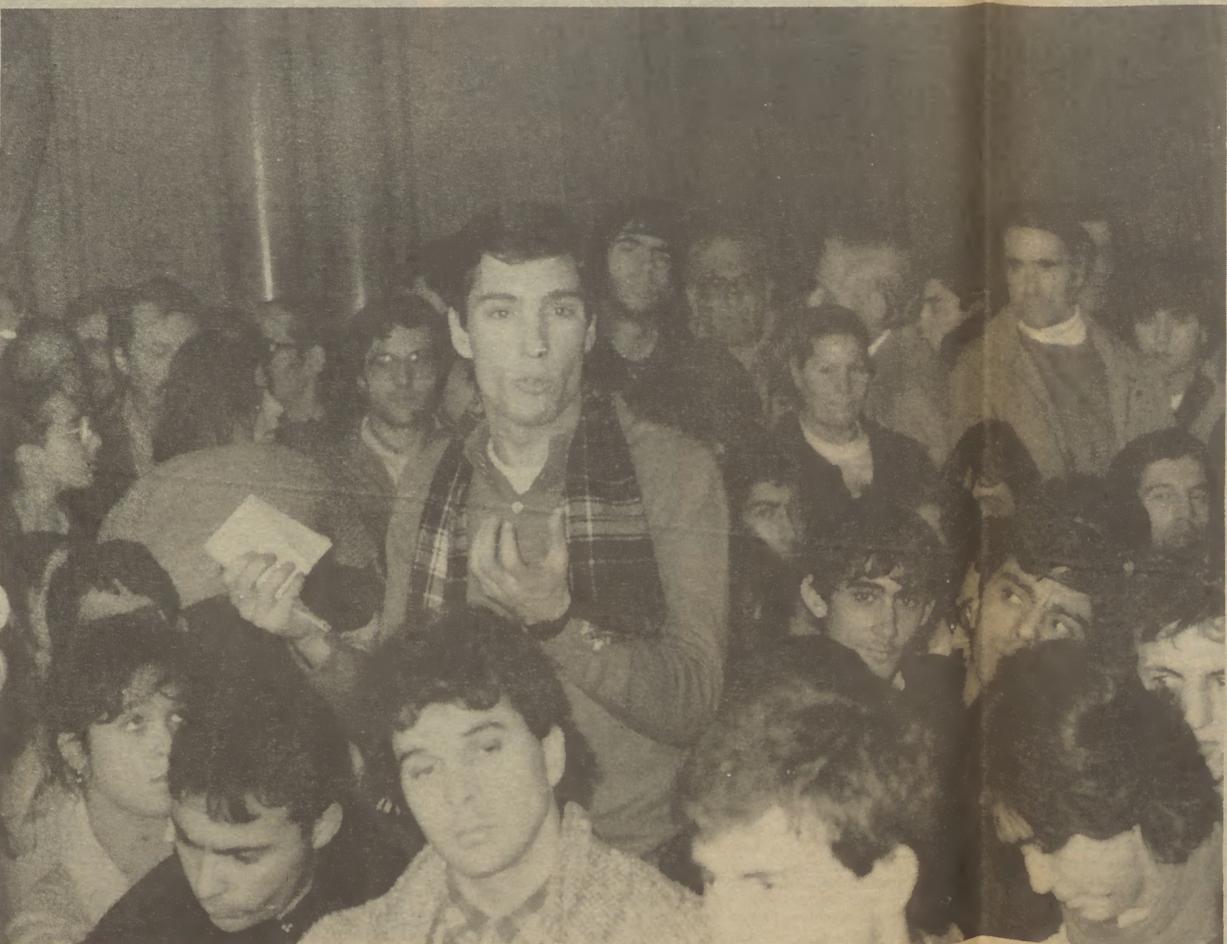
**Unir
os Democratas
para a Vitória
da Democracia**



Unir os Democratas para a Vitória da Democracia



Unir a Juventude para a Vitória da Democracia



Nacional

Partido escondido com o rabo de fora

O discurso populista da candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo foi veementemente condenado por Álvaro Cunhal durante o encontro que manteve com jovens em Lisboa, na passada quinta-feira.

Insurgindo-se contra as afirmações antipartidos desta candidatura, Álvaro Cunhal sublinhou que «na candidatura de Pintasilgo não está alheia a constituição de um partido», e justificou a sua afirmação lembrando que a história já nos ensinou que «aqueles que vêm falar contra os partidos querem sempre formar no-

vos partidos e aqueles que reclamam contra as cúpulas assumem-se sempre como cúpulas».

Perante uma sala a transbordar de jovens, o secretário-geral do PCP sublinhou que muitos dos que hoje estão na candidatura de Pintasilgo fizeram-se notar há anos pelo mesmo tipo de discurso com os mesmos objectivos.

Desmontando este tipo de afirmações, lembrou que para a candidatura de Pintasilgo os que estão de acordo com ela «decidem pela sua consciência, mas os que estão em desacordo são pressionados pelas cúpulas».

Mais. Se há partido que explica, 'é pressão das cúpulas sobre as bases' mas se são eles, então isso já é legítimo...

Inquietação

Mas, e porque se estava entre jovens, assunto obrigatório foi a inclinação para a extrema-direita que se vê por parte de camadas estudantis em algumas zonas do País.

Perguntando porque é que isto acontece, Álvaro Cunhal sublinhou o profundo estudo que os jovens comunistas devem de-

dicar a este fenómeno que considerou como sendo «o mais inquietante»; perguntou-se se «sabemos nós quais são as verdadeiras aspirações da juventude» e, dirigindo-se aos jovens comunistas, questionou-os sobre se, «por vezes, não estarão um pouco separados dos gostos e preferências da grande maioria da juventude».

Compreendendo que o «motoscross, o rally e toda uma nova vida sejam atraentes», Álvaro Cunhal sublinhou que «gostaríamos que isso fosse, um dia, de toda a juventude e não apenas de alguns».

Freitas e o 24 de Abril em Alpiarça

Nem só de sorrisos e bandeirinhas agitadas se faz a campanha eleitoral de Freitas do Amaral, como a TV e outros órgãos de informação têm insistentemente sublinhado na cobertura à movimentação da caravana freitista. Discursos inflamados, chapéus e outras coisas à americana são uma face da moeda. A outra, é bem diferente. Vejamos um exemplo...

O antigo (?) líder do CDS passou por Alpiarça, vila ribatejana com enraizadas tradições de luta e de resistência contra o fascismo. Foi no dia 20, às 19 horas.

O que então se passou, nesta terra que conta entre alguns dos seus filhos 200 anos de prisão nas cadeias de Salazar e Caetano, é descrito nestas breves palavras da Comissão Concelhia do PCP:

«**Voltámos a ver nas ruas desta vila os cães polícias, os GNR's com viseiras, numa manifestação de violência e amedrontamento.**»

«**Alertamos todos os democratas: é necessário unir esforços para eleger um candidato que defenda a democracia e esse candidato é Salgado Zenha.**»

A URAP e as eleições

A União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) salienta que «a afirmação de que a democracia conquistada em Abril e a Constituição não serão traídas é para os resistentes antifascistas uma referência decisiva que em 26 de Janeiro não poderá ser esquecida».

Em comunicado sobre as presidenciais, o Conselho Directivo traça um perfil das cinco candidaturas. «Uma, vindo do passado de Marcelo Caetano e reivindicando o regresso ao passado; outra, embora de passado democrático, ligado há anos às forças da direita e primeiro subscritor do projecto de lei de "segurança interna" completamente estranho à democracia de Abril; uma outra que pretende ignorar os partidos, mas apoiando-se em forças democráticas; outra que se propõe lutar pela unidade dos democratas para a defesa da democracia e que se mostra pronta a desistir para favorecer essa unidade, e, finalmente, a candidatura de um homem da resistência antifascista que se declara fiel a estes princípios e garante a defesa da Constituição.»

Insurgindo-se contra a propaganda feita para minorar o perigo fascista, a URAP salienta que «os resistentes antifascistas não esquecem que o nosso povo viveu 48 anos sob o

fascismo e repudiam a propaganda feita para minorar o perigo fascista. O anticomunismo sempre foi pedra angular da acção do fascismo contra os democratas e as liberdades. Assim, recordam que já na campanha do general Norton de Matos em 1949, do prof. Ruy Luís Gomes em 1951 e do general Humberto Delgado em 1958, o espantinho do comunismo justificou toda a repressão lançada sobre estes candidatos da democracia e seus apoiantes.

«Ainda recentemente as forças democráticas e particularmente os resistentes antifascistas tiveram de travar uma dura batalha para impedir a aprovação duma tenebrosa lei de "segurança interna". Nesta luta estiveram, entre muitas outras, personalidades como o prof. dr. Adelino da Palma Carlos, prof. eng. Henrique de Barros, dr. Vasco da Gama Fernandes, dr. Artur Cunha Leal e o agora candidato dr. Francisco Salgado Zenha.

«Dos principais candidatos, dois propõem-se levar por diante a concretização desta lei, e apenas o candidato Salgado Zenha é abertamente contra ela, o que constitui para nós, mulheres e homens da Resistência Antifascista, ponto sensível» — conclui o comunicado da URAP.

Novo CT da DORS Rumo aos 70%

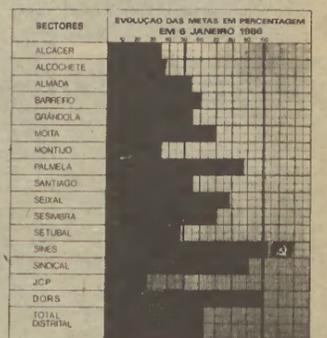
Novo ano novas iniciativas — é neste espírito que os comunistas da Organização Regional de Setúbal (ORS) do PCP encaram no momento as tarefas da campanha de fundos para a construção, na capital do Sado, do novo e necessário Centro de Trabalho da DORS do Partido.

A barreira dos 60 por cento já foi largamente ultrapassada, salientando-se o extraordinário resultado obtido pela organização concelhia de Sines, que ultrapassou já os 100 por cento da respectiva meta.

Refira-se, entretanto, que o apuramento disponível não inclui ainda o balanço de várias iniciativas de fim de ano. Ou seja: os

resultados concelhios e globais da campanha são ainda melhores.

Agora há que prosseguir. O velho sonho será concretizado em breve.



Atenção às provocações

1. O PCP considera necessário e oportuno reafirmar que a campanha eleitoral se deve desenrolar num clima de serenidade e de integral respeito pelos direitos dos cidadãos, dos candidatos e das forças políticas, num quadro de estrita observância da legalidade democrática.

2. Sublinha-se que, sendo esse seguramente o empenho dos democratas e das forças democráticas, são também essas as condições mais favoráveis para a vitória

da democracia nas presentes eleições.

Para a vitória da democracia é essencial o esclarecimento sereno e objectivo dos problemas e propostas, como base da mobilização democrática para a vitória.

Pelo contrário, só aos candidatos da direita e às forças de direita pode interessar e ser vantajosa a criação artificial de um clima de tensão, de conflitos e confrontações violentas.

3. O empoamento e o abusivo aproveitamento político que as candidaturas de

Mário Soares e de Freitas do Amaral têm vindo a fazer de alguns incidentes e o tom grosseiro e exaltado de declarações de apoiantes de Mário Soares e de comunicados do MASP não podem deixar de constituir um aviso quanto às intenções e interesses das candidaturas de direita.

4. Por isso se afigura indispensável chamar seriamente a atenção de todos os democratas e apelar à sua vigilância em relação a quaisquer incidentes e provocações que,

na parte final da campanha, círculos reaccionários possam estar a preparar.

5. O PCP chama a atenção de todos os trabalhadores e de todos os democratas para a absoluta necessidade de desmascarar, desarticular e não permitir o desenvolvimento de qualquer manobra ou acto provocatório.

21 de Janeiro de 1986
A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

o Marxismo no limiar do ano 2000

editorial
CAMINHO

João de Freitas Branco
António Mendonça e Nelson Ribeiro
Carlos Pimenta
Armando Castro



Juventude

Manifesto à juventude

A Juventude Comunista Portuguesa lançou recentemente um Manifesto à Juventude Portuguesa sobre as eleições presidenciais. No documento, a Direcção Nacional da JCP «apela a todos os jovens portugueses para que, independentemente das suas opções políticas, gostos ou simpatias pessoais por tal e tal candidato, contribuam para uma grande vitória do candidato da democracia».

Os jovens comunistas salientam ser «decisiva a concentração dos votos de todos os democratas num único candidato da democracia», e sublinham que «Francisco Salgado Zenha, assegurando o respeito e a defesa da Constituição, é o candidato da democracia que, pelos amplos apoios que dispõe, mais bem colocado está para derrotar a direita, vencendo as eleições».

A Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa afirma não podermos duvidar que «dos resultados eleitorais dependerá a continuação do regime democrático-constitucional ou a sua completa e total subversão. A continuação das liberdades ou a sua destruição. O respeito pelos direitos e aspirações juvenis ou a sua marginalização. A defesa da Independência Nacional e da Paz ou o seu aniquilamento. A defesa e promoção da nossa cultura ou o seu empobrecimento. A manutenção de tudo o que em Abril conquistámos ou o retorno ao passado».

Terra

Agricultores do Ribatejo condenam eucaliptização selvagem

• Encontro exige legislação adequada

A elaboração urgente de legislação que impeça a plantação indiscriminada de eucaliptos nomeadamente em terrenos com aptidão agrícola, como forma de pôr cobro a situações que nos últimos anos têm lesado gravemente a agricultura do Ribatejo (erosão dos solos, esgotamento das reservas hídricas, abandono da actividade agrícola, tentativas de despedimento de rendeiros ou abate de montado de sobre e olival), constituiu uma das reclamações centrais aprovadas pelos participantes no II Encontro sobre Eucaliptização, realizado no passado domingo, na Chamusca.

A iniciativa partiu da Federação dos Agricultores de Santarém, organização que em diver-

sas outras ocasiões expressou já publicamente a sua preocupação por este problema, e foi precedida de uma visita guiada a áreas daquele concelho que têm sido alvo da ocupação sistemática de eucaliptais pelas celuloses.

Na ocasião foi reafirmada a necessidade de se proceder à plantação do eucalipto apenas em terras marginais à agricultura evitando-se deste modo as consequências nefastas que têm vindo a assolar a região e que têm conduzido ao desaparecimento da caça, à seca de poços e fontes, ao isolamento das populações e a graves desequilíbrios na natureza.

Citando exemplos desta preocupante situação os participan-

tes no Encontro recordaram os casos dos concelhos de Abrantes, Rio Maior, Chamusca, Tomar, Constância, Vila Nova da Barquinha, Benavente e Cartaxo, municípios para os quais as fábricas de celulose possuem projectos de plantar, com o aval do Governo, mil hectares de eucaliptos.

Nas conclusões do debate, a entregar às autarquias que sofrem os efeitos desta maleita e às entidades oficiais, os participantes reclamam a adopção de medidas que permitem controlar a expansão selvagem dos eucaliptos na região e que impeçam o desaparecimento da maior mancha de pinhal da Europa.

Nesse sentido, exigem a im-

plementação de estruturas para um combate mais eficaz aos incêndios, créditos acessíveis que estimulem o incremento da reestruturação do montado de sobre e olival e impeçam o seu arranque e ainda uma legislação adequada que preserve as terras com aptidão agrícola e proíba plantar eucaliptos em áreas queimadas de pinhal.

Para além das muitas dezenas de agricultores que estiveram presentes participaram nos trabalhos deste II Encontro sobre Eucaliptização Indiscriminada autarcas da região, deputados do PCP e do PRD, técnicos ligados ao sector, um representante da Direcção Geral das Florestas e um dirigente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Assembleia da República

Nem o Parlamento Europeu faz esquecer presidenciais

As atenções estão viradas, como seria de esperar, para as eleições presidenciais que no próximo domingo se realizam. Daí, talvez, a pouca agitação verificada nas bancadas da Assembleia da República.

Nem mesmo a entrada dos deputados portugueses, pela primeira vez, no Parlamento Europeu, deu motivo para «charanga e foguetes», ficando-se o evento pela leitura de um relatório pelo deputado Magalhães Mota e tendo sido abordado, sem garra, por dois outros deputados, do CDS e do PS, respectivamente.

Entretanto, na passada terça-feira, o pedido de inquérito parlamentar pedido pelo PCP aos «actos inconstitucionais e ilegais contra a Reforma Agrária praticados pelo Ministério da Agricultura e pelos serviços dele dependentes» e que constava da Ordem do Dia foi postergado para data conveniente, em virtude do ministro da tutela se encontrar ausente no estrangeiro.

Assim, na passada terça-feira o período de antes da Ordem do Dia foi ocupado por intervenções de diversas bancadas, esgotando-se o tempo regimental dos trabalhos com as eleições para cargos exteriores à Assembleia da República, a saber: Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos; Conselho Nacional do Plano; Centro de Estudos Judiciários; Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informação; Conselho para a Liberdade de Ensino; Instituto Nacional de Defesa do Consumidor; Conselho Superior de Defesa Nacional; Conselho de Imprensa e União Interparlamentar.

A AR aprovou por unanimidade um voto de pesar pela morte de Tierno Galvan. O vigésimo quinto aniversário do falecimento de João Villaret foi recordado no hemiciclo.

Mas era visível que as preocupações estavam viradas para fora do recinto, na campanha que roda pelo País. Invisível estava Pinto Balsemão, em virtude de ter suspenso o mandato por desavenças com Cavaco Silva que o afastou de um lugar cimeiro no Parlamento Europeu. Enfim, uma invisibilidade que certamente ainda dará que falar, ou não comecem a ser já perceptíveis algumas desavenças no PSD que certamente se agravarão com a derrota de Freitas do Amaral. Resumindo, o PSD muda de chefe como quem muda de camisa e como por aquelas bandas há gente com um vasto guarda-roupa...

EDP encerra empresa

Pela bancada comunista falaram na sessão de terça-feira os deputados Belchior Pereira e Jorge Lemos.

O primeiro abordou as indústrias transformadoras agro-alimentares do Alentejo, particularmente do tomate, explicando o que se passa com as seguintes empresas — Consol, Divor e Caia, que estão paralisadas e cujos trabalhadores já não recebem salários há vários meses.

Referiu, concretamente, que no caso da Consol, por falta de crédito e por a EDP ter cortado o fornecimento de energia, centenas de toneladas de matéria-prima se perderam para além das máquinas ameaçarem deteriorar-se. Tudo por uma dívida de dois mil contos. Enquanto isso, na Banca, há um crédito mal parado de 400 milhões de contos.

A pergunta ficou: Poderá alguém aceitar que se recupere a economia portuguesa deixando morrer empresas necessárias, indispensáveis à rentabilização dos regadios implantados naquelas sub-regiões alentejanas e que custaram ao Estado português muitas centenas de milhares de contos?

Na sua intervenção, o deputado Jorge Lemos abordou a problemática das Escolas Superiores de Educação, que, com projecto que data de 1976 e prevista a sua implementação a partir de 1980, verifica-se hoje que o Ministério da Educação não foi capaz de organizar e dinamizar, até ao momento, um amplo debate público em torno de um problema com tão importantes implicações em toda a estrutura do sistema educativo, designadamente a formação de professores e a estruturação da carreira docente.

Apontou, depois, o caso da Escola Superior de Educação de Viseu, cujos alunos se encontravam nas galerias e que, se quiserem ensinar no Preparatório, terão de complementar, segundo souberam recentemente, a sua formação com mais um ano de estudos a realizar na Universidade.

Jorge Lemos salientou por último que a Assembleia da República deve chamar a si, com urgência, a elaboração da Lei de Bases do sistema Educativo, pois o que se passa não atinge os responsáveis, mas sim várias dezenas de alunos que não têm qualquer culpa das indefinições e contradições da política educativa, se assim se lhe pode chamar, com que os responsáveis pela pasta da Educação, e particularmente o PSD que está à frente do Ministério há mais de seis anos, têm vindo a brindar os portugueses.

Toneladas de batata por escoar

Produtores de Chaves exigem medidas

A situação em que se encontram milhares de agricultores transmontanos, classificada por muitos de «ruinosa e grave», devido quer ao não escoamento da batata (principal produto agrícola da região), quer ao preço de garantia fixado pela Junta Nacional das Frutas (doze escudos o quilo) ser manifestamente insuficiente para cobrir os custos de produção, continua a motivar sérias preocupações e vivos protestos na lavoura da região.

Ainda há poucos dias mais de 500 agricultores do concelho de Chaves, reunidos no salão dos Bombeiros de Cima daquela cidade, procederam a uma análise detalhada dos problemas que os afligem, tendo exigido o preço de escoamento daquele produto e o preço de garantia de 20 escudos por quilo.

Durante a reunião vários oradores testemunharam a existência de enormes quantidades de batata armazenada e por escoar,

valores que atingem as 16 mil toneladas no concelho de Chaves, 4,5 mil toneladas no de Vila Pouca de Aguiar, 12 mil toneladas no de Montalegre a que há que juntar, por exemplo, neste último concelho, mais um milhão de quilos de batata de semente certificada.

Em defesa das suas justas posições os agricultores presentes salientaram que as condições climáticas e de solo da sua região são diferentes e piores das existentes no litoral, pelo que entendem lhes ser devida a garantia de um preço mínimo de 20 escudos o quilo, valor que é substancialmente superior ao que neste momento lhes está a ser oferecido pelos intermediários e que se situa entre os nove e os dez escudos.

«Somos milhares de agricultores a reclamar que a nossa batata (produto do nosso suor) seja escoada o mais breve possível a preços verdadeiramente compensadores — salientam numa



exposição dirigida ao governador civil de Vila Real —. Infelizmente a nossa sina tem sido um drama: se o ano é minguido, então, aí, os senhores do governo limitam-se a dar todas as facilidades aos importadores e intermediários, para que estes encham os bolsos à custa da lavoura.»

No decorrer dos trabalhos, em que interveio um representante da CNA, foi eleita uma comissão representativa dos homens do campo que irá solicitar audiências ao governador civil e ao ministro da Agricultura com vista à superação das graves dificuldades do momento presente.

Preços justos para o vinho

— exige a CNA

Na sequência de uma tomada de posição pública recentemente divulgada na qual se insistia na necessidade do diálogo do Governo com as organizações representativas dos agricultores, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) exigiu no final da passada semana da Junta Nacional do Vinho (JNV) a intervenção deste organismo no sector por forma a permitir o escoamento do produto em poder dos vitivinicultores isolados e das adegas cooperativas.

De acordo com aquela organização os preços em vigor são idênticos ou mesmo inferiores aos praticados há oito anos, situação que é compreensivelmente insustentável se recordarmos os constantes agravamentos verificados nos custos dos factores de produção.

A juntar a este quadro, no entender da CNA, encontram-se ainda as importações de vinhos e aguardentes, posteriormente comercializados a preços inferior-

res aos praticados pelos produtores nacionais, medidas estas que sempre encontraram a complacência dos «sucessivos governos» nos últimos anos.

A inexistência de créditos adequados às necessidades do sector bem como o papel da JNV exclusivamente orientado para servir de «tampão» aos interesses da vitivinicultura, mereceram também o vivo reparo da CNA que acrescenta que o consumo do vinho tem vindo a diminuir na

proporção da grave crise que atinge a agricultura nacional.

Para ultrapassar as dificuldades que afectam os produtores de vinho a CNA defende a reposição dos créditos «com juros bonificados» de campanha e armazenamento; anulação da tentativa de imposição do IVA aos vinhos; a promoção de prospecção de mercados internacionais por parte dos organismos oficiais competentes, designadamente em Angola e Moçambique.

Trabalhadores

Lock-out na Borralha

Exigida a intervenção do Governo

● Protesto da Direcção Regional (DORTM) do PCP

As Minas da Borralha, com 566 trabalhadores, encerrarão definitivamente dentro de quatro a seis meses. Se o Governo não intervier, o lock-out decretado pela multinacional Beralt Tin seguirá o seu curso e acabará como acabaram, na mesma região de Trás-os-Montes, os polos de desenvolvimento constituídos pela Vilnorte, a Vicominas, a exploração do ferro de Moncorvo e a Ferrominas. Esta última, além de actividades arqueológicas, limita-se à produção de britas e areia. A situação no sector agrava-se com o que se passa na Panasqueira. A administração quer reduzir a 10 por cento os aumentos salariais. Os mineiros lutam pelo caderno reivindicativo e pelo contrato colectivo de trabalho. A direcção da empresa prometeu apresentar uma contraproposta até ao próximo dia 28. Quanto à Borralha, a direcção do PCP na região (DORTM) protesta contra o lock-out, reclama a satisfação dos direitos dos trabalhadores e exige medidas imediatas do Governo e da entidade patronal.

«Por estranha coincidência — recorda a DORTM — sempre que um governo de direita fala em desenvolvimento regional, ou em correcção das assimetrias regionais, encerra uma empresa em Trás-os-Montes».

Medidas imediatas

No que respeita à Borralha, a organização regional do PCP responsabiliza os Governos PS/PSD/Mário Soares e PSD/Cavaco Silva pelo ponto a que se chegou («fome, miséria e perspectiva de desemprego») na

segunda maior empresa da região transmontana. Como medidas imediatas, a DORTM exige o pagamento dos atrasados (retroactivos, salários de Dezembro e 13.º mês); subvenções compensatórias do subsídio de desemprego, para que os mineiros e as suas famílias possam sobreviver durante o período de encerramento das minas; intervenção estatal, que reponha urgentemente o funcionamento da empresa.

A propósito do encerramento, por ora temporário, da Borralha, a DORTM, que considera essa medida «um grave atentado à economia nacional», recorda que

os governos se alhearam das «manobras da multinacional» proprietária das minas. Apesar dos «múltiplos alertas e avisos das organizações sindicais e da comissão de trabalhadores ao Governo Civil e aos Governos» centrais, a Beralt Tin entregou, primeiro, a administração da empresa a «um administrador», num processo que a DORTM designa por «pouco claro», e, depois, «num processo mais obscuro ainda», fez baixar a produção das minas, entre 1982 e 1984, «acumulando prejuízos sobre prejuízos» até chegar ao lock-out.

Comenta a DORTM: «O agora sucedido às Minas da Borralha (encerramento de 4 a 6 meses) é um bom exemplo da gravidade da política de recuperação capitalista, agora agravada com a adesão à CEE. Como o PCP tem sistematicamente denunciado, ela representa (essa política) o subdesenvolvimento, a ruína da nossa agricultura e da nossa indústria. Representa a fome e a miséria».

Solidariedade na Panasqueira

A luta dos trabalhadores da Borralha, incluindo paralisações, plenários e concentração junto



Ameaçado todo o sector mineiro

aos escritórios, reclama a intervenção do Governo central, pelo que os Sindicatos já solicitaram audiências ao primeiro-ministro e aos ministros do Trabalho e da Indústria. Um plenário na Panasqueira, em luta por melhores salários e outras reivindicações, aprovava, entretanto, «uma moção de solidariedade com os seus camaradas das Minas da Borralha, exigindo que o Governo e a administração da empresa tomem medidas urgentes no

sentido da viabilização das Minas», para garantir os postos de trabalho e a «continuidade da empresa», defendendo a economia nacional.

Segundo o Sindicato dos Mineiros do Norte, a administração da Borralha «espera receber dinheiro do Governo para poder voltar a funcionar». Exigindo a reabertura da empresa, aquela associação sindical e a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de

Portugal (FSMMMMP) consideram «provado» o facto de a Borralha ser «viável, quer em matéria-prima (minério), quer em mão-de-obra qualificada».

Os trabalhadores e os Sindicatos manifestam firmeza e decisão no prosseguimento da luta pela reabertura das Minas da Borralha e pela satisfação das reivindicações apresentadas na Panasqueira, especialmente no que respeita à revisão salarial.

Marcada nova greve na Carris

Lutas abrangem sectores amplos e diversificados — dos médicos aos metalúrgicos

Numa acção sindical onde é de destacar a unidade por interesses comuns, a greve do dia 15 na Carris teve uma adesão muito próxima dos 100 por cento. Se entretanto, a posição do Governo e da comissão administrativa não se alterarem, em especial no que respeita à

sua proposta inadmissível sobre os aumentos salariais, os trabalhadores e os sindicatos anunciaram já nova greve de 24 horas para os próximos dias 28 ou 29. Até terça-feira passada não havia notícia de a direcção da Carris ter alterado a sua proposta de 17,8 por cento de au-

mentos salariais, que as ORTs (organizações representativas) rejeitaram recorrendo à greve do dia 15. As propostas sindicais situam-se entre os 25 e os 28 por cento — proporções para negociar». Segundo a FSTRU, «após dois meses de boicote e manobras de toda a ordem», a comissão administrativa da Carris limitou-se a passar a sua proposta de 17,5 para 17,8 por cento, o que daria um aumento de 100 escudos mensais por trabalhador, relativamente à primeira proposta patronal. A Federação recorda que, «noutras empresas públicas, e não só, se verificaram aumentos que atingem os 24 por cento». Por outro lado, «contrariamente às declarações gratuitas feitas pelo Governo e pela comissão administrativa sobre o clima de estabilidade e paz social que pretendem criar, resolvendo os problemas pela via do diálogo, o seu comportamento negocial — acrescenta a FSTRU na Carris — é de provocação e desprezo pelos mais elementares direitos e interesses dos trabalhadores». Saliente-se

a ampla movimentação sindical dos trabalhadores». Saliente-se a ampla movimentação sindical que se tem desenrolado à volta da luta na Carris. A grande afluência aos plenários deve servir para fortalecer a unidade e fazer avançar as negociações, pois as condições existem para «prosseguir o processo negocial», como afirma a CNS (comissão negociadora) dos Sindicatos integrados na Federação dos Rodoviários (FSTRU).

10 por cento na CP?

Reunia-se entretanto o plenário nacional dos delegados sindicais da CP. Segundo a Federação sindical (FSTFP) dos ferroviários, a contraproposta salarial do conselho de gerência «aponta para um aumento médio global da ordem dos 10 por cento, para «compensar» a inflação de 20 por cento registada em 1985». Além da análise daquela contraproposta, que se apresenta como «clara provocação contra os trabalhadores», o plenário discutiu «a situação resultante do impasse criado na revisão do

regulamento de carreiras pelo conselho de gerência, com a cónivência do Ministério do Trabalho». Os delegados sindicais, que debateram outros assuntos, relacionados por exemplo com as aposentações, reclamam aumentos salariais de 28 por cento para 1986. Quanto às carreiras, acusaram o Ministério do Trabalho de fugir, mais uma vez, à sua responsabilidade, remetendo «para eventual arbitragem a revisão do regulamento de carreiras, sem definir quaisquer condições ou garantias».

Greves e outras lutas

Nos últimos dias desenvolveram-se grandes e pequenas lutas em outros sectores. Destaque para a paralisação dos químicos, a greve na Mármoreos do Condado, as lutas dos vidreiros, designadamente na Manuel Pereira Roldão e na Ivima; na J. Bento Pedroso e Filhos, na ORMIS, na Wandschneider e na UTIC; em sectores como o têxtil, vestuário, lanifícios e calçado, a Função Pública,

médicos, enfermeiros, metalurgia e metalomecânica (jornada de luta marcada para ontem, 23), trabalhadores dos consuladados e embalagens, gráficos (preconizam a greve), professores (acções e outras diligências junto do Ministério) e jornalistas. Grande parte das lutas e das mais significativas é motivada pelos salários em atraso, pela contratação colectiva votada ao desprezo, pelas baixas remunerações, pela falta de diálogo da parte do Governo e pela política de ruína prosseguida pela direita nos últimos governos. Os trabalhadores e os sindicatos exigem revisões salariais adequadas, recusam imposições, incluindo o «tecto salarial», e batem-se por negociações legais e eficazes, exigindo a aplicação das convenções colectivas em vigor. A recuperação de empresas viáveis e a salvaguarda dos postos de trabalho encontram-se também na primeira linha das reivindicações e das lutas que os trabalhadores se vêem obrigados a travar por interesses e direitos justos, elementares.



Policlinicos exigem vencimentos compatíveis com a função

Trabalhadores

III Congresso da FESTRU

Os transportes reclamam Plano Nacional

● **Melhor serviço, mais segurança melhores salários, reorganização sindical**

Com prioridade para a acção reivindicativa e para um Plano Nacional de Transportes, decorreu em Lisboa no último fim-de-semana o Terceiro Congresso da FESTRU. A Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos reuniu o seu órgão máximo, com 180 delegados eleitos nas empresas, que por sua vez elegeram um Conselho Nacional, com 27 membros efectivos e 10 suplentes, aprovaram alterações aos estatutos e votaram favoravelmente um caderno reivindicativo e um programa de acção para o próximo triénio. A FESTRU, com 15 sindicatos filiados, representa cerca de 55 mil trabalhadores.

No capítulo das «prioridades da acção reivindicativa», o programa trienal da Federação destaca a luta «contra toda a limitação à liberdade de negociação colectiva, quer ela venha através de tetos salariais ou por outras formas». Devem-se «manter e melhorar os direitos e regalias sociais nos IRCT (instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho), desde o caderno reivindicativo de uma pequena empresa até aos CCT's (contratos colectivos) nacionais». Os aumentos de salários devem repor «de facto o poder de compra perdido ao longo dos últimos anos».

Reclama ainda o programa «a adaptação dos IRCT às novas realidades tecnológicas, tendo em conta as características das novas profissões que daí derivam».

Ainda no campo das prioridades reivindicativas, o programa privilegia «os aumentos salariais no salário-base, contrariando a tendência dos últimos anos», que vai no sentido da atribuição de «subsídios ou outras formas de retribuição». Nestes últimos casos, devem os subsídios ser regulamentados, para evitar que o patronato os utilize «como forma de pressão sobre os trabalhadores».

Relativamente a este assunto o Congresso decidiu também «apoiar as reivindicações con-

cretas dos trabalhadores, onde haja condições, a nível local (empresas), transformando-as em cadernos reivindicativos», designadamente, «tendo em conta a aplicação de condições mais favoráveis que as do contrato nacional».

Outras reivindicações do programa incidem na duração do horário de trabalho (luta pelas 40 horas semanais, «sem que daí resulte qualquer prejuízo no salário, nem sobrecarga de trabalho»); higiene e segurança («exigir do Governo a aplicação de legislação adequada e fiscalização rigorosa do seu total cumprimento»); segurança social e saúde (nomeadamente: «lutar, lado a lado com os restantes trabalhadores no Movimento Sindical Unitário pela revogação de todas as medidas que lesam gravemente os trabalhadores, contra o aumento brutal nos preços dos serviços de saúde, e pela criação de um verdadeiro Serviço Nacional de Saúde, universal e gratuito, como estabelecido a Constituição»).

Actualização semestral dos salários

No caderno reivindicativo, a FESTRU pronuncia-se pela actualização semestral dos salários

e de outras cláusulas que envolvam remunerações. Esta actualização deve funcionar sempre que a subida do custo de vida ultrapasse as previsões governamentais, bem como a média desse custo nos países da CEE. No cálculo dos aumentos salariais devem entrar «os pesados descontos» suportados pelos trabalhadores.

A par disso, os transportes rodoviários de passageiros devem cobrir melhor o País, a preços aceitáveis, mediante uma política tarifária «mais adequada e justa», sem aumento dos passes sociais, cujos preços já são «demasiado elevados».

Os passes sociais devem ser extensivos a todo o território nacional.

«Os ataques às empresas públicas por parte do Governo» foram severamente criticados pelo Congresso da FESTRU, que reclamou um aumento da participação estatal nos custos totais daquelas empresas.

O Congresso, que prevê pela primeira vez a criação de um secretariado permanente da comissão executiva do Conselho Nacional, protestou, por outro lado, contra os contratos a prazo que atingem 50 por cento do total dos trabalhadores no sector privado do ramo dos transportes.

Outras formas de trabalho precário foram também criticadas pelo Congresso, que pugnou pela segurança rodoviária, um dos pontos em debate.

Por outro lado, o Congresso, que começou com a projecção de um filme sobre o 1.º de Maio (passa este ano o centenário) defendeu a necessidade de planificar o sector, mediante um Plano Nacional de Transportes, onde sejam definidas prioridades de investimentos e uma racionalização capaz.

O III Congresso da FESTRU, que decorreu nas instalações do INIP (Instituto das pescas) salientou também a importância do



Um Congresso participado aprova medidas eficazes

sector para a dinamização de variados sectores produtivos e para o emprego, se entretanto se normalizar a função nacional

deste serviço, em grande parte público, e que deve privilegiar sempre o serviço das populações.

LUTAS E TAREFAS

● **A formação profissional ministrada pela FEPACES abrangeu 1559 trabalhadores do comércio, escritórios e serviços, no ano passado.** Aquela Federação sindical prevê para 1986 «a criação de dois centros sindicais de formação profissional, em Lisboa e no Porto». Um total de quatro mil horas de formação profissional incidirá na área do «aperfeiçoamento e reciclagem» de jovens e adultos, incluindo «a formação de mulheres que desejem iniciar ou retomar uma actividade profissional, face às exigências das novas tecnologias da informação e das solicitações permanentes do mercado do trabalho». A FEPACES (Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços) adianta que as acções deste ano seguirão o mesmo curso das do ano findo, abrangendo disciplinas como Contabilidade, Inglês, Francês, Fiscalidade (IVA), Direito de Trabalho e Ótica Ocular.

● **Embora não corresponda totalmente às propostas dos trabalhadores, o acordo conseguido na Lisnave travou a ameaça de encerramento dos estaleiros.** Segundo a CT, as organizações representativas (ORTs) conseguiram a amortização das dívidas por salários em atraso e a prioridade de readmissão dos 140 despedidos, provavelmente em Abril, mês em que deve ficar concluída a revisão salarial. Outros aspectos de interesse constam do acordo entre a administração da Lisnave e as ORTs, que incluem a comissão de trabalhadores e a comissão intersindical. É de salientar a unidade que presidiu ao acordo, conseguido após forte movimentação das estruturas sindicais, principalmente a partir de 7 de Julho de 1985, data da assembleia geral de trabalhadores que apresentou à administração as propostas de funcionamento da Lisnave.

● **Marcado para ontem, 23, o acto eleitoral para a CT da Setenave deve mobilizar todos os trabalhadores daqueles estaleiros de Setúbal.** Num comunicado, a CT cessante afirma que «os trabalhadores não se podem alhear da eleição dos seus representantes», pois «torna-se necessário conferir, mais uma vez a esta eleição a sua verdadeira importância», elegendo uma Comissão de Trabalhadores que, «unida a este grande colectivo, o organize de forma a controlar de maneira eficaz toda a actividade da empresa, no sentido da defesa dela própria, como grande empresa nacionalizada, dos seus trabalhadores e dos postos de trabalho». Prostando contra a «política ruínosa» seguida pelo Governo na empresa, os trabalhadores paralisaram no dia 14. Um membro da CT, Raúl Figueiredo, afirmou que, além de ter ordenado o congelamento das tabelas salariais da empresa, o Governo Cavaco Silva segue a mesma política dos anteriores. A frota mercante mantém-se «caduca e desadaptada». Mas, enquanto a Setenave continua com falta de trabalho, «o País gasta por ano mais de cem milhões de contos no afretamento de navios estrangeiros», disse ainda aquele membro da CT.

● **Trabalhadores em luta no distrito de Viseu.** Concentrados na quarta-feira da

semana passada em frente ao Ministério da Saúde, em Lisboa, os trabalhadores da Administração Regional daquele sector em Viseu reclamaram uma audiência com Leonor Beza, ministra da Saúde. A delegação não foi recebida. Foi «mais uma vez recusado o diálogo com os trabalhadores». O Sindicato da Função Pública (d direcção distrital de Viseu) afirma que a deslocação a Lisboa se destinava a «despoletar a situação criada com o despacho publicado em 26 de Novembro findo, no que se refere à suspensão das promoções nas carreiras». Segundo a direcção distrital do Sindicato, os trabalhadores da Administração Regional de Saúde de Viseu «encontram-se na disposição de endurecer as formas de luta». Entretanto, na Sociedade Mineira do Paiva, os 30 trabalhadores eram obrigados a recorrer à greve, na tarde do dia 20 e nos dois dias seguintes, para exigir o pagamento de salários em atraso e evitar o encerramento da empresa, de que o principal accionista é o Banco Português do Atlântico. Alguns dos trabalhadores em luta têm mais de 20 anos de casa. O Sindicato da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Viseu assinala que «só a má gestão, levada a cabo nos últimos anos, possibilitou que a empresa chegasse a tal degradação».

● **«Só no distrito de Évora, existem cerca de 6500 desempregados no sector da agricultura».** Numa reunião com 400 desses trabalhadores sem emprego, vindos de várias aldeias do distrito, o Sindicato (STADE) aprovou e fez distribuir um documento sobre a situação. Ao enumerar as medidas imediatas para acabar com o desemprego, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora reclama que «sejam cultivadas e postas a produzir as duzentas herdades actualmente abandonadas ou subaproveitadas». Do plenário efectuado no Monte Alentejano, no dia 13, saíram delegações para contactos com o governador civil, Centro de Emprego e Câmara Municipal. O documento sobre o desemprego foi distribuído à população.

● **A lepra alastra.** Também os técnicos de desenho se encontram com salários em atraso. O Sindicato (delegação do Norte) afirma que só na sua área há 150 profissionais nessas condições. Incluindo todos os sectores, são hoje vinte mil os trabalhadores com salários em atraso no distrito do Porto. As empresas devedoras são 112 e os desempregados noventa mil. Em Lisboa, a União dos Sindicatos revelava que a média aritmética das empresas que não pagam salários passou de 184 em 1984 para 208 em 1985, aumentando mais de 40,5 por cento.

● **Os trabalhadores de ourivesaria e relojoaria do Norte conseguiram um aumento salarial médio global de 20,32 por cento.** Chamando a atenção para o facto, o Sindicato dos Metalúrgicos do Porto afirmava, no dia 15, que os Sindicatos subscritores do novo CCT «consideram que os aumentos salariais acordados, embora insuficientes, ultrapassam largamente a proposta patronal inicial (17 por cento) e o tecto salarial que o Governo pretende impor».

Governo retoma o «pacote»

Fortemente ameaçada a estabilidade do emprego

O Governo de Cavaco Silva quer rever o regime jurídico da cessação do contrato de trabalho.

Na senda do Executivo anterior, é de novo o famigerado «pacote laboral» que vem à tona. Liberalização dos despedimentos, restrições do direito à greve, repressão acrescida para os trabalhadores, liberdades e direitos sindicais atingidos constituem as grandes linhas da autorização legislativa, que o Governo Cavaco pretende obter da Assembleia da República.

O movimento sindical protesta de novo e firmemente contra esta tentativa, repudiada durante a vigência do governo anterior.

Sem prejuízo de uma análise mais pormenorizada, que faremos oportunamente, retemos desde já o protesto generalizado do movimento sindical

unitário contra o «pacote» e citamos a União dos Sindicatos de Aveiro que, na passada segunda-feira afirmava:

«Se a proposta de lei do Governo fosse aprovada, isso significaria que a estabilidade e segurança no emprego deixariam de existir; que, de um modo geral, todos os trabalhadores passariam a ser contratados a prazo, tal a facilidade que seria dada ao patronato para despedir».

Retenha-se ainda que «o regime jurídico da cessação do contrato de trabalho é matéria de importância vital para o futuro dos trabalhadores, pelo que não deve ser alvo de qualquer autorização legislativa, concedida a este ou a qualquer outro Governo», reafirma a União dos Sindicatos de Aveiro, em comunicado do seu Conselho Distrital.

a TV

O Retrato

Um dos pormenores mais vincados desta campanha, vista pela televisão, é o extremo grau de carência em que se encontra o povo português. Aí temos, sim, uma das faces do «país real», esse país que a RTP sistematicamente ignora, ao longo da programação diária.

Com extrema frequência, pessoas simples, geralmente idosas, dramaticamente vulneráveis, aproximam-se dos candidatos, expõem-lhes a situação em que vivem, queixam-se com o sofrimento estampado no rosto.

E pedem. Pedem com lágrimas na voz. Pedem especialmente duas coisas: uma casinha para poderem viver e um aumento nas pensões de reforma.

Adivinha-se, a partir daqui, tudo o resto. A angústia, a doença, a tristeza de viver.

Retrato de uma época. Com os responsáveis apontados a dedo...

O engano da cruzinha

Outro pormenor é o desconhecimento generalizado das funções do presidente da República. Competia principalmente à televisão informar cabalmente o povo português, pois, como muito bem disse Salgado Zenha, não se compreende uma democracia a sério, sem uma informação correcta.

Para grande parte dos populares inquiridos, não há nenhuma distinção entre as funções do Presidente e do Governo.

Há quem diga de um candidato: «Tem competência para governar o País». Ou então dizem: «Dava um bom governante».

Certamente, muitos acreditam, diante das falas mansas e bonitas de certos candidatos, que pondo a cruzinha neles vão receber em troca melhorias de vida e a casinha que tantos sonham...

É a isto que Lurdes Pintasilgo chama «votar pela sua própria cabeça...»

Pintasilgo – A «Festa» da demagogia Soares – O delírio da banha da cobra Freitas – O surrealismo irreal

De todos os candidatos, Salgado Zenha é o único a lutar contra a demagogia. Fá-lo explicitamente e com frequência. Muitas vezes diz que «não promete o que não pode dar».

Pintasilgo, dizem os entusiasmados repórteres de televisão que transformou os seus comícios numa festa. Talvez, mas numa festa de demagogia que faz lembrar, em muitos aspectos, a campanha do major Tomé nas legislativas.

Quem a ouvir falar, pensa que ela vai ter mão sobre o desemprego, a crise da habitação, os salários em atraso. Formidável, com a Pintasilgo lá em cima vai ficar tudo resolvido, «ela dá uma boa governante...»

Soares e Freitas não lhe ficam atrás nas tiradas gongóricas. Com o Soares, atingiu-se o delírio na arte da «banha da cobra». Ele agora dá tudo, tudo, para chegar lá acima. Dá trabalho, dá escolas, dá desporto, dá habitação para os jovens — e ainda dá mais, vai mais longe: dá novas tecnologias!!!

Isto ultrapassa a política para se inserir no domínio da pornografia.

Com o Freitas, entra-se no surrealismo. Refere-se à miséria que cresceu nos últimos anos, na degradação a que o País chegou, venham comigo a este bairro de lata, aqui a senhora Lucinda, coitada, com seis filhos, o marido deixou-a, leva uma vida sacrificada de miséria, vivem todos na mesma barracota...

Os responsáveis de tanta miséria e de tanta desgraça foram exactamente as forças que apoiam Freitas do Amaral e Mário Soares.

Mas eles falam, passeiam, discursam como se nada fosse com eles. Pertencem ao grupo que acredita na memória curta das pessoas...

Candidatura Pintasilgo: movimento reorganizativo do anticomunismo

Pintasilgo andou por zonas onde vigora o pior caciquismo e onde os problemas rurais atingem uma fase de grande tensão, devido ao agravamento das relações entre os senhorios e os rendeiros. Não lhe saiu da boca uma palavra de condenação ou esclarecimento.

Não passou da retórica, do sorriso, dos abraços e beijinhos.

Onde todo o seu poder reivindicativo veio à superfície foi no Alentejo. Um pequeno comerciante ainda lhe disse que todo o mal para a sociedade viera dos ataques à Reforma Agrária

pois quando todos trabalhavam, todos compravam e todos, camponeses, comerciantes e industriais, todos viviam melhor. Ela ouviu, mas não percebeu. Preferiu outros caminhos...

Ei-la afirmando que o medo está a esmagar as consciências. Cada qual deve seguir a sua consciência, pensar pela sua cabeça, que não há aristocratas da política...

Trocando por miúdos: o Partido Comunista deu aos seus militantes a indicação de voto em Salgado Zenha, mas vocês não lhe obedecem, quem percebe de política são vocês, não liguem, votem em mim que eu é que sou boa para vocês, só quero o vosso bem e percebo da poda...

Lembro-me que ela andou por terras do PSD e CDS. E não disse às pessoas: desobedeçam, fujam à responsabilidade colectiva desses partidos, eles mandam votar em Freitas mas vocês não façam caso...

Não o fez. A sua revolta contra os partidos assumiu expressão vingadora em zonas onde o PCP prepondera. Claro que as outras forças ficaram todas satisfeitas. Os agrários esfregaram as mãos de alegria.

O que é que faz correr esta candidatura?

A serenidade o vivo repúdio e outras coisas

Uma das características de Soares, dizem (e ele confirma) que é a serenidade. A prova de que ele é mesmo sereno, deu-a na reportagem sobre os acontecimentos na Marinha Grande.

Reportagem que, bem vistas as coisas, nada esclareceu. Nada se conseguiu ver que desse um claramente visto. Afirmam os trabalhadores que os guarda-costas de Soares puxaram das pistolas. Soaristas desmentem — mas como é natural o povo dá mais crédito aos trabalhadores. Quanto à reportagem, não vimos os socos, nem as pauladas e as câmaras estavam tão distraídas que não viram as pistolas, viram só uma grande confusão e, no meio da confusão, aparecia em grande plano a cara de um guarda-costas, com algumas escoriações. Nos televisores a cor, o sangue, mesmo pouco, impressiona muito. Telejornal procura tirar dividendos da situação...

Safo daquela, Soares refugiou-se na fábrica, parecia uma criança horrorizada por ter rasgado os calções na pequena briga.

Sentindo a presença da câmara, e mais defendido como os meninos ao pé do pai, Soares, de feições descompostas, falou sem cuidar do que dizia, numa demonstração pública de inconsciência.

Acusou os «partidários de Zenha, Eanes e Cunhal». Este homem não perde tempo, à dúzia é mais barato... E grita: «Portugal é terra de liberdade, não é Moscovo!»

A história dá-me para rir. Aquele homem quer ser trágico e resulta cómico. Anticomunista, quando controla a paranóia fica assim: um «clown» ridículo.

Os aconchegos vieram. Mais ou menos rigorosos, mais ou menos amáveis.

Simplemente depois vieram as contramanifestações e as provocações contra Salgado Zenha, na Póvoa do Varzim, na reportagem, desta vez, imperou a serenidade — quer a do candidato, quer a da repórter. «Quase se chegou a vias de facto», diz ela. A palavra é dada a um contramanifestante, ao contrário do que se verificou na Marinha Grande. «Voto em Freitas do Amaral — dizia — porque ele é poveiro e português». Razões de peso, como se vê, para se usar a força contra a expressão de uma candidatura...

Não houve solidariedade. Não houve «vivos repúdios». Compreende-se: o alvejado era Salgado Zenha...

O minha senhora, mas então onde param as suas palavras contra o medo que esmaga as consciências? Onde é que elas estão? Gastaram-se todas em Évora?...

Cadê o protestozinho?

Na televisão, a campanha para as presidenciais exprime-se em dois planos principais: nos tempos de antena da responsabilidade dos candidatos e nos blocos informativos propriamente no Telejornal.

Aqui, parece que a máxima isenção e distanciação deviam presidir. No entanto, é notório o tratamento crítico da campanha de Salgado Zenha e o calor, a emoção, o entusiasmo, a raia a propaganda, tudo bem distribuído por Freitas, Soares e Pintasilgo.

Tudo se compreenderá melhor se atentarmos nesta prova de Miguel Lemos que acompanhava a caravana soarista: «Uma campanha feita a pulso de Mário Soares verifica todos os dias um crescendo de apelos sólidos para a sua eleição. Fontes da comitiva indicam que o candidato da esquerda democrática já está em condições de vencer Freitas do Amaral na segunda volta».

Eis um exemplo acabado de como a objectividade é mandada pura e simplesmente para as urtigas e cede o lugar à clara manipulação do telespectador.

Não é caso único. A RTP já sabe qual é o candidato... de que não gosta. Está dada a indicação de voto.

O Dona Pintasilgo, não há um protestozinho contra a manipulação das consciências?...

■ **Ulisses**



Julius Fučík nasceu a 23 de Fevereiro de 1903, em Praga, filho de um operário. Aos dezoito anos de idade filiou-se no Partido Comunista Checoslovaco, trabalhando desde jovem como jornalista comunista.

Quando, depois do golpe traçoeiro de Munique, os reacçãoários ocidentais, aliados à nossa burguesia, entregaram a Checoslováquia a Hitler, Julius Fučík não deixou de combater nas fileiras do Partido Comunista clandestino. No dia 24 de Abril de 1942 foi preso durante uma reunião conspirativa em Praga.

Quando o Exército Soviético vitorioso libertou os prisioneiros do campo de concentração, regressou a Praga. Buscando o meu marido, soube então que fora executado à pressa. Soube também que, na prisão da Gestapo de Praga, Julius Fučík havia escrito em segredo. Pouco a pouco, consegui reunir as folhas do seu manuscrito, trazido secretamente para fora da prisão e guardado pela boa gente checa. É o livro que Julius Fučík intitulara **Testamento Sob a Força**.

Gusta Fucikova



Internacional

Líbano, extrema-direita impede a paz possível

A extrema-direita no Líbano, destruiu, de momento, pela força das armas, as possibilidades abertas para a concretização, de imediato, da paz, num país devastado por quase onze anos de guerra.

Possibilidades muito concretas, formalizadas num acordo laboriosamente elaborado, com mediação de dirigentes sírios, e assinado em Damasco a 28 de Dezembro, entre as três principais milícias do país: as Forças Libanesas (milícias cristãs unificadas), a Frente de Unidade Nacional (coligação das forças patrióticas) e o movimento shiita Amal.

Contra a via aberta para a paz, uniram-se o Partido da Falange, do presidente Amin Gemayel e Samir Geagea, chefe do Estado Maior das Forças Libanesas, que por via militar forçaram

Estado adjunto norte-americano para o Médio Oriente, e Shimon Peres, primeiro-ministro israelita, por várias capitais da Europa capitalista (e um encontro em Haia). Circuitos cruzados em que



ao exílio o signatário do acordo por parte desta última organização: Elie Hobeika, ainda em Dezembro seu principal dirigente.

Paralelamente ao desenrolar dos acontecimentos a nível interno, e em evidente ligação, reactivou-se a actividade terrorista das tropas sionistas no sul ocupado do território libanês.

Desenvolve-se, também em simultâneo, uma intensa actividade diplomática dos Estados Unidos e de Israel, no sentido da imposição de um plano de «paz» para o Médio Oriente, à sua medida, com a inclusão de uma delegação jordano-palestina (naturalmente, sem a adequada representação da OLP). Neste contexto se insere a corrida de Richard Murphy, secretário de

se podem destacar factos como o encontro de Murphy com o rei Hussein da Jordânia, em Londres, e o contacto de Peres com o primeiro-ministro espanhol, para reconhecimento diplomático de Tel-Aviv por Madrid.

A reactivação da guerra no Líbano e da acção terrorista contra as populações do sul do Líbano, coincidem ainda como veto dos Estados Unidos a uma resolução do Conselho de Segurança da ONU de forte condenação dos actos de violência das tropas sionistas na zona meridional do território libanês.

Estes são os factos. Difícil será considerá-los apenas coincidentes no tempo. É evidente a sua articulação e interdependência.

Porquê?

A ofensiva contra o acordo de Dezembro já vinha de antes, desde o momento em que se esboçou uma possibilidade de paz não conforme com as perspectivas de Israel e do imperialismo. Nos últimos três meses Tel-Aviv havia multiplicado agressões e ameaças, invadindo de novo localidades para além do «cordão de segurança», desencadeando batalhas aéreas com a Síria, e sobrevoando quotidianamente a capital libanesa e muitas outras regiões do país. O embaixador dos Estados Unidos no Líbano, interveio mesmo directamente junto dos dirigentes falangistas, no sentido da não-assinatura do acordo. Também algumas capitais europeias declararam a sua discordância quanto ao projectado acordo, afirmando que se tratava de uma ameaça à «própria natureza do Líbano».

Porquê tanta sanha?

Reproduzimos aqui, à laia de resposta, três curtos extractos do documento assinado em Damasco, em Dezembro. Eles ajudam-nos a compreender o que o imperialismo não quer para os povos.

«No excepcional contexto dramático que agita o Líbano, as partes reunidas elaboraram um projecto de resolução nacional assente nas aspirações do nosso povo à libertação da sua terra da ocupação israelita, ao regresso da segurança e da paz à pátria, à afirmação de um verdadeiro regime democrático pela consagração da justiça e da igualdade nos planos político e social, e a realização dos desejos dos libaneses em todos os domínios».

«O Líbano é uma república democrática parlamentar baseada no respeito das liberdades públicas, antes do mais da liberdade de opinião e de crença, e no princípio da separação dos poderes, justiça social, e igualdade de todos os cidadãos em direitos e deveres, sem diferenciações ou privilégios, num sistema económico liberal baseado na planificação científica geral do desenvolvimento de todas as

energias, necessidades e actividades em todos os domínios, um país da dignidade humana e da vontade cívica».

«O reforço do espírito de participação nacional e a prática democrática exige a substituição da fórmula confessional actual por uma fórmula nacional que assegure a participação e representação do povo num poder político capaz de exprimir as aspirações e vontade deste povo ao nível nacional, e nos planos da liberdade, da justiça social, da equidade, igualdade de oportunidades, desenvolvimento, segurança».

Os projectos coloniais

Este o projecto que manifestamente o imperialismo, Tel-Aviv, a extrema-direita libanesa, não querem. Numa clara denúncia de qual o verdadeiro carácter das divisões confessionais (que se pretende fazer-nos crer serem base inelutável da guerra de há mais de uma década em terras do Líbano): a sua qualidade de instrumento de divisão e privilégios, nas mãos do imperialismo e da reacção.

Quanto ao que o imperialismo quer, não só especificamente no Líbano, mas em toda esta martirizada zona do mundo — e as coincidências de manobras diplomáticas e activação da guerra não são fortuitas — fica evidenciado nas declarações do vice-primeiro-ministro israelita David Levy, que anunciou a criação, em 1986, de 13 novos colonatos nos territórios ocupados de Gaza e Cisjordânia, em manifesto desrespeito das resoluções da ONU e afirmou ainda: «O compromisso territorial com a Jordânia é uma ilusão... estamos em condições de impedir a criação de um Estado palestino agindo sobre o terreno».

É muita arrogância, subestimação da força da luta popular, irrealismo político. Mas são palavras esclarecedoras dos projectos políticos perfiados pelo imperialismo.



El Salvador, a luta continua

Em dez das catorze províncias de El Salvador, os combatentes da «Farabundi Martí» de Libertação Nacional estão a efectuar acções bem sucedidas, impedindo o fornecimento de munições e equipamentos às tropas governamentais.

Paralelamente à acção guerrilheira desenvolve-se a luta popular de massas. Na capital do país realizou-se uma manifestação contra a intervenção norte-americana na América Central e a política económica anti-popular do governo de Duarte, que faz recair sobre os ombros dos trabalhadores o peso das despesas da guerra contra o movimento de libertação.

RPD da Coreia defende suspensão de manobras militares

A República Popular Democrática da Coreia apresentou na Comissão Militar de Armistício propostas no sentido de pôr cobro a todas as «manobras militares de grande envergadura» na península. Entretanto cerca de 200 mil soldados iniciam no próximo dia 10 de Fevereiro manobras militares conjuntas de tropas norte-americanas e sul-coreanas. São duas posições opostas e que de forma muito nítida definem de que lado está a defesa da paz e dos interesses do povo coreano.

Na sua mensagem de ano novo, o presidente Kim Il Sung destacou: «Para que se realizem com êxito os diálogos norte-sul é preciso atenuar a tensão reinante entre ambas as partes e para isso é necessário, antes do mais, suspender as manobras militares contra a outra parte. Não tem sentido que nos sentemos a dialogar enquanto se levam a cabo, com alarde, simulacros de guerra».

Marcha da Paz na América Central

Em 11 de Dezembro de 85 partiu do Panamá uma marcha da paz na América Central que reúne representantes de perto de 30 países. A Marcha atravessou diversos países da zona, foi calorosamente recebida na Nicarágua, defrontou-se com elementos hostis na Costa Rica e foi impedida de entrar em El Salvador e nas Honduras. Na Guatemala, os manifestantes divulgaram uma declaração de apoio às iniciativas de paz avançadas pelo «grupo de Contadora».

Uma marcha que, ao longo do seu percurso assume características diferenciadas, enriquecidas pelas diferentes realidades que se vivem na zona.

Intelectuais portugueses pela libertação de Antonov

Um grupo de intelectuais portugueses lançou um apelo pela imediata libertação do cidadão búlgaro Antonov (preso em Roma sob a acusação de envolvimento no atentado contra o Papa), por não haver «nenhum indício, nenhuma prova» que justifiquem a prisão. Os signatários afirmam ser evidente «que este processo se inscreve numa vasta campanha de intoxicação ideológica».

Índices de produção aumentam no Afeganistão

O volume global das colheitas de cereais no Afeganistão atingiu os quatro milhões de toneladas no último ano, apesar da seca. Também o volume da produção da indústria ligeira e alimentar aumentou consideravelmente em relação a 1984. No domínio da assistência social, o trabalho realizado desde a revolução permitiu aumentar em 78% o número de médicos e em 50% a produção medicamentosa.

Guiné-Bissau - o «Dia dos Heróis»

A República da Guiné-Bissau assinalou dia 20 o dia dos heróis nacionais, numa homenagem à memória de todos os que deram a vida pela libertação. Na noite de 20 para 21 de Janeiro, Amílcar Cabral foi assassinado, de acordo com um plano elaborado pela PIDE, com o apoio dos serviços da CIA. O objectivo seria decapitar o PAIGC, criando graves problemas ao movimento de libertação da Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Objectivo que, como é sabido, não foi alcançado. Já em Setembro de 1973 foi proclamada a independência da Guiné-Bissau.

LESOTHO

O preço da dependência

O Lesotho, pequeno país enclavado no território da África do Sul, viveu, na madrugada do dia 20, um golpe militar que derrubou o governo do primeiro-ministro Leboa Jonathan. No mesmo dia, o gabinete militar chefiado pelo general Justin Lekhanya, impôs o recolher obrigatório. Os factos divulgados são escassos. Razões não faltariam, num dos mais pobres países de África, para o despoletar de problemas internos. Mas nada indica que sejam esses os fundamentos da convulsão política. Na verdade, todos os caminhos vão dar a Pretória. E o Lesotho seria mais um caso da enorme lista de ingerências dos grandes países do capital, quando uma linha política não é do seu agrado. Assim, um primeiro elemento

é que o governo do Lesotho já se recusou por diversas vezes — e por isso foi vítima até de incursões militares — a expulsar refugiados da África do Sul no seu território, conforme exigência de Pretória.

Por outro lado, o chefe do golpe militar esteve na semana passada na capital da África do Sul, em princípio para negociar o levantamento do bloqueio económico decretado pelo governo sul-africano ao Lesotho (com o estafado argumento de apoio ao movimento de libertação, ANC).

Mais ainda, o golpe ocorreu menos de 24 horas depois do então presidente — esgotadas as esperanças de receber o pedido auxílio económico ao mundo capitalista — ter anunciado

que se iria dirigir à comunidade socialista.

Estes os factos mais actuais. Que vem na sequência lógica do que tem sido a política da África do Sul em relação a este pequeno país, particularmente vulnerável porque completamente dependente.

A dependência, também determinada por condicionalismos geográficos, exprime-se em factos como: o rand sul-africano é a moeda corrente; as empresas sul-africanas controlam a economia do país e as comunicações; 45% da força de trabalho presta serviço nas minas de ouro sul-africanas. Uma presa fácil, portanto.

O Lesotho nunca se distinguiu por uma política progressista.

Mas tem vindo a tomar algumas medidas que não agradam a Pretória: o acolhimento de refugiados, a recusa em aceitar a condenada política de «bantustização», a adesão ao projecto de integração económica regional, impulsionado pelos países da Linha da Frente.

Tanto bastou para que o país se tornasse vítima das represálias do governo do «apartheid», com destaque para o massacre de Dezembro de 82, em que foram assassinadas mais de quatro dezenas de pessoas. O golpe militar surge na sequência lógica destes factos. Pretória não suporta nenhuma posição independente que venha ao arripio dos seus interesses e quando lhe é possível, golpeia. Este parece ser o caso do Lesotho.

Internacional

URSS
propõe

Um programa concreto num tempo exacto



A União Soviética acaba de apresentar — a todos os povos e governos do mundo — um verdadeiro programa de paz, com objectivos concretos, intimamente ligados à realidade actual, prazos específicos, e de que a concretização nos levaria a uma nova era das relações internacionais.

«No fulcro da questão — como se salienta no documento, que a todos nós diz respeito — está a necessidade de quebrar resolutamente essa lógica (da corrida aos armamentos). Estamos a empreender mais uma tentativa nesse sentido. De contrário, a rivalidade militar transformar-se-à numa avalanche que impossibilitará todo e qualquer controlo da evolução dos acontecimentos. Não nos devemos vergar ante o desenfreamento da corrida armamentista, prescindindo da voz da razão e do sentido de autoconservação próprio do homem. São precisas novas e audazes acções, uma nova mentalidade política e uma maior compreensão da responsabilidade pelos destinos dos povos.»

A declaração, apresentada pelo secretário-geral do PCUS, camarada Mikhail Gorbachov, «um programa de aceleração da nossa obra de paz», engloba na prática todos os mais candentes problemas que hoje se vivem a nível internacional, da questão das armas nucleares às químicas, da ameaça da militarização do espaço ao que se convencionou chamar de conflitos regionais.

Destacamos aqui alguns elementos da proposta, que a nosso ver traduzem bem o seu amplo e profundo conteúdo, ou melhor ainda, o seu carácter de instrumento de trabalho para a concretização da tarefa colectiva que é a conquista da paz.

Armas no Espaço: não

A advertência é clara: «a criação de armas espaciais de ataque poria fim às esperanças de redução de armas nucleares na Terra».

O «argumento» norte-americano de que tais armas (o pretensu «escudo») contribuiriam para tornar inúteis as armas nucleares e por isso seriam factor de segurança, tem a resposta simples e directa do senso comum: «Em vez de se ocupar nos próximos dez ou quinze anos com a criação no espaço de novas armas, extremamente perigosas para a Humanidade, cujo alegado fim é inutilizar os armamentos nucleares, não será mais racional proceder à destruição desses armamentos, reduzindo-os, em última análise, a zero?»

Resposta a que se junta a lógica e veemente condenação: «Impedir a solução do problema do espaço quer dizer não desejar a cessação da corrida aos armamentos na Terra, verdade que deve ser enunciada alto e bom som. É lógico que os paladinos da corrida aos armamentos nucleares sejam, ao mesmo tempo, adeptos devotados do programa de guerra das estrelas, já que se trata de dois aspectos de uma política hostil aos interesses humanos.»

A importância de suspender os testes nucleares

A União Soviética prorrogou por mais três meses a moratória unilateral referente aos testes

nucleares (e que tinha expirado no fim do ano) — com a renovação do convite para que os Estados Unidos sigam o exemplo.

Porquê tal persistência numa medida que, pelo seu carácter unilateral, nunca pode constituir uma decisão fácil?

Trata-se, naturalmente, como

tudo o conjunto de medidas assumidas pela URSS em prol da paz, de se impor pela força do exemplo, de dar conteúdo concreto à grande batalha pela paz em que está empenhado um movimento popular e internacional ímpar.

Mas também pela importância da suspensão dos testes nucleares na própria batalha pela liquidação das armas nucleares.

«Todos os especialistas, cientistas, políticos e militares são unânimes em reconhecer que o fim das experiências tapa, na realidade, hermeticamente, os canais de aperfeiçoamento das armas nucleares, tarefa que se afigura como primordial. Apenas a redução dos arsenais nucleares, sem que sejam banidos os ensaios com armas nucleares, não pode resolver o dilema da ameaça nuclear, por permitir a modernização das restantes armas, a criação de armamentos nucleares cada vez mais requintados e mortíferos.»

Assim se compreende melhor o verdadeiro carácter da posição de recusa por parte de Washington: «Os Estados Unidos, fazendo explodir novos e novos engenhos nucleares, não querem abandonar o sonho inexecutável de alcançar a superioridade militar. É uma política estéril e perigosa. É uma política indigna do nível de civilização que a sociedade contemporânea atingiu.»

À laia de conclusão

«Dirigimos as nossas novas propostas a todo o mundo. A passagem para passos activos no sentido da cessação da corrida aos armamentos e da sua redução é uma premissa indispensável também para a solução dos problemas globais, que se agravam cada vez mais: a des-

trução do meio em que vive o homem, a necessidade de encontrar novas fontes de energia, o combate ao atraso económico, à fome e às doenças. O princípio — armamento em vez de desenvolvimento — imposto pelo militarismo, deve ser substituído pela ordem inversa das coisas — o desarmamento para o desenvolvimento. A dívida externa, estimada num trilhão de dólares, que sufoca agora dezenas de países e continentes inteiros, é uma consequência directa da corrida aos armamentos. Mais de duzentos e cinquenta milhões de dólares extraídos anualmente dos Estados em vias de desenvolvimento é uma soma que praticamente coincide com as proporções do gigantesco orçamento militar dos EUA. Esta coincidência, na sua essência, está longe de ser casual.»

Nota do Secretariado do CC do PCP

1. Através da declaração de 15 de Janeiro do Secretário-Geral do PCUS, M. Gorbachev, a URSS acaba de apresentar um programa concreto visando a liquidação total dos armamentos nucleares no mundo inteiro, o mais tardar até ao ano 2000.

2. O Partido Comunista Português valoriza altamente esta nova proposta de desarmamento da URSS pondo em relevo a sua grande importância e significado político. A existência e constante aperfeiçoamento das armas nucleares constitui, actualmente, o maior perigo que pesa sobre os destinos da Humanidade. A liquidação completa das armas nucleares criaria no mundo uma situação radicalmente nova para a segurança e paz mundial.

O Partido Comunista Português sublinha que esta nova proposta desenvolve e aprofunda as propostas já anteriormente formuladas pela URSS, designadamente a que respeita à redução em 50% dos armamentos nucleares dos EUA e da URSS capazes de atingir a outra parte e a relativa ao congelamento das experiências com armas nucleares, propostas que aliás tiveram a maior repercussão internacional. O Partido Comunista Português chama a atenção para que esta proposta, confirmando e pondo em evidência os esforços permanentes do Partido e do Estado soviéticos para pôr termo à corrida aos armamentos e defender a paz, constitui uma nova e valiosa contribuição para, na sequência da Cimeira de Novembro em Genebra, operar a necessária viragem na situação internacional no sentido

do desanuviamento, da coexistência pacífica e desarmamento.

3. É dever indeclinável do Estado português agir activamente por uma política de paz e de desanuviamento e em primeiro lugar em prol do desarmamento nuclear. Trata-se de um imperativo claramente imposto pela Constituição da República e pela vontade do povo português de desenvolvimento de relações de paz, amizade e cooperação com todos os povos. Neste sentido não pode deixar de ser motivo de preocupação a posição adoptada pelo Governo em relação à nova proposta de desarmamento da URSS, quer pelo seu carácter vago e ambíguo quer, sobretudo porque, remetendo o seu estudo ulterior para o quadro da NATO, confirma a sujeição da diplomacia portuguesa em relação ao imperialismo.

Pela sua parte o Partido Comunista Português continuará a agir, orientado pelos superiores interesses da independência nacional e da segurança de Portugal e pelos ideais da paz, para que cesse definitivamente a corrida aos armamentos na Terra e seja impedida a sua extensão ao espaço cósmico, pelo desarmamento e em primeiro lugar pelo desarmamento nuclear, pela paz e a segurança internacional.

23 de Janeiro de 1986

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

Liquidar as armas nucleares

«Um programa concreto de liquidação total dos armamentos nucleares no mundo inteiro num espaço de tempo determinado com exactidão» é este o fulcro do conjunto de medidas avançadas pela União Soviética nestes primeiros dias do ano da Paz. Porque «está na ordem do dia a necessidade de assegurar a viragem para melhor no cenário internacional, esperada e exigida pelos povos da União Soviética e de todo o mundo».

Resumindo, o programa propõe um processo de libertação do planeta das armas nucleares, a concretizar em três etapas, e com um limite: o ano 2000.

• Numa primeira fase, abarcando o prazo de 5 a 8 anos, os

Estados Unidos e a União Soviética reduziriam para metade os armamentos nucleares capazes de atingir o território da outra parte. Esta redução está intrinsecamente dependente da renúncia à fabricação, testes e estacionamento de armas espaciais de ataque.

Procede-se simultaneamente ao cancelamento de todos os testes nucleares, por parte dos Estados Unidos e da URSS.

Todos os mísseis nucleares de médio alcance — na Europa, deverão ser totalmente desmantelados. Um primeiro passo para a libertação do continente europeu de armas nucleares que deverá ser complementado com compromissos da França e Grã-

Bretanha de não incrementar os seus arsenais nucleares.

• Segunda fase, a ser iniciada até 1990, e com a duração de 5 a 7 anos. Generalização do processo de desarmamento nuclear a todas as outras potências nucleares, com um compromisso inicial de congelamento dos arsenais.

Após a conclusão, por parte da União Soviética e dos Estados Unidos, da redução de armamentos inicialmente acordada (para metade), e congelamento de meios nucleares táticos, avança-se para um outro passo radical: «a liquidação, por todas as potências nucleares, das armas nucleares táticas, isto é, dos armamentos com um raio de

acção até mil quilómetros».

Participação obrigatória das principais potências industrializadas no prévio entendimento soviético-norte-americano sobre proibição de armas espaciais de ataque.

Fim generalizado e total de todos os testes com armas nucleares.

Proibição da criação de quaisquer armas ou outros meios de extermínio em massa.

• Terceira fase, a iniciar, o mais tardar, no ano de 1995: completa liquidação dos restantes armamentos nucleares, até 1999. Elaboração de um acordo universal para prevenir o ressurgimento de tais armas.

«Na pessoa do nosso querido camarada Militão Ribeiro (António), membro do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista, e dirigente querido da classe operária portuguesa, preso juntamente com Álvaro Cunhal em Março do ano passado, o governo fascista de Salazar acaba de cometer mais um vil assassinato!

«Militão Ribeiro morreu, depois de uma lenta agonia, numa cela sem ar e sem luz da Penitenciária de Lisboa, no passado dia 3 de Janeiro.

«Numa carta que conseguiu enviar para fora da prisão, Militão dizia:

(...) «Tenho sofrido o que um ser humano pode sofrer. Mas com todo este sofrimento nunca deixei de ter fé na nossa causa! Sei que venceremos contra todos estes crimes; estou certo que o povo saberá fazer justiça.»

[«Mataram Militão Ribeiro (António)» — «Avante!», VI Série, n.º 146, Janeiro de 1950]



«Quando no dia 7 de Dezembro passado um grupo de jovens, rapazes e raparigas, recolhiam assinaturas em defesa da paz, os esbirros da GNR prenderam 6 deles.

«Confiantes nas massas, os restantes jovens, seguiram o único caminho justo, apelando para a população da vila para que se juntasse no quartel da GNR e exigisse a libertação dos 6 jovens.» (...)

«Centenas de homens, mulheres e jovens apenas mostravam os seus anseios de paz, apenas exigiam a libertação de quem tinha sido preso por defender a paz, quando os canibais da GNR de Grândola atiraram com os cavalos para cima do povo pisando e espedeirando homens, mulheres e crianças e prendendo dezenas de manifestantes.» (...)

[«O Povo de Grândola Levanta-se em Defesa dos Partidários da Paz» — «Avante!», VI Série, n.º 174, Janeiro de 1953]

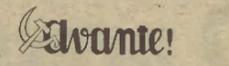


«Mais de 5000 operários desta empresa subscreveram uma exposição de protesto contra a integração da sua Caixa privativa para a qual vêm descontando há anos na Caixa de Previdência Nacional, em consequência da última reforma publicada sobre a Previdência.

«No «Avante!» penúltimo já referimos algumas das arbitrariedades que a empresa tem cometido para impedir que sejam recolhidas mais assinaturas, expressão da vontade dos trabalhadores da Carris de Ferro de Lisboa.

«Mas estes encontram-se no justo caminho e nada, nem ameaças, os impedirá de conquistar aquilo que reclamam se continuarem a manter-se unidos. Para a frente, pois, trabalhadores da Carris!»

[«Para a Frente Trabalhadores da Carris!» — «Avante!», VI Série, n.º 247, Janeiro de 1958]

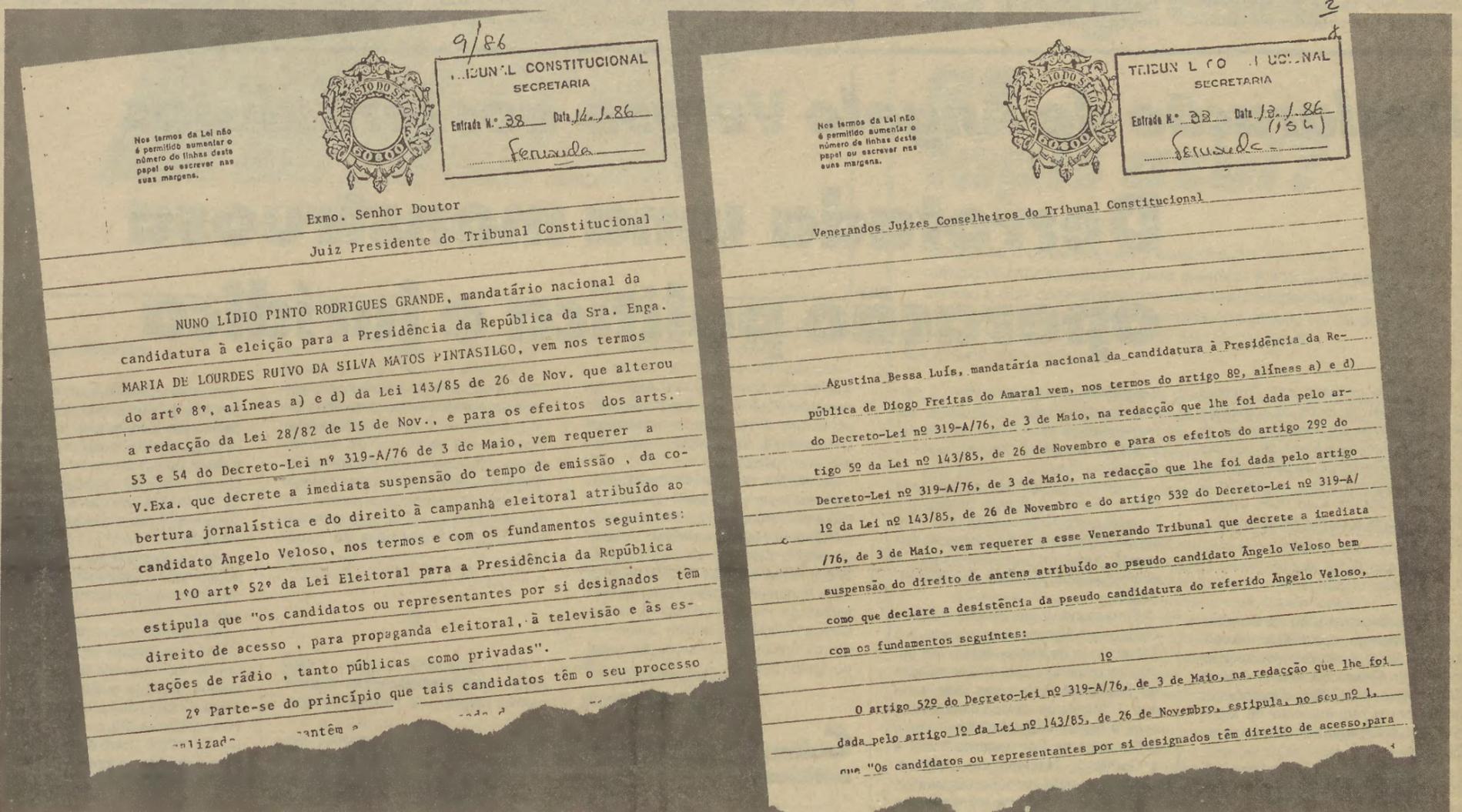


«Os operários corticeiros continuam vivendo sob a ameaça dos despedimentos. O despacho, conquistado ao ministro das Corporações pela luta, não impediu que algumas fábricas fechassem já as suas portas.

«O governo é o principal responsável por esta situação, uma vez que se recusa a tomar as medidas necessárias para debelar a crise em que a indústria se debate. Mas é preciso não fecharmos os olhos à parte de responsabilidade que cabe ao patronato. Por isso, ao mesmo tempo que desenvolvem as suas acções junto do governo e das autoridades, os operários devem intensificar a luta nas empresas, pois é através dessa luta que os operários corticeiros podem levar os industriais a tomar uma posição definida contra as causas da crise e não a fechar as fábricas.» (...)

[«Contra o encerramento das Fábricas os Corticeiros Unem-se e Lutam» — «Avante!», n.º 269, 1.ª Quinzena de Janeiro de 1959]

A manobra Freitas-Pintasilgo contra a democracia



**e a sua
derrota**



-11-

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

...EILLO...USAGIADO...E INSCA...
no catálogo dos direitos, liberdades e garantias (cf. art. 40.º,
n.º 3).
Assim, pois, os pedidos de suspensão dos tempos
de antena e da cobertura jornalística do candidato Ângelo Veloso
não podem proceder.
III. Decisão.
Pelos fundamentos expostos, indeferem-se os pedidos formula-
dos.

Conferência de Imprensa

O significado da decisão do Tribunal Constitucional

A compreensão crescente da necessidade do voto em massa no candidato do consenso para a vitória da democracia, a deslocação de importantes apoios para Zenha e a consequente possibilidade de derrota dos candidatos da direita, a confirmação do voto útil e certo no candidato Salgado Zenha, o melhor colocado para bater Soares e Freitas e a confirmação das Teses do PCP sobre as Presidenciais foram aspectos considerados por Ângelo Veloso como traços mais característicos no momento em que o País se prepara para eleger o novo Presidente da República.

O dirigente comunista respondia assim a uma questão colocada por um dos jornalistas presentes na conferência de Imprensa realizada na passada segunda-feira para a divulgação de uma tomada de posição mais desen-

volvida sobre a rejeição pelo Tribunal Constitucional dos requerimentos convergentes das candidaturas de Freitas do Amaral e Maria de Lourdes Pintasilgo, que pretenderam suspender o tempo de antena, a cobertura jornalís-



tica e a própria campanha eleitoral de Ângelo Veloso, bem como a supressão da candidatura.

No encontro com os jornalistas, realizado no Centro Vitória, em Lisboa, Ângelo Veloso leu excertos de uma declaração onde se aborda de forma clara e desenvolvida aquele assunto,

assim como o seu significado político, que publicamos na íntegra.

Como foi devidamente sublinhado na conferência de Imprensa, a recente directiva do Conselho de Comunicação Social (ver texto à parte) revelou e confirmou a monstruosidade política e jurídica erguida por aquele Conselho, numa clara limitação das liberdades e da intervenção dos cidadãos no processo e na campanha eleitoral.

Respondendo a algumas questões no período final da conferência de Imprensa, Ângelo Veloso referiu «as diferentes reacções dos órgãos de Comunicação Social à directiva do CCS» (o Diário Popular, por exemplo, chegou a retirar o jornalista que acompa-

nhava a candidatura de A. Veloso) e por diversas vezes salientou a ilegalidade e o espírito anticonstitucional que animou a posição do CCS, que, «antecipando-se ao Tribunal Constitucional, estabeleceu formas de censura prévia, numa política de lápis azul que talvez agora seja verde, para disfarçar...»

Acompanhando Ângelo Veloso, encontravam-se na Mesa da conferência de Imprensa os camaradas **António Abreu**, mandatário nacional da candidatura, **Domingos Abrantes**, da Comissão Política e do Secretariado do CC, **Lúcia Araújo**, do Secretariado, **José Magalhães** e **Vitor Dias**, dos serviços da candidatura.

Declaração de Ângelo Veloso aos jornalistas

Derrotada uma monstruosa operação política e jurídica

A rejeição unânime pelo Tribunal Constitucional de todos os objectivos visados através dos requerimentos de Freitas do Amaral e Maria de Lourdes Pintasilgo e as especulações e os ataques que, apesar disso, se mantêm à minha candidatura e ao PCP, exigem firme resposta e completa clarificação.

1

A rejeição pelo Tribunal Constitucional evidenciou o conteúdo inconstitucional, ilegal e abusivo dos requerimentos de Freitas do Amaral e Maria de Lourdes Pintasilgo, concordantes aliás com o requerimento de Mário Soares à Comissão Nacional de Eleições.

O Tribunal Constitucional inviabilizou uma monstruosa operação política e jurídica.

Dando cumprimento à Constituição e à Lei, o Tribunal Constitucional:

- Considerou improcedente as acusações de «abuso de direito», «fraude à lei» e «colisão de direitos» dirigidas à minha candidatura;

- Considerou ilegal e inconstitucional a suspensão por via judicial da minha candidatura;

- Considerou ilegal e inconstitucional a proibição dos tempos de antena, direito fundamental cujo conteúdo só ao candidato cabe determinar;

- Reafirmou o direito à cobertura noticiosa da minha candidatura nos termos da Constituição e da Lei.

Estranhas «concepções»...

É fundamental alertar todos os democratas e o Povo português para a

importância de que se reveste a derrota das concepções subjacentes aos requerimentos de Freitas do Amaral, Maria de Lourdes Pintasilgo e Mário Soares.

A operação política, desencadada com o recurso à chicana jurídica por aqueles candidatos, traduz uma concepção dos direitos fundamentais distorcida, redutora e antidemocrática e expressamente afastada pela Constituição.

Em segundo lugar, revela uma concepção das competências e papel dos Tribunais (e de outros órgãos do poder) incompatível com a Constituição da República Portuguesa. Não cabe aos Tribunais (e evidentemente não cabe a órgãos não jurisdicionais como o Conselho de Comunicação Social e a Comissão Nacional de Eleições, como esta aliás reconheceu) avaliar, julgar ou fazer censura sobre a forma como são usados os direitos políticos fundamentais, e limitar ou suspender o seu exercício em função de critérios políticos ou sob a invocação de conjunturas e interessados critérios ditos morais, sempre discutíveis e subjectivos.

... e mentalidades

Por outro lado, evidenciou a gravidade do facto de um dos candidatos (Maria de Lourdes Pintasilgo) sustentar que a minha campanha constituiria crime punível com prisão de 2 a 8 anos e de outro (Mário Soares) argumentar perante a CNE que Álvaro Cunhal e outros dirigentes do PCP, participando na campanha eleitoral, estariam a cometer crime punível com prisão até 1 ano. Trata-se de lamentáveis e inadmissíveis manifestações de mentalidade persecutória e intolerante

que configuram, afinal, a tentativa de reintroduzir na vida política portuguesa formas de coacção e intimidação incompatíveis com o regime democrático e a Constituição.

A decisão do Tribunal Constitucional vem sublinhar e confirmar a ilegalidade e a inconstitucionalidade da recente directiva «vinculativa» através da qual o Conselho de Comunicação Social «ordenou» que fossem silenciadas, truncadas e censuradas as posições da minha candidatura na cobertura noticiosa que dela devem fazer os órgãos de comunicação social do sector público.

Cobertura noticiosa

Do acórdão do Tribunal Constitucional (vinculativo para todas as entidades públicas e privadas nos termos do Art.º 210.º da Constituição) resulta a obrigatoriedade da imediata cobertura noticiosa da minha candidatura, nos termos da Constituição e da Lei. A essa directiva, que nunca deveria ter sido emitida, nunca foi devida obediência. Hoje, porém, invocá-la contra um acórdão do Tribunal Constitucional significaria grave desafio à legalidade e ao Estado Democrático.

A derrota da operação dirigida contra a minha candidatura coloca aos democratas a necessidade de uma reflexão sobre a natureza e objectivos das candidaturas que ousaram recorrer a tais meios (incluindo a instrumentalização de altas instâncias do Estado) para, inconstitucional e ilegalmente, procurarem limitar ou eliminar a intervenção política do PCP. A ofensa a direitos fundamentais dos cida-

dãos, a intolerância, o desrespeito pelas competências próprias de cada órgão do Estado e pela legalidade democrática ou confirmam um entendimento das funções do Presidente da República incompatível com Portugal Democrático ou, pelo menos, não credenciam bem quem as revela para o exercício da Presidência da República.

2

Ficou claramente derrotada a operação consubstanciada nos requerimentos dirigidos ao Tribunal Constitucional.

Mas mantém-se a campanha tendente a inculcar que a actuação da minha candidatura seria ilegítima, violadora da igualdade de oportunidade dos candidatos e eticamente censurável. O próprio conteúdo do acórdão do Tribunal Constitucional tem sido deturpado com vista a induzir a falsa ideia de que nele estaria implícito um juízo de reprovação ética ou política, juízo que o Tribunal Constitucional não emitiu nem poderia legalmente emitir.

A direita desloca agora para um pseudoplano ético os ataques à minha candidatura precisamente porque foi derrotada no plano político e jurídico.

Candidatura legal, ética e inconfundível

Ora a minha candidatura é eticamente inatacável porque desde o início proclamou leal e publicamente as suas características e os seus objectivos; porque tais objectivos são pró-

prios e inconfundíveis; porque correspondem aos superiores interesses da democracia portuguesa; e, finalmente, porque preenche o indeclinável direito e dever de esclarecer os cidadãos sobre as propostas, opiniões e posições do PCP numa importante batalha política de que não poderia nem deveria alhear-se.

As caracterizações perversas ou pouco rectas da minha candidatura devolvem-se firmemente aos seus autores.

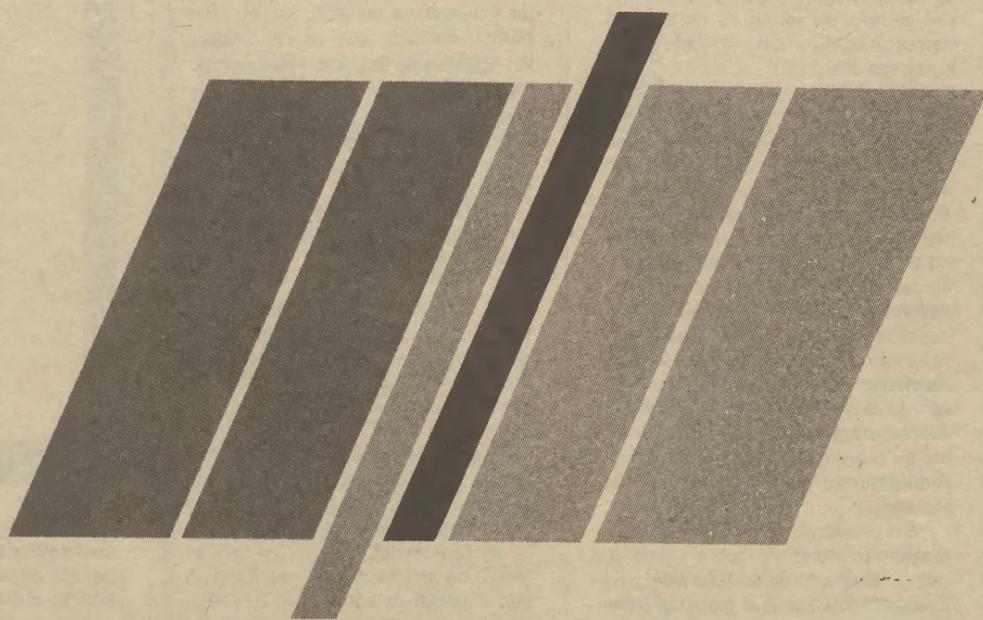
Os ataques convergentes contra a minha candidatura demonstram eloquentemente que ela é combatida não porque duplique qualquer outra, mas precisamente porque não se confunde com nenhuma outra. É a voz única, inconfundível, insubstituível e própria dos comunistas portugueses.

Uma falsificação

É ponto indesmentível que a minha candidatura tem advogado posições próprias e inconfundíveis relativamente a um importante conjunto de questões designadamente sobre o papel, funções e competências do Presidente da República no quadro constitucional português e às linhas de orientação que, num próximo mandato, melhor serviriam o povo e o País; a caracterização das outras candidaturas; a inserção das eleições presidenciais na luta contra a política da direita dos últimos 9 anos e nas perspectivas favoráveis de consolidação da democracia portuguesa abertas pelas vitórias democráticas de 1985.

Torna-se óbvio que é uma falsificação reduzir a campanha da minha candidatura à indicação de voto.

Unir os Democratas para a Vitória da Democracia



Amplo debate

Em todo o País, a minha candidatura tem promovido e estimulado um amplo debate que constitui uma contribuição única para a aproximação e a convergência de votos dos democratas, influenciando decisivamente a perspectiva da vitória democrática. É por isso mesmo que é vilipendiada, combatida e discriminada precisamente por aqueles que gostariam de poder silenciar a intervenção inconfundível do PCP, tal como têm manipulado, intoxicado, distorcido a informação em Portugal, tal como respondem pela proliferação da corrupção, da imoralidade e do clientelismo em Portugal.

Os ataques à minha candidatura longe de terem qualquer suporte ético, traduzem apenas a postura hipócrita e interesseira de forças políticas, de candidatos e de órgãos de comunicação social que ou trabalham activamente para a vitória dos candidatos de direita ou estão mergulhados em projectos pessoais divorciados do interesse da democracia.

Os desejos «deles»...

Desejariam impunemente caluniar o PCP, deturpar a sua orientação e objectivos, amalgamar as opiniões e posições do PCP com as de outros sectores democráticos, conotar o candidato Salgado Zenha com o PCP e confundir as posições do PCP com as de Salgado Zenha, semear reservas e suscitar divergências e conflitos no seio dos trabalhadores e do eleitorado do PCP contra Salgado Zenha e impedir-lo de contribuir, como em 1980, para a derrota da direita.

Não faltou mesmo quem pretendesse arvorar-se, sem contestação, em intérprete e representante dos comunistas nesta batalha.

E, ponto essencial, desejariam fazer tudo isto, sem que o PCP os pudesse contestar, repor a verdade, divulgar as suas opiniões e ter voz activa e intervenção efectiva junto do eleitorado, designadamente aquele que confia no PCP.

Significativamente não levantaram reservas éticas à desigualdade de tratamento da minha candidatura antes e durante a campanha eleitoral (com casos de completo silenciamento), ao favorecimento de certas candidaturas e à deformação e estigmatização de outras.

Voz silenciada?!

Os autores de tais ataques sabem perfeitamente que em caso algum, na batalha das presidenciais, pode ser considerado «ético» que os comunistas sejam uma voz silenciada ou uma presença apagada ou diluída. O dever imperativo de qualquer força política responsável, só pode ser esclarecer, intervir, batalhar e batalhar pela vitória da unidade dos democratas e patriotas.

O que querem agora é impor-nos como «ético» a sua própria imoralidade persistente, que se traduz na continuada tentativa de manipular, discriminar e silenciar as posições de todo o movimento popular e democrático e designadamente do PCP.

O que querem é apresentar como «ético» tudo o que conduz à derrota dos democratas.

3

Ao contrário, o balanço desta primeira semana de campanha eleitoral confirma inteiramente a contribuição que a minha candidatura está a dar

para a vitória democrática nas próximas eleições presidenciais.

Primeiro, pelo crescente esclarecimento dos trabalhadores e dos democratas quanto à necessidade da convergência logo à 1.ª volta dos seus votos no candidato da democracia. Pelos dados que nos chegam, são notórias importantíssimas e substanciais deslocações nas opções de voto para Salgado Zenha. Embora persistam indecisões e dúvidas, tem-se restringido consideravelmente concepções ilusórias que não conduziram senão à divisão e à derrota.

Caminhamos para a vitória

Numerosos índices apontam que caminhamos para a vitória da democracia.

A virulência contra a minha campanha é motivo de reflexão dos democratas e reflecte, na minha opinião, a crescente preocupação dos que nos atacam.

Pela nossa parte continuaremos, como afirmámos desde o início, até ao limite das nossas possibilidades, na batalha pela unidade de todos os democratas em torno de uma candidatura única, logo à 1.ª volta, como o caminho seguro para a vitória da democracia.

Nesta batalha decisiva, a uma semana das eleições presidenciais, o que se impõe aos democratas não é afastarem-se, digladiarem-se e incriminarem-se por projectos pessoais e ilusórios, mas unirem-se, unirem-se e ainda unirem-se para derrotar os candidatos de direita e convergirem em Zenha, único candidato em condições de vencer.

(Subtítulos da responsabilidade da Redacção do Avante!)

Conselho de Comunicação Social

O regresso ao lápis azul?

«Estranha e desprestigiante colaboração com uma operação antidemocrática para silenciar a voz de Ângelo Veloso e dos comunistas nas eleições presidenciais» — este o significado da directiva dirigida no passado dia 16 aos órgãos de Informação do Estado pelo Conselho de Comunicação Social.

«Ao determinar que a cobertura jornalística da campanha e das declarações de um candidato seja ou não realizada conforme o conteúdo dessas declarações», o Conselho de Comunicação Social — alertava no dia seguinte um comunicado do gabinete de imprensa da candidatura de Ângelo Veloso — pretendeu de forma ilegítima e ilegal «impor aos órgãos de Comunicação estatizada uma orientação que só seria exequível mediante atitudes censórias».

O comunicado, que também foi entregue aos jornalistas presentes na conferência de imprensa da passada segunda-feira, sublinha que o Conselho de C. Social evidenciou «uma profunda incompreensão sobre as suas competências legais e sobre os limites do exercício das suas funções».

Acrescentam os serviços da candidatura de Ângelo Veloso: «Não se contesta que o CCS tenha competência para se pronunciar ou aprovar directivas respeitantes à cobertura jornalística das campanhas das diversas candidaturas. Mas essa competência tem, obviamente, de se ela própria exercida no respeito pelas leis em vigor e sem ofensa dos direitos constitucional e legalmente assegurados aos cidadãos e, no caso vertente, aos candidatos.

«O CCS não pode assim aprovar ou exigir a aplicação de uma directiva que, entre outros, viola frontalmente o princípio da liberdade de expressão consagrado no artigo 37 da Constituição, bem como o artigo 54 da Lei Eleitoral para a Presidência da República que assegura aos candidatos o direito a uma cobertura jornalística equitativa».

É de lamentar

Depois de referir que a directiva «no momento em que foi emitida, representou uma pretensão insolente de decidir sobre matéria em apreciação no tribunal constitucional», o comunicado «lamenta que o CCS continue a não compreender que no regime democrático português os direitos de liberdades constitucional e legalmente assegurados não podem ser administrativamente restringidos ou suprimidos».

E conclui assim:

«Lamenta-se que o CCS persista em não compreender que a aplicação a direitos fundamentais da figura do «abuso de direito» não só é radicalmente incompatível com a ordem constitucional, como conduziria à monstruosidade da supressão de direitos com base em critérios arbitrários e subjectivos. Lamenta-se que o CCS resista a compreender que não é um tribunal nem um órgão jurisdicional, nem também uma tribuna de comendário político, tendo, entretanto, de se conformar com critérios de legalidade que ultimamente tem mostrado desprezar. Lamenta-se que o CCS, não se respeitando a si próprio, perca autoridade moral para exigir o respeito que, em condições normais, lhe seria devido».

A contestação da candidatura de Ângelo Veloso

Excertos da contestação interposta pela candidatura de Ângelo Veloso aos requerimentos das candidaturas de Freitas do Amaral e de Maria de Lourdes Pintasilgo. Os subtítulos e sublinhados a negro são da responsabilidade da redacção do «Avante!»

Afronta ao regime democrático

(...) Freitas do Amaral e Maria de Lourdes Pintasilgo visam negar o direito de intervenção política de uma grande corrente de opinião democrática.

Os requerimentos convergentes formulados pelas candidaturas de Freitas do Amaral e de Maria de Lourdes Pintasilgo representam uma afronta ao regime democrático-constitucional emergente do 25 de Abril, e uma despuorada violação das regras ético-políticas que regem hoje a sociedade portuguesa e uma tentativa vergonhosa de envolver e instrumentalizar altas instâncias do Estado numa operação em que os requerentes visam tão somente o benefício próprio por sobre as regras e princípios democráticos. (...)

(...) O pedido dos requerentes, como já sucedeu com o pedido formulado perante esse Venerando Tribunal pelo PS e PSD contra as candidaturas da APU às eleições autárquicas, põe em questão o direito de intervenção política como um dos princípios basilares do regime democrático constitucional português. (...)

(...) Os requerentes Freitas do Amaral e Maria de Lourdes Pintasilgo visam retirar ao PCP e ao candidato por este apresentado ao país (e que formalizou a sua candidatura perante esse Venerando Tribunal nos termos constitucionais e legais) um direito fundamental, uma forma legítima de, como força política relevante na sociedade portuguesa, intervir numa questão política central, a eleição do Presidente da República.

Sonhar com Marcelo...

O pedido de Freitas do Amaral e de Maria de Lourdes Pintasilgo é inconstitucional e ilegal. (...)

(...) Recorde-se, aliás, que em 1973 o Conselho de Ministros de Marcelo Caetano aprovou um Decreto-Lei atinente às «eleições» legislativas da época visando condicionar e penalizar a desistência dos candidatos da oposição democrática em termos que (veja-se o respectivo preâmbulo) não se afastam dos utilizados pelos ora requerentes:

«A apresentação de candidaturas (...) deve constituir acto revestido de toda a dignidade e sujeito a séria ponderação, o que bem justifica que se adoptem providências no sentido de evitar que, quer os apresentantes das listas, quer os que nela consentirem a ser incluídos como candidatos actuem sem o firme propósito de disputar a eleição». (...)

(...) A tese de Freitas do Amaral e de Maria de Lourdes Pintasilgo segundo a qual o candidato Ângelo Veloso pelo facto de conduzir a sua campanha nos termos por ele próprio consi-

derados politicamente adequados (por mais incómodos que sejam para os demais candidatos) perderia a sua qualidade de candidato ou os direitos a ela inerentes e incorreria em pretenso «abuso de direito» é manifestamente desadequada e aberrante face à ordem jurídico-constitucional portuguesa e ao sistema de liberdades e direitos fundamentais constitucionalmente consagrados. (...)

(...) Por muito que alguns o lamentem, em Portugal não vigora o sistema de verificação da «idoneidade do candidato» por um órgão do Estado, como o que foi criado durante o consulado de Salazar pela Lei da Revisão Constitucional n.º 2048 de 11 de Junho de 1951 que conferiu ao Conselho de Estado a atribuição de «decidir sobre a idoneidade dos candidatos à Presidência da República» para efeitos de impedir a sua admissão a sufrágio no caso de não oferecerem garantias de «respeito e fidelidade aos princípios fundamentais da ordem política e constitucional consagrada na Constituição» (fascista de 1933) (Cf. As Constituições Portuguesas — Textos Integrais, colecção organizada por Jorge Miranda, Universidade de Lisboa, sem data, p. 376-377).

Recorda-se que ao abrigo desta disposição foi rejeitada a candidatura democrática e antifascista do Prof. Ruy Luís Gomes. (...)

(...) Ainda bem que a Constituição Portuguesa integrou e assimilou o pensamento jurídico mais democrático, incorporando a experiência antifascista nacional e o melhor da ciência jurídica progressiva, afastando de vez limitações funcionais ao exercício de direitos que, aliás, só foram defendidos invocando normas constitucionais limitativas que não existem e foram expressamente afastadas na CRP (artigo 18.º/2).

Porque normas desse tipo estão afastadas não são constitucionalmente admissíveis consequências como aquelas a que os artigos 18.º e 21.º da Constituição da República Federal Alemã conduziram, contra a vontade e os interesses dos democratas, e que é oportuno recordar: a) «Ilegalizar» o Partido Comunista Alemão em 1956. b) Considerar compatível com a Constituição a interdição do exercício de actividades profissionais devido às opções políticas e ideológicas dos cidadãos.

c) Privar cidadãos da liberdade de imprensa, da liberdade de ensino, da liberdade de reunião, da liberdade de associação, do sigredo de correspondência postal, telegráfica e telefónica, do direito de liberdade e do direito de asilo. (...)

Nova prisão para um antifascista incómodo

(...) É inaceitável, perigoso, aberrante e desconforme com a CRP que

um candidato pretenda eliminar a intervenção de outros candidatos só porque não lhe agrada a forma como estes conduzem a sua campanha v.g., apelando à convergência de votos e à desistência de todos os candidatos democratas para derrotar determinados candidaturas.

É inaceitável, perigoso, desconforme com a CRP e com a lei eleitoral pedir ao Tribunal Constitucional que declare a desistência de um candidato que não quis declarar nem declarou a sua desistência, muito menos pela forma prevista na lei (artigo 29.º do DL n.º 319-A/76, de 3 de Maio), remetendo assim os Venerandos Juizes Conselheiros para uma complexa e impossível avaliação da existência e manutenção de tal vontade (psicológica) momento a momento, para aferir se na mente dos candidatos se mantém «vontade formada de concorrer até final do processo eleitoral» (Art.º 2.º do requerimento de Maria de Lourdes Pintasilgo).

É inaceitável, perigoso, e chocantemente desconforme com a Constituição a tese da requerente Maria de Lourdes Pintasilgo que pretende criminalizar a acção política: Ângelo Veloso, preso 11 anos por exercer actividade política considerada incómoda pelo fascismo deveria sofrer segundo esta candidata nova pena de prisão de 2 a 8 anos, igualmente por a sua actividade política ser incómoda, agora para a candidata Maria de Lourdes Pintasilgo.

Para além de revelar intolerância e um inaceitável vezo e mentalidade persecutória, tal tese revela de uma inconstitucional concepção da lei penal. É na verdade incompatível com os princípios fundamentais do direito democrático a inclusão num preceito incriminador de situações não só nele previstas, como de natureza distinta das por este abrangidas.

A CRP e a lei eleitoral não podem ser interpretadas de modo a transformar os órgãos jurisdicionais em polícias das almas e do pensamento e do curso da vida política. (...)

«Enquanto não desistir, não desisti»

(...) Os factos alegados pelos requerentes não são verdadeiros e deles não resultariam as consequências jurídicas pretendidas.

Os requerentes alegam ser público e notório que o candidato Ângelo Veloso desistiu e que faz campanha por Salgado Zenha. (...)

(...) Público e notório é o seguinte: a) que desde 5 de Novembro de 1985 data da proclamação da candidatura, os objectivos de Ângelo Veloso são:

— «esclarecer o povo português dos objectivos, do significado e dos perigos da vitória eventual de qualquer candidato da direita»;

— «ganhar todas as forças e sectores democráticos para a imperiosa necessidade de um acordo ou consenso e da convergência final dos votos num candidato único da democracia»;

— «contrariar atitudes precipita-

das, voluntaristas, impositivas e unilateralis que ameacem arrastar as forças democráticas para uma derrota» (doc. n.º 1)

b) Que desde 4 de Janeiro, data da Conferência do PCP, foi por este partido decidido que «a candidatura de Ângelo Veloso... tem como objectivo contribuir, até ao extremo limite das possibilidades, para o consenso e convergência dos apoios e dos votos logo à primeira volta, num só candidato da democracia».

c) Que na mesma Conferência concluiu-se que «se decidirá no momento oportuno da sua desistência» (doc. n.º 2)

d) Que na mesma Conferência Alvaro Cunhal preferiu intervenção em que afirmou: «(...) devemos continuar a nossa acção de esclarecimento. Ângelo Veloso deve continuar a sua campanha como candidato à Presidência da República. E só posteriormente decidiremos da desistência da candidatura de Ângelo Veloso e do apelo ao voto» (doc. n.º 3)

e) Que Ângelo Veloso, no uso do tempo de antena da RTP distribuído à sua candidatura afirmou: «o que está decidido é que desistirei no momento oportuno». (...)

(...) Não são verdadeiros os factos que subjazem aos requerimentos de Freitas do Amaral e Maria de Lourdes Pintasilgo ou, pelo menos, não são lícitas as ilações que dele são extractadas.

De resto, a declaração de Ângelo Veloso alegada por Maria de Lourdes Pintasilgo, que não foi proferida a 12 mas a 11 de Janeiro, foi seguida, significativamente, da seguinte declaração ao Telex jornal de dia 12 de Janeiro:

«Enquanto eu não desistir, não desisti. E não é o Sr. Mário Soares ou o Sr. Proença de Carvalho nem o Sr. Freitas do Amaral que decidem se eu desisto ou não desisto». (...)

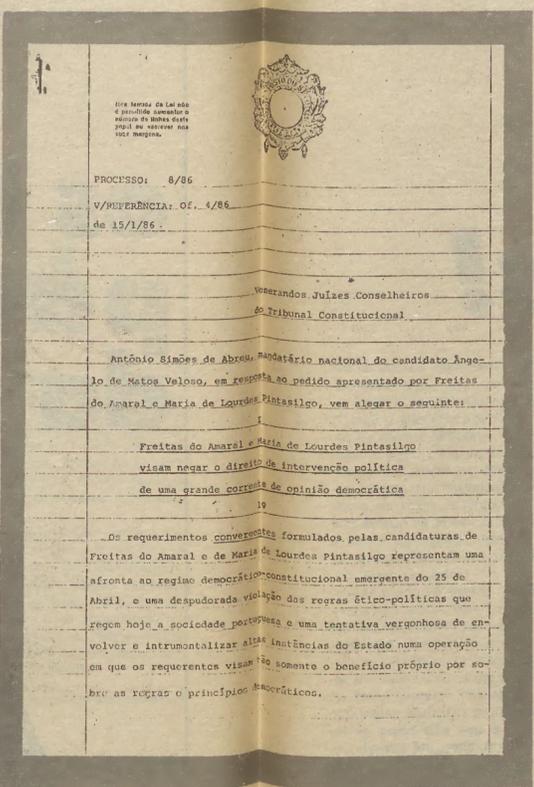
A boa fé reside nas decisões secretas?

(...) Se há má fé é dos requerentes que conhecem há meses os objectivos da candidatura de Ângelo Veloso, não a contestaram na altura da apresentação porque sabiam que não podiam fazer e só a questionaram agora, no quadro de uma operação estritamente política, por recusarem que tal candidatura, cumprindo os seus objectivos, realize o pressuposto da eventual desistência, o consenso em torno de um candidato democrático.

Assinale-se, aliás, a contradição da pretensão ao invocar, simultaneamente, o abuso de direito e a fraude à lei, o que bem revela a busca desorientada de fundamentos a todo o custo. (...)

(...) Ora, não se verifica nem uma nem outra dessas figuras. (...)

(...) Ora, em termos de boa-fé, a orientação da candidatura de Ângelo Veloso é a mais rigorosa, na medida em que previamente anuncia e informa os eleitores da possibilidade de vir a desistir e, em caso afirmativo, em favor de quem.



Pretenderão os requerentes que o conforme à boa-fé seria calar-se e vir, no fim, contra todas as expectativas criadas e de surpresa desistir e aconselhar o voto noutra candidatura (direito que ninguém poderá recusar)? Tudo sem tempo de ponderação adequada para os seus eleitores e apolantes?

A boa-fé reside nas decisões secretas? Seria, convenha-se, um original mas estranho conceito de boa-fé! (...)

Intolerável discriminação

(...) Não havendo acto de desistência, não pode esta ser invocada para retirar os direitos que são inerentes à condição de candidato, designando o direito a tempo de antena e a cobertura jornalística.

Os requerentes, ao pretenderem obter a suspensão com base em suspeições, insinuações e prognósticos decorrentes dos seus objectivos políticos, visam afinal transformar um órgão jurisdicional em agente de coacção, limitação e distorção do processo eleitoral — sublinhe-se: não de acordo com os critérios jurídico-constitucionais, e de legalidade que lhe são próprios, mas na base opinativa própria dos chamados analistas e comentadores políticos. Mais ainda, e pretende-se que nessa base o Tribunal aplique ao candidato não desistente (mas «propenso» ou «inclinado» à desistência segundo os analistas) uma verdadeira medida de segurança inteiramente dada pela Constituição e que representaria um gravíssimo precedente.

A utilização do tempo de antena de um candidato — o que só ele pode determinar — não é fonte de colisão com o direito de outro candidato a um tratamento igual por parte das entidades públicas e privadas.

A Constituição da República Portuguesa não permite a «perda» de direitos políticos fundamentais por uma avaliação funcionalista do seu uso.

A requerida «suspensão» do exercício de direitos políticos — que pressupõe a manutenção da qualidade do

candidato — não só é incompatível com a CRP e não está legalmente prevista como introduziria, então sim, uma intolerável discriminação e desigualdade entre os candidatos. (...)

Põem em causa a democracia

(...) A pretensão dos requerentes insere-se num esforço continuado de calar a voz do PCP e da corrente democrática em que se insere, sejam quais forem os meios a utilizar para conseguir tais objectivos, mesmo os mais insólitos, descabidos e à margem das regras democráticas.

A candidatura de Ângelo Veloso prossegue, nos termos da Constituição e da lei, objectivos próprios (bem espelhados no complexo espaço de propaganda política que é um tempo de antena), que não duplicam nem se identificam com os critérios e finalidades de outra candidatura. Assim, seria a privação desse direito e não o seu exercício que acarretaria violação do princípio da igualdade de oportunidades.

Dir-se-ia que os requerentes (grandes beneficiários do tratamento silenciador e discriminatório que durante a pré-campanha foi dado à candidatura de Ângelo Veloso social órgãos de comunicação social) desejariam a manutenção de tal situação na campanha eleitoral. Dir-se-ia que não se conformam com o facto de nesse período a lei acatear condições de igualdade, conferindo direitos cujo exercício incomoda os requerentes. Que lancem mão de todos os meios — mesmo inconstitucionais — para a supressão de opositores políticos e nisso pretendem envolver esse Venerando Tribunal é, porém, inaceitável.

Visando negar o direito de intervenção política a uma grande e expressiva corrente de opinião democrática, os requerentes põem em questão os fundamentos e configurações do regime democrático-constitucional emergente do 25 de Abril. (...)

O acórdão do Tribunal Constitucional

Excertos do acórdão proferido por unanimidade pelo Tribunal Constitucional sobre os requerimentos de Freitas do Amaral e de Maria de Lourdes Pintasilgo. Os subtítulos e sublinhados a negro são da responsabilidade da Redacção do «Avante!»

Retirar um direito

(...) Uma coisa é certa: em casos como o dos autos, do que se trata é da aplicação de uma sanção — sanção que, quando tem por objecto a suspensão de tempos de antena de um candidato, se traduz, ao cabo e ao resto, em retirar-lhe o direito que lhe é garantido pelo n.º 3 do seu artigo 46.º. Compreende-se, por isso, que a intervenção judicial não se faça apenas em via de recurso para o controlo da legalidade dos actos definitivos de um órgão da administração eleitoral. (...)

(...) A Lei de Televisão (Lei n.º 75/79, de 29 de Novembro, alterada pela Lei n.º 23/82, de 29 de Agosto) prevê a aplicação da medida de suspensão do exercício do direito de antena concedido aos partidos políticos e às organizações sindicais e profissionais nos termos do artigo 40.º, n.º 1, da Constituição, ou seja, fora dos períodos de campanha eleitoral. E prevê-a para os casos de «incitamento à prática de crime de violação de direitos, liberdades e garantias fundamentais, nomeadamente pelo seu espírito de intolerância, violência ou ódio ou emissão de programas ou mensagens pornográficas ou obscenas». Simplesmente, a aplicação dessa medida de suspensão só pode ter lugar por via judicial. (...)

(...) A solução de atribuir a um órgão de administração eleitoral competência para aplicar a medida de suspensão de tempos de antena (e idêntica é a da suspensão da cobertura jornalística) de uma candidatura, já foi considerada inconstitucional. (...)

Desistir é decisão do candidato

2. A questão da declaração judicial da «desistência». É manifesta a improcedência deste pedido.

O artigo 50.º, n.º 1 da Constituição dispõe que «todos os cidadãos têm o direito de acesso em condições de igualdade e liberdade, aos cargos públicos». Por isso, para que alguém possa candidatar-se a Presidente da República, basta que preencha os requisitos estabelecidos na Constituição e na Lei (cf. art.º 125.º, 126.º e 127.º, n.º 1, da Constituição e art.º 4.º, 13.º, 16.º, do Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de Maio).

Uma vez admitida a candidatura pelo Tribunal Constitucional (cf. art.º 92.º a 94.º da Lei n.º 28/82 já citada), esta subsiste até se tornarem definitivos os resultados da eleição, a menos que o próprio venha desistir (cf. artigo 96.º da Lei n.º 28/82) ou o Tribunal venha declarando a incapacidade permanente do candidato (art.º 93.º da Lei n.º 28/82).

A promoção da sua candidatura há-de cada candidato fazê-la como melhor lhe parecer.

Por isso, respeitados os limites impostos pela ordem jurídica à liberdade de expressão, os candidatos podem imprimir à sua campanha o sentido que entenderem, fazendo as propostas que quiserem e veiculando as mensagens que acharem convenientes.

Assim, não se vê que, no âmbito de direito de candidatura — de um direito que a ordem jurídica configura, respeitados os limites assinalados, com um conteúdo «insindicável» — haja lugar para recorrer à figura do abuso do direito tomada em no sentido estrito que recebe na dogmática jurídica (cf. art. 334.º do Código Civil).

Por outro lado, não cabendo no caso — como já se viu — questionar o direito de candidatura, também não poderá, decerto, falar-se de fraude à lei, relativamente à utilização de uma faculdade (o direito de antena) que integra esse mesmo direito, por parte de quem é o seu titular.

Finalmente, também não é, aqui, utilizável a figura da colisão de direitos, uma vez que não é a direcção que um candidato imprima à sua candidatura que pode tornar incompatível o exercício do respectivo direito com o de outros candidatos. (...)

Finalmente, também não é, aqui, utilizável a figura da colisão de direitos, uma vez que não é a direcção que um candidato imprima à sua candidatura que pode tornar incompatível o exercício do respectivo direito com o de outros candidatos. (...)

A lei que não há... e que não podia haver...

Assim, se um candidato passar a utilizar os seus tempos de antena para fazer propaganda eleitoral a favor de outro candidato, os demais ficaram colocados numa situação objec-

3. A questão da suspensão dos tempos de antena e da cobertura jornalística.

3.1. Embora a sua natureza não seja rigorosamente idêntica, os pedidos de suspensão apresentam um traço comum. E é o de se tratar, como já atrás se viu, da aplicação de uma sanção que é em que se traduz a suspensão do exercício do direito de antena, e bem assim a suspensão da cobertura jornalística.

3.2. Admitidas as candidaturas, e aberta a campanha eleitoral, passam os candidatos a poder dispor de tempos de antena, na rádio e na televisão, devendo tais tempos ser regulares e equitativos. (...)

(...) Este dever de tratamento não discriminatório das diferentes candidaturas inscreve-se no princípio de que a todas elas há-de ser dadas iguais oportunidades e dispensado igual tratamento. (...)

3.3. O tempo de antena é atribuído aos candidatos para que eles façam a sua propaganda eleitoral, ou seja, para que promovam as suas candidaturas.

A cobertura jornalística visa dar conta da actividade dos candidatos durante a campanha eleitoral, designadamente das propostas que cada um deles faça e das mensagens que transmitam.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Ora, nenhuma lei prevê a situação descrita, nem, por conseguinte, a possibilidade de aplicar uma tal sanção. E a verdade é que a existência de uma tal previsão legal era, obviamente, necessária. Necessária, porque não é possível aplicar uma sanção como a que foi pedida, sem que a respectiva conduta se ache tipificada na lei. Ora, essa tipificação não existe: não há, sequer, no Decreto-Lei n.º 319-A/76, uma norma do tipo da do artigo 133.º da Lei n.º 14/79. E, ainda que essa norma existisse, não seria ela nunca susceptível de aplicação analógica, uma vez que — repete-se — está em causa uma medida que atinge um direito expressamente consagrado na Constituição e inscrito no catálogo dos direitos, liberdades e garantias (cf. art.º 40.º, n.º 3).

Assim, pois, os pedidos de suspensão dos tempos de antena e da cobertura jornalística do candidato Ângelo Veloso não podem proceder.

III. Decisão.

pelos fundamentos expostos, indeferem-se os pedidos formulados.

■ Henrique Custódio

Freitas na Amadora e Loures

Prá-Frente de marcha atrás!

Literalmente, o homem arrasta a multidão — a tal ponto que a passeia consigo, qual enxame atrás da mestra, pelas rotas eleitorais do País. Referimo-nos a Freitas do Amaral, pois claro, a quem fomos surpreender em dois comícios sucessivos na região de Lisboa, concretamente na Amadora e Loures, na passada quarta-feira. Fomos ver como é para contar como foi — uma vez sem exemplo até porque uma vez chega para perceber onde assenta a comparação da campanha eleitoral do Freitas com as presidenciais norte-americanas: no ridículo e no esbanjar de dinheiro a rodos, práticas e recursos inquestionavelmente multinacionais. O resto é de facto, português, no que de fandangada e saloíce sempre pulou por aí.

Vamos lá então a isto.

Na Amadora, o comício estava marcado para as 19.00, no largo da estação. Às 18.00 já o palco se encontrava preparadinho e uma unidade móvel de rádio (assim se autoco-nominava o estaminé, instalado numa «roulotte» cheia de aparelhagens «Furacão» e jovens de chapeleta) fazia um chavascal respeitável ao som-vídeo dum irresistível António Sala («**Quem souber o nome da esposa do professor Freitas do Amaral, venha ao palco e terá um prémio!**» — atroava o portento aos quatro ventos da Amadora, em nítido confronto com os apitos dos comboios). O lusco-fusco ia, entretanto, dissolvendo a nudez da praca e realçando os dois guinchos de luz presentes: o da «roulotte» e o do palco.

Adultos, havia-os de dois tipos: os que saíam, atónitos, da estação e se raspavam com ou sem remoques; os que, com alguma infelicidade no rosto e já nada atónitos, maldiziam a espera na paragem de autocarros em frente. O resto era rapaziada sem idade para votar, quanto mais para ter juízo, que, em duas dezenas bem contadas e corpinhos selados à «Prá-frente!», mastigavam pastilhas e procuravam impingir bandeiras (honra lhes seja feita que não se abespinhavam com as recusas, rindo sempre, sabe-se lá de quê!).

Estavam as coisas neste pé quando, às 19.00, duas camionetas descarregaram uma claqué barulhenta reforçada por mais uns tantos despejados não sei onde. Fardados a autocolante, rematados a chapéu e adejando bandeiras com destreza, foram de imediato orientados por outros, de cartão indetificador ao peito e ímpetos pastorícios, para a boca do palco. Este vosso interlocutor foi apanhado na onda e também arrumado com um «**não saias daí enquanto os outros não chegam!**», mas como «**os outros**» nunca mais chegavam, saí, não, sem antes participar no primeiro «**um, dois, três!**» da funçanata. Passemos para o outro lado do subtítulo.

«Boi-co-te!!!»

Nessa altura, um jovem discípulo de António Sala (que — não sei se ficou claro — só estava presente em gravação vídeo, ampliada por umas centenas de «watts») agarrou-se ao microfone, olhou o grupo num cintilar estratégico e comandou: «**É preciso que a multidão caiba** (ainda tentei saber se alguém se chamava assim mas ninguém me ligou), **por isso va-**

mos dar três passos atrás! atenção: UM, DOIS, TRÊS! e não querem lá ver que duas «teenagers» me blocaram de imediato e se puseram às arreguas comigo, forçando-me a recorrer, por atrapalhadíssimo instinto, aos longínquos subsídios de ordem unida que me ficaram da recruta?»

Felizmente que estas coisas da tropa são como andar de bicicleta, a gente nunca lhes perde o jeito, pelo que não me saí mal ou, pelo menos, não caí. Apenas saí dali para fora, mal as minhas instrutoras me largaram o sovaco para se porem aos pulos e a gritar ao ritmo de nova orientação, cuja era, nem mais nem menos, a seguinte: «**em vez de estarem para aí a empurrar-se, vamos mas é gritar: «Estamos a chegar/o Freitas vai ganhar!».**»

Eis senão quando o drama acontece, interrompendo o exercício de aquecimento iniciado: faltou a luz, por evidente sobrecarga de tanta chifreina, mergulhando na penumbra e no silêncio os dois estaminés e os cinquenta «estaminadores» (não estou a contar comigo, evidentemente, se não dizia 51). A consternação alagou pela praca careca e chegou a um grupinho de adultos, aconchegados às bandeirinhas ainda discretamente arrimadas à barriga: «**É boicote! Boicote!**», sibilo um casaco de peles com uma senhora lá dentro, ao que um senhor com um excelente sobretudo por fora argumentou tecnicamente, em louvável pacificação: «**Calma, calma, deve ser do disjuntor!**». Mas o casaco de peles não desarmava: «**Qual disjuntor! Não viste o que aconteceu em Moscavide, eram interferências no som que era um horror?! Desta gente é de esperar tudo!**».

Afinal, não puderam esperar quase nada: a energia eléctrica voltou e manteve-se após alguns gaguejos, mal os jovens cérebros enchapelados descobriram que tinham de desligar os «Furacões» da unidade móvel e fornecer os «watts» todos ao palco. Isto quando chegava nova remessa de autocolados e outros bandeirantes, coisa para cima de uma centena que, se não vieram de comboio (e não vieram) deviam ter caído algures, de pára-quedas. Pelo menos eram enquadrados por novos «operacionais», um pouco mais velhos e, de certeza, com outras responsabilidades pastorícias, dado que ostentavam cartão já com fotografia. Um, fardado de David Crocket, pilotava jipe artilhadíssimo de safaris eleitorais, outro, linha «Mad Max» da estampilha, discutia com o primeiro sobre a questão do estacionamento, enquanto o aquecedor das massas organizava versos ao microfone: «**Oii, olá/a vitória já está cá!**»; «**Toda a gente está contente/Freitas vai ser presidente!**», «**Presidente de Portugal é o Freitas do Amaral!**». E por aí fora, numa fluidez própria de um país de poetas.

Presidente da Amadora

E aproximaram-se as 19.30. Cento e tal bandeiras já estavam em pleno aquecimento na «plateia» — o largo fronteiro à estação — entupindo os

acessos às plataformas e inspirando vigorosos nacos de vernáculo aos passageiros que, maletas na mão, rompiam em busca de casa. Atrás formavam-se grupos e diálogos expressivos, como o da senhora que puxava o marido para casa porque não queria «**ser filmada nesta bandalheira**» enquanto este, divertidíssimo, condescendia em recuar mais uns passos. Ou os de um grupo de umas dezenas de pessoas alinhadas na esquina fronteira se fartaram de rir quando uma carrada retardatária de inflamados bandeirinhas, pedindo que «**contem connosco!**», dedinhos espetados e aos pulos no estrado, recebeu esta classificação: «**Isto é melhor que ir ao jardim zoológico!**»

Mas o cúmulo da risota veio com um desliz do esforçado apresentador, ao gritar ao microfone, a plenos pulmões, que «**Já vem aí o novo presidente da República da Amadora!**», equívoco sublinhado por uma sirene de ambulância (integrada no cortejo do professor) a abrir caminho pelos talvez 200 mirones, em direcção aos também talvez outros tantos «bandeirinhas». Se há aqui erro, é por excesso, mas não faz mal, que os ângulos das filmagens entretanto iniciadas a partir do palco registaram a nuvem de bandeiras que, tão sabiamente, têm ficcionado as mais espectaculares multidões dos «Prá-frente Portugal».

Entretanto, o candidato chegou, trepou e disse nada, num notável imprevisto de oito minutos atafalhados de «**estabilidade!**», «**progresso social!**», «**lugar para todos!**», «**solidariedade institucional!**» e um pedido: que se lute contra a abstenção. Também não teve qualquer importância, dado que ninguém estava ali para ouvir o que quer que fosse: uns, só queriam dar gritos aos pulos, que para isso ali estavam, os restantes desejavam divertir-se, o que também bastou ao Freitas, ao decidir, na despedida, que «**entusiasmo assim, só no Minho!**».

De sarrabulho, naturalmente.

«Está aqui uma!»

Hora e meia depois estávamos todos num largo de Loures — eu e os mesmos 200 autocolados, ainda sem Freitas e comitiva (certamente encailhado num merecido jantar), o que permitiu a chegada a tempo de uma dezena de bandeiras presumivelmente locais (facilmente identificáveis por serem quase todas do CDS, ao invés das dos caravaneantes, em geral com as cores da candidatura e do PSD). Só que quanto a mirones, népia, que o local não tinha uma estação de comboios a apanhar desprevenidos.

A técnica de «instalação no terreno» foi repetida com rigor: à frente, a rapaziada do «**UM, DOIS, TRÊS!** Tudo para trás!» e umas «bolsas» a agitar uns tufo de bandeira na retaguarda. Brigadas atentas tapavam clareiras (que procuravam minuciosamente, no recinto), gritando uns para os outros, muito organizados: «**está**

aqui uma!». E estando, deixava de estar. Entretanto, uns putos cantarolavam umas rocalhadas sob o nome artístico de «João (seria este o nome?) e Henrique», enquanto a malta da pesada (segurança, pelos vistos recrutada entre gente dos meios tauromáquicos) brincalhotavam uns com os outros com encontros amigáveis e piadas do género «**vê lá se queres que eu te farpeie!**». Seria este núcleo a protagonizar um diálogo original, ao nosso lado. Às tantas, um deles, peito felpudo aberto às intempéries, anunciou ir tomar «uma cervejola» (cinco passos atrás estava um estabelecimento, cheio de gente desinteressada da algazarra exterior). Um parceiro interrogou-o, apreensivo: «**E levavas a bandeira?!...**» Ligeira hesitação e, enfim, uma resposta valentosa: «**Por que é que não havia de levar?**». «**Claro, claro, até deves!**», recuperou logo o outro. Só que, metros depois, a referida bandeira seria discretamente «passada» a um terceiro, também «embandeirado» mas menos sedento...

Ai, o Minho!

E a função começou, com o representante concelho da candidatura a levar até ao fim o único discurso que pretendeu dizer coisas. Resultado: ninguém lhe ligou nenhuma, as gaitas começaram a rebelar-se aqui e ali, o pessoal ficou logo farto de tanta conversa e tão pouco barulho. Alguém, atrás de nós, comentou, especioso: «**É pena, não tem o dom da palavra!**». O problema resolver-se-ia com o orador seguinte, o secretário-geral do CDS, que conseguiu o prodígio de uma intervenção de cinco minutos inteiramente preenchida com *slogans* mais ou menos «avesejados». Uma demonstração de inequívoco «dom da palavra». Já o seguinte, José Manuel Júdice, não embarcou nestas ingenuidades de exibição pessoal, começando logo por declarar que ia ser breve, porque o que todos queriam era ouvir «**o nosso novo Presidente da República!**». Assim, após debitar meia dúzia de patoadas triunfais, passou a palavra à estrela da noite que, diga-se de passagem, esteve melhor que nunca.

Após as habituais considerações sobre «**estabilidade!**», «**consonância!**» e «**progresso social!**» o professor, no que já parece uma obsessão, virou-se de novo para o Minho:

«**Aqui — geografou ele — num dos concelhos mais carenciados do nosso país, temos esta multidão esmagadora** (duzentas e tal «esmagações», um autêntico massacre), **o que prova** («prova», foi o que ele disse) **que os trabalhadores estão conosco, que Loures, tal como o Minho, quer Prá-frente Portugal!**».

Começamos por dizer que este candidato **arrasta a multidão** consigo. Embora seja verdade, talvez fique melhor dizer-se que este homem vai «**prá frente!**» com marcha (de carros) atrás! ■

■ Anabela Fino

A sonhar com ladrões

Uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma. Alice no país das maravilhas. «Flowers in your hair» (flores no teu cabelo). Receita para fazer um herói. O pote de ouro no arco iris. Uma mão cheia de nada e outra...

Os leitores que me desculpem mas esta é uma daquelas situações em que a dificuldade em começar uma prosa está no turbilhão de ideias que se disputam por vir à tona sem deixar qualquer margem para a escolha criteriosa de à qual dar a primazia. Por isso mesmo decidi escrevê-las de enfiada, quase ao sabor do pensamento, tal como foram surgindo enquanto vivia a experiência de assistir ao vivo a um comício que pela expectativa criada deveria ser diferente e afinal se limitou a ser vazio.

De Pintasilgo conhecia o discurso televisivo, o sorriso sempre pronto para as câmaras e para o público, a fraqueza da argumentação, as contradições dos apoiantes, os apelos ao sentimento, a confusão da mensagem, a espontaneidade publicamente apregoada.

Nada portanto que a tornasse particularmente simpática e convincente para quem, como tantos de nós, aprenderam na luta antifascista a sobriedade dos gestos e das palavras, a ponderação das ideias e dos actos, a dedicação sem limites a ideias de justiça e de paz, um amor tão profundo à Humanidade que lhe consagram a vida sem espalhafato mas estando sempre presente no sítio certo e na hora certa.

É claro que poderia estar enganada. O direito à diferença, que hoje tanto reivindicam, pode bem levar por caminhos novos e a uma nova maneira de estar na vida tendo como objectivo final essa aspiração velha como o mundo de um mundo melhor.

Do profeta Isaías à juventude acéfala

Se no panorama sociopolítico português surge uma candidata à Presidência da República que se reivindica da novidade e da diferença, nada de mais acertado do que seguir-lhe as pisadas na constatação do novo e do diferente.

Foi o que me levou até Coimbra e ao repescar de afirmações proferidas nos mais diversos locais pela própria e pelos que com ela dizem comungar. O resultado? Uma frase já feita onde quase tudo pode ser resumido: uma mão cheia de nada e outra...

E digo quase tudo porque por detrás deste vazio que deixa o discurso de Pintasilgo e adjacências redundantes ou não, algo se perfila que importa não esquecer, a saber, os enganadores cantos de sereia que podem desviar os distraídos do rumo certo, perdidos no labirinto das velhas novidades.

Credos cada um tem os que pode e a mais não é obrigado. Questão de consciência, como convencionou chamar-se, de há muito deixaram de ser motivo de diferença, estando longe da prática política invocar a condição de ateu ou de crente, a não ser, claro, no velhíssimo discurso da direita portu-

guesa, ciosa a não poder mais da estafada civilização cristã e ocidental de má memória.

Daí o insólito de ouvir apelos à consciência católica, com muita citação bíblica à mistura, para forçar as consciências em nome da liberdade de votar em consciência, sem outras pressões do que as assim se exercem justamente sobre as consciências.

Insólito também, como sucedeu em Coimbra, ouvir apoiantes de Pintasilgo advogar que o voto só é livre se traduzido no apoio àquela candidata, já que todos os outros são ditados pelos partidos a quem não é reconhecido o direito de decidir conscientemente o que se entende por melhor para a democracia, ficando essa tarefa a cargo de cada um, sob pena de se ser rotulado de acéfalo.

Insólito ainda ouvir falar de unidade a quem não se tem cansado de clamar entre os que mais se têm batido pela unidade que o «medo está inscrito nas consciências» e que à candidatura de Pintasilgo cabe a tarefa de «derrubar muros de Berlim».

Muito mais do que insólito é ver arvorar a bandeira do sonho como canção de embalar ao serviço duma candidatura que se reivindica da competência, do rigor científico, da eficácia, da capacidade de decisão.

Sonhamos ou decidimos? Decidimos a sonhar? Ou será que sonhamos que estamos a decidir?

Por mais belo que seja o arco-iris não consta ainda que alguém tenha encontrado o pote das moedas de ouro que a História diz encontrar-se lá onde ele se une com a terra. O que se sabe, isso sim, é que é efémero como todos os sonhos.

As ideias novas já cheiram a mofo

Nos corredores do Teatro Avenida, em Coimbra, onde Pintasilgo chegou já tarde, as conversas reflectiam a composição social: o estatuto dos professores, a profissionalização em exercício, os programas dos cursos... Aqui e ali comentários azedos ao tempo de antena de Mário Soares que trouxe à ribalta o passado de Pintasilgo, mais além um grupo que dividia animadamente os votos da APU, com considerações elucidativas sobre os duzentos mil militantes comunistas

que já sofreram lavagens ao cérebro, coisa manifestamente impossível de aplicar ao restante eleitorado o que significa que pelo menos setecentos mil eleitores escapam ao tratamento.

Uma linguagem nova velha de mais de cinquenta anos?

Começada a função, enquanto uns afirmavam que a memória do povo não é curta e sublinhavam os anticomunismos de Zenha, outros, como Kalidás Barreto, esquecido já dos tempos em que esteve com Zenha contra a unicidade, acusavam de divisionistas os que chegaram depois, único argumento de quem parece ter da concorrência às eleições a visão estreita da bicha do autocarro, enriquecendo o novo vocabulário das ideias novas com afirmações do género «Zenha é um puré de ideias, nem carne nem peixe, um esqueleto requeentado de velha república...»

Mas a novidade maior estava ainda para vir, com a intervenção de Pintasilgo, cantados que foram os parabéns à aniversariante num gesto simpático mas politicamente irrelevante.

Em entrevista ao «JL» afirmara a candidata dias antes: «candidato-me porque tenho ideias novas». Se é verdade, não as revelou em Coimbra.

Falou de flores, disse inspirar-se nos artistas, garantiu ter estudado engenharia para participar na condição operária, reconheceu que o povo é o único sujeito absoluto da História.

Para atalhar razões, diria que Pintasilgo optou pelo papel de Alice no país das maravilhas, quem sabe se para apagar a imagem de Rainha de Copas (que assumiu quando a sua candidatura apelou ao Tribunal Constitucional para que processasse Ângelo Veloso), a tal que à menor contrariedade ordenava «cortem-lhe a cabeça!».

As alusões aos «pides das consciências», ao «papão do medo» e outras novidades como estas ficaram reservadas ao eleitorado predominantemente comunista, esquecida que parece estar já a advertência contida no Manual de Campanha de Pintasilgo segundo a qual os apoiantes não devem atacar ninguém, especialmente o general Eanes, a APU, o PRD e o PS.

Em Coimbra, a candidata falou e não disse nada, deixando aos seus acompanhantes o trabalho desagradável de tentar fazer «o corte transversal na sociedade portuguesa» que se propôs. Uma coisa do arco da velha, perdão, do arco-iris.

E se quanto à novidade estamos convencidos, o mesmo não se pode dizer dos perigos que espreitam atrás destes arautos do sonho.

Há quem alimente sebastianismos vários, quem semeie ilusões do salvador providencial que levará o país pelos caminhos da glória. Com esta corrida a Belém conhecemos o despertar para o sonho assumido como a virtude das virtudes em política, de tal forma que corremos o risco de no futuro

não poder aplicar o termo sem que logo se façam as abusivas ilações.

O apelo ao sentimento

Uns chamam-lhe a «caravana do sonho», outros o «recomeçar da esperança», outros ainda o «acreditar que o sonho é possível». Tudo isto ligado com a candidatura de Pintasilgo, o cumprir do 25 de Abril, a aposta numa candidatura cuja novidade de discurso consiste em definir «liberdade do séc. XXI como liberdade e pão, liberdade e casa, liberdade e trabalho, liberdade e salário, liberdade e educação, liberdade e direito à informação».

Tudo isto ligado a uma candidata que afirma não viver apenas «na torre de marfim dos valores» e que só agora descobriu aquilo por que os comunistas se batem há mais de meio século.

Que paladinos do sonho são estes que se desencantaram com a revolução às primeiras dificuldades, debandando para outras partes e outras artes quando o caminho se tornou mais duro, acordando só de quando em vez para embarcar na aventura (otélista ou outra), sem aprender a lição dos erros passados, candidatos permanentes ao balde de água fria da realidade que não equacionam fora dos limites estreitos de visionários que na ânsia do desejável arriscam o possível?

Quem não gosta de sonhar? Ou alguém duvida que os operários não sonham com melhores condições de vida, os que não recebem salário não aspiram à segurança da remuneração justa e devida, os que têm fome não desejam a barriga cheia e o mais por que se batem os que sofrem as injustiças?

Só que este sonho se faz na luta diária, consequente, difícil, sem falsos apelos a salvadores que não chegam ou a sentimentos telenovalescos que levam a lugar nenhum. Faz-se cumprindo o caminho difícil da unidade, preservando a cada momento o possível concreto, dois passos em frente e um atrás sempre que necessário, nunca embarcando na aventura, aliciante sim, mas de consequências previsivelmente desastrosas.

Faz-se com as alianças possíveis e fortalecedoras, as que garantem em primeiro lugar a total disposição para tudo fazer pela democracia, não embarcando em projectos de quem tudo joga no projecto próprio e se arvora no direito de perante a direita, estando excluído da corrida eleitoral, não fazer qualquer declaração.

Faz-se com as pessoas que não se demitem, para além do seu sonhinho pessoal, ficando do lado da barricada dos que podem até ao fim bater-se pela democracia.

Não duvido que os outros sonhem muito. Fica-me a dúvida se não andarão a sonhar com ladrões.

«Trapalhadas»

O vespertino lisboeta «A Capital» foi um dos dois únicos órgãos da Comunicação Social estatizada (o outro foi o «Diário Popular») que se apressaram a cumprir a directiva emitida pelo Conselho de Comunicação Social sobre «duplicação de tempos de antena», ainda a dita cuja vinha quentinha do bizarro forno que a cozeu. Vai daí tratou de cortar pela metade os espaços que até então tinha concedido aos candidatos Ângelo Veloso e Salgado Zenha, numa interpretação ainda mais «avançada» que o prescrito na directiva (a qual, apesar de tudo, não se atreveu a explicitar os nomes a censurar)...

... Só que, horas depois, o Tribunal Constitucional atirou por terra esta manobra a tresandar Estado Novo, impondo o respeito pela legalidade democrática e deixando a direcção de «A Capital» com os pés no ar. Que faz então o inefável Rodolfo Iriarte, director do vespertino, logo no número seguinte, o de sábado? Explica que se limitou a cumprir a lei (ai, tão cumpridores que eles são, às vezes!), apelida de «trapalhada» o imbróglio em que se meteu, albarda o Conselho de Comunicação Social com as culpas e anuncia que «A Capital» vai retomar a equidade «espacial» de tratamento jornalístico para com as cinco candidaturas, desastrosamente interrompida por um dia. E zumba! na página dedicada a Ângelo Veloso enfiam logo três comunicados (um sobre a decisão do Tribunal Constitucional), continuando a conceder a este candidato, na prática, metade do espaço normal!

Pois... quando se é demasiado trapalhão, corre-se o risco de se ficar atrapalhado...

Ignorâncias

Freitas do Amaral, num dos seus tempos de antena, saiu-se com esta: «A minha campanha é feita para acabar com a ignorância». Comentário de um telespectador não-ignorante: «Ó

homem, veja lá o que arranja! Se fizer isso quem é que, depois, vota em si?».

«Os dois restantes»

O «Correio da Manhã», que faz oscilar as suas primeiras páginas entre um estilo de «Play Boy» suburbano e de «Jornal do Incrível», quis um dia destes escarrapachar duas longas entrevistas de Galvão de Melo e Pires Veloso, grandecíssimos democratas, sobre «a terceira eleição presidencial». Não se sabe por que pudor, entendeu, entretanto, o «CM» obrar explicação prévia para as ditas entrevistas, cuja rezava assim, após enunciar todos os candidatos que apresentaram candidaturas à Presidência da República:

«Dos ex-candidatos, e exceptuando os do PC, Otelo não pode dar entrevista por se encontrar detido, Pinheiro de Azevedo faleceu e Soares Carneiro «leva uma vida tranquila no seio da família», não podendo falar por ser general do Exército no activo. Ficamos assim com três candidatos passíveis de dar entrevistas: Eanes, Galvão de Melo e Pires Veloso. O pensamento do primeiro é amplamente conhecido. O nosso jornal ouviu os dois restantes». Ó, senhores, mas para quê tanta explicação?! O vosso pensamento «é amplamente conhecido»!!!

Falta aprender...

Num questionário elaborado por Vasco Pulido Valente, no «Diário de Notícias» de domingo passado, para os candidatos Zenha, Pintasilgo, Freitas e Soares, havia, às tantas, uma pergunta que avançava o seguinte: «O que é que não sabe e considera que lhe faz mais falta aprender?». Resposta de Mário Soares: «Trabalhar com computadores». De facto introduzir uma coisa dessas no próprio partido e

Pontos Cardeais

ainda não saber trabalhar com ela, configura uma falta que urge remediar!

Lapso

Há dias, em Trancoso, nos momentos que precederam a chegada da caravana de Freitas do Amaral, um carro de som percorreu a localidade mobilizando as pessoas. De microfone em punho, frenético de emoção e entusiasmo, o mandatário concelhio de Freitas, em dada altura gritou: «Temos uma grande responsabilidade por ter entre nós o nosso presidente professor doutor Oliveira Salazar!»

Tratou-se de um lapso evidente, visto que, obviamente, quem realmente se aproximava era o Freitas e não nenhum fantasma do passado. Entretanto, e tendo ainda por cima em conta que o citado mandatário é um ex-dirigente da Acção Nacional Popular, partido único do tempo do fascismo, o episódio não pode deixar de ser sintomático acerca da dinâmica gerada em torno da candidatura do «professor». No fundo, tratou-se apenas de um simples lapso... verbal.

Soares e os números

As trombetas da comunicação social ao serviço das candidaturas de direita e, neste caso concreto, de Mário Soares, atroaram os ares com o grande êxito que teria sido a passagem do candidato pelo Algarve. Na televisão, na rádio, nos jornais, um número foi incessantemente citado: Soares

teria sido acompanhado por uma caravana automóvel que contaria com mais de quatrocentos automóveis.

Mas, por vezes, há jornalistas curiosos. Escreve o enviado do «Diário de Notícias»: «Os jornalistas do CDN» e do «Expresso» constatarão, à saída de S. Brás de Alportel, e poucos quilómetros antes de chegar a Olhão, que a caravana não ultrapassava a centena de automóveis». Pelo que se vê, se é certo que o candidato não é, de nenhum modo, forte em números, «especialistas» em tal matéria não faltam em seu redor, ainda que eticamente não se distingam do seu patrono. Primeiro foi a sondagem de fabrico caseiro e depois imputada a uma empresa da especialidade, agora é a multiplicação dos automóveis. Quanto a um candidato a futuro PR, tais métodos são significativos. Quanto aos números... ainda bem que não vão ser os soaristas a contar os votos do dia 26!

Chocolates

Em «A Capital» lia-se um dia destes o seguinte «apontamento de reportagem» da campanha de Mário Soares: «A pequenada que acorria à beira da estrada ou aos locais de concentração foi presenteada durante o nono dia de campanha com uma prenda do seu especial agrado. A caravana distribuía, para além dos habituais autocolantes, pequenos chocolates, cujo invólucro tem a fotografia do candidato e a frase Soares Presidente». Portanto a coisa já vai nos «chocolates à pequenada». Certamente na suposição de que «o que é doce nunca amargou». Esquecendo que «o que é amargo nunca adoçou»...

Gazetilha

por Ignotus Sum

José Augusto foi jogador agora, porém, selecciona. Dá ao Soares o seu favor coisa, que enfim, em nada o abona.

De política ele entende bem vai mesmo, mesmo ao fundo da essência quando diz que o Mário Soares tem poder pra fazer a «convergência»...

Claro, claro, convergência é o que faria um tal presidente — Soares e Freitas no mesmo pé, o resto é para enganar a gente...

Eis como o pobre Augusto, sem querer, com dez réis de inteligência, há-de vir à TV e, inocente, dizer o que outros não dizem: a verdade...

O Soares, cara de mau, entra pra TV a dentro: velho marau faz um apelo ao centro...

Quando mais se apaga a vela faz um discurso abre-latas: e logo apela aos sociais-democratas...

A vitória na campanha quer ele, ao fim e ao cabo: nem, que tenha de apelar ao diabo...

O Soares promete emprego e fá-lo de tal maneira que parece um rato cego às voltas na ratoeira...

Emprego? Está boa, está! A vergonha onde chegou Então como é que o dá se, a quem o tinha, o tirou?

Emprego quer ele ter quando pra Belém se impele. Mas só lho dá quem tiver menos vergonha do que ele...

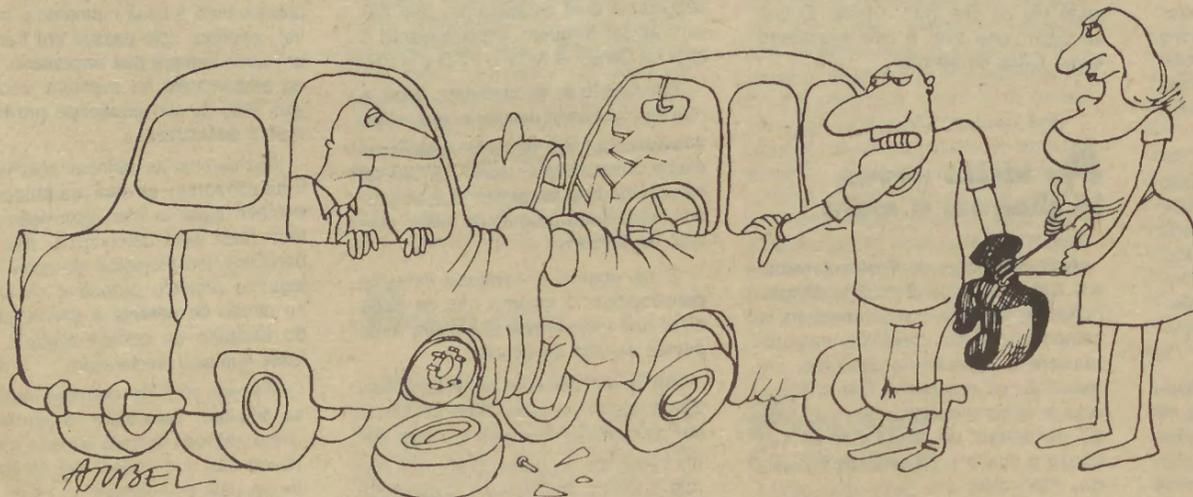
Dizem-me que a Pintasilgo é simpática. Está bem. Só que, enfim, não consigo ver o que é que isso tem...

É simpática? Eu até acho que nem é tolice mas essa eleição não é um concurso para misse...

Agora, o que a gente quer (e por tolos não nos tomem com a história de ser mulher contra a história de ser homem...)

Agora, o que quer a gente é votar quem mais se ajeita para imediatamente cortar o voo à direita.

Jamais com demagogia coisa que valha se ganha. Cá pra mim, a simpatia quem a tem mais — é o Zenha...



Agenda /

Avante!

Ano 53 - Série VII

N.º 630

24 de Janeiro de 1986

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Em 26 de Janeiro
Vota no primeiro

FRANCISCO SALGADO ZENHA



ANTOLOGIA



MARTINS, JOÃO — in «Mart». Composto e
impresso na Heska Portuguesa, Fev. 82

TV O Programa

Sexta

24

RTP1

12.00 — Notícias
12.05 — Espaço 12/13
12.45 — Notícias
13.00 — Telenovela «Origens»
18.00 — Notícias
18.45 — A Forma das Coisas
19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
20.35 — Campanha Eleitoral
21.55 — Comunicação do Presidente da Comissão Nacional de Eleições
22.00 — Telenovela — «Louco Amor»



22.40 — Série — «Wallenberg»
23.30 — Série — «Sariños com Elas»
00.00 — Último Jornal

RTP2

19.30 — Desenhos Animados
20.00 — Enquanto é Tempo
20.30 — Espaço Jazz
21.30 — Directo/2
22.30 — Jornal da Noite

Sábado

25

RTP1



11.00 — Tempo dos Mais Novos
14.00 — No Mundo dos Fraggles
14.30 — Desenhos Animados
15.25 — Música Pop
16.10 — Panorama
16.35 — O Dia em que o Mundo Mudou
17.35 — Fame



18.20 — Museu do Louvre
19.15 — Parlamento
19.45 — Totoloto
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
20.35 — Aplauso — Zizzi Jeanmaire



21.45 — Informação Desportiva
22.25 — Série — «A Caminho da Esperança»
23.15 — Último Jornal
23.30 — Sábado Especial — «Se...», real. Lindsay Anderson (Inglaterra/1968)

RTP2

18.30 — Troféu



20.00 — Animação
20.30 — O Tempo das Catedrais
21.30 — Série — «A Sombra da Velha Árvore»

Domingo

26

RTP1

10.30 — Missa Dominical
11.25 — 70 Vezes 7
12.00 — Tempo dos Mais Novos
13.05 — TV Rural
13.30 — Tempo dos Mais Novos
15.00 — Sessão da Tarde — «A Sorte Viagou de Barco»
17.00 — Ciclocross — Campeonato do Mundo (Transmissão directa)
18.00 — Top disco
19.00 — Eleições Presidenciais
20.00 — Telejornal
20.30 — Eleições Presidenciais.

RTP2

19.30 — Novos Horizontes
20.00 — Adágio
20.30 — Eleições Presidenciais

Segunda

27

RTP1

12.00 — Notícias
12.05 — Espaço 12/13
12.45 — Notícias
13.00 — Telenovela «Origens»
18.00 — Tempo dos Mais Novos
18.30 — Notícias
18.50 — Desportivamente
19.15 — Azulejos de Arte Portugueses
19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico



20.35 — Telenovela — «Louco Amor»
21.15 — Concurso 1-2-3
23.30 — Último Jornal

RTP2



19.30 — Desenhos Animados
20.00 — Documentário
20.35 — Teatro para Sempre — «As Criadas», de Jean Genêt, prod. ORTF
22.30 — Jornal da Noite

Terça

28

RTP1

12.00 — Notícias
12.05 — Espaço 12/13
12.45 — Notícias
13.00 — Telenovela «Origens»
18.00 — Tempo dos Mais Novos
18.35 — Notícias
18.50 — Século XX — «A China em Marcha»
19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
20.35 — Telenovela — «Louco Amor»
21.20 — Programa da Direcção de Informação



22.30 — Série — «Chefes»
23.35 — Último Jornal

RTP2

18.30 — Campeonato da Europa de Patinagem Artística — (transmissão directa)
20.00 — Videopolis
20.30 — Falar de Macau
21.00 — Sessão das Nove — «Fogo-Fátuo», real. Louis Malle (França-Itália/1963)
22.30 — Jornal da Noite

Quarta

29

RTP1

12.00 — Notícias
12.05 — Espaço 12/13
12.45 — Notícias
13.00 — Telenovela «Origens»
18.00 — Tempo dos Mais Novos
18.35 — Notícias
18.50 — Trânsito
19.20 — Jazz para Todos
19.55 — O Livro Grande de Petete
20.00 — Telejornal
20.27 — Boletim Meteorológico
20.30 — Vamos Jogar no Totobola
20.40 — Telenovela — «Louco Amor»
21.30 — Noite de Cinema — «Duelo ao Sol», real. King Vidor
23.45 — Último Jornal

RTP2

19.30 — Desenhos Animados
20.00 — Mulher a Mulher



20.30 — A Experiência Migrante — A Emigração para a Austrália
21.30 — Foi Exito na TV
22.30 — Jornal da Noite

Livros

«Discursos Políticos» de Álvaro Cunhal. Edições «Avante!», Coleção «Documentos Políticos do Partido Comunista Português».

Os livros são como os amigos. Falamos dos bons livros, é claro. Tal como os amigos, estão sempre à mão quando deles precisamos. São, como os amigos, também para as ocasiões. E vem isto a propósito, muito a propósito mesmo, da ocasião que todos vivemos — as eleições presidenciais — e do que sobre tal matéria os livros dizem. Certos livros.

Lembramos hoje os muitos livros já publicados pelas Edições «Avante!», na sua extensa coleção «Documentos Políticos do Partido Comunista Português» e que vem publicando com regularidade os mais importantes discursos do secretário-geral do PCP. São falas — e escritos, textos — nos quais, ao relê-los, os comunistas, e não só eles mas também os outros democratas, podem encontrar, data a data, situação a situação, não só a «leitura» da história recente de Portugal, mas, como compete à visão marxista e ao Partido Comunista, a crítica dos acontecimentos e a orientação que levará os trabalhadores, a classe operária — obreiros da história do lado de cá da democracia — a preparar as modificações necessárias à abertura de mais um capítulo dessa história.

Já o dissemos, pegamos hoje nestes discursos — o pretexto poderia noutra altura ser outro — a propósito das eleições presidenciais. Para constatar que, no Portugal de Abril, os comunistas tiveram sempre uma palavra a dizer e uma atitude própria e independente sobre a eleição do Presidente da República, palavra e atitude que se definiu sempre de acordo com o que estava em jogo no momento, com as forças em presença ou em confronto, com a situação e as soluções democráticas que ela exigia.

Situações diferentes, soluções diversas. Mas a mesma postura de independência, de salvaguarda dos interesses dos trabalhadores, da democracia, da independência nacional. E será, pelo menos, curioso verificar o quão acertadas foram as análises produzidas há dez anos ou há cinco, comprovadas pelos anos que de então para cá decorreram.

Em 21 de Junho de 1976, quando da campanha eleitoral em que, entre outros, participavam o camarada Octávio Pato, o então major Otelo e o general Ramalho Eanes, dizia o secretário-geral do PCP: «Se o general Eanes cumprir aquilo que diz, cumprir a Constituição, não tardará muito que a reacção, que hoje o apoia, se volte contra ele (...)».

E sobre a candidatura de Otelo (Sacavém, 8/6/76): «Atrás desta candidatura, na intenção dos seus proponentes, o que há é uma campanha divisionista. Não visa o reforço das forças capazes de obstar ao avanço da direita reaccionária mas, ao contrário, enfraquecer aquela organização que está em melhores condições, pela sua força real, pela sua influência, pela sua combatividade, até pela dedicação dos seus quadros, a fazer frente à reacção (...)».

Em 5 de Junho, havia dito: «Nós apoiamos qualquer Presidente da República que cumpra a Constituição, que se disponha a defender as liberdades e assegurar o exercício das liberdades e os direitos dos cidadãos em todo o território (...)».

Esclarecendo a iniciativa do PCP de apresentar a candidatura do camarada Pato, afirmava Álvaro Cunhal em 12/6/76, em Vila Real de Santo António: (...) «A questão que se colocava ao nosso Partido (...) era a possibilidade de conduzir a batalha política com as nossas próprias ideias, explicando ao povo as perspectivas da situação democrática, apresentando as soluções necessárias para a situação actual (...)».

Anos mais tarde, novas eleições. De novo o PCP apresenta um candidato seu, o camarada Carlos Brito, cuja campanha de esclarecimento termina com o apelo ao voto em Ramalho Eanes: «Não temos», dizia o secretário-geral do PCP, «como objectivo possível nestas eleições levar a Belém um comunista ou mesmo um outro candidato com uma orientação e uma política progressistas». (...) Mas, como diria mais adiante num discurso pronunciado em 21 de Novembro de 1980, «a voz do PCP é uma voz insubstituível. Em todos os momen-

tos cruciais, a voz do PCP é factor fundamental na luta popular. Também o está a ser e será na batalha das eleições presidenciais».

«A candidatura de Carlos Brito», afirmou mais adiante, «será uma contribuição da mais alta importância para que nas eleições presidenciais a reacção e o seu candidato Soares Carneiro sejam derrotados, para que a democracia ultrapasse com êxito mais esta curva apertada e perigosa, para que continuemos a viver em liberdade e em democracia, para que Portugal de Abril e as suas conquistas retomem o seu caminho exaltante e redentor».

As palavras dos comunistas não as leva o vento. Estão escritas, serviram em dada situação, servem de novo quando a situação se reproduz de modo diverso embora. Rerler os «Discursos Políticos» nesta nova «curva apertada» é como recorrer à opinião dos amigos, quando as ocasiões o pedem.

Documentos Políticos do Partido Comunista Português

ÁLVARO CUNHAL

UMA POLÍTICA AO SERVIÇO DO POVO

Documentos Políticos do Partido Comunista Português

ÁLVARO CUNHAL

ENTRE DUAS ELEIÇÕES

Documentos Políticos do Partido Comunista Português

Álvaro Cunhal

discursos políticos / 16

AVANÇO E DERROTA DO PLANO SUBVERSIVO 'AD' 1980

II

Cinema

A seleção

Exposições

| | | António Durão | David Lopes | Manuel Machado da Luz | Manuel Neves | Paulo Torres |
|----------|-----------------------|---------------|-------------|-----------------------|--------------|--------------|
| A | Andrei Rubliov | ★★★★★ | ★★★★★ | ★★★★★ | — | — |
| B | Cotton Club | ★★★★★ | ★★★★ | ★★★★★ | ★★★★★ | ★★★★★ |
| C | Debalxo do Vulcão | — | ★★★ | ★★★ | — | — |
| D | A Floresta Esmeralda | ★★★ | ★★ | ★★ | — | ★★ |
| E | Os Goonies | ★★ | — | ★★ | — | ★★ |
| F | A Honra dos Padrinhos | ★★★★ | ★★★ | ★★★★ | ★★★★ | — |
| G | Movimento em Falso | ★★★ | ★★★★ | ★★ | — | — |
| H | Mozart em Itália | ★★ | — | ★★ | — | — |
| I | Nome: Carmen | — | ★★ | ★★★ | ★★★ | — |
| J | Retorno ao Futuro | ★★ | ★★ | ★★ | — | ★★ |
| L | Silverado | ★★★ | ★★★ | ★★★ | — | — |

Classificação de *

- A — Real. Andrei Tarkovski — N'Gola (18.45, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. Francis Ford Coppola — Alfa/2 (13.45, 16.15, 18.45, 21.15, 23.45), Apolo 70 (14, 16.30, 19, 21.30, 24), Nimas (14, 16.30, 19, 21.30), Quarteto/1 (14, 16.30, 19, 21.30) — Lisboa.
- C — Real. John Huston — Igoper, (15.30, 21.30) — Lisboa.
- D — Real. John Boorman — Alfa/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — Lisboa.
- E — Real. Richard Donner — Ávila (14.45, 17, 19, 21.30), Terminal (13.00, 15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- F — Real. John Huston — Las Vegas/2 (15.15, 18.30, 21.30), Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- G — Real. Wim Wenders — Quarteto/4 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- H — Real. Pupi Avati — Estúdio 444 (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa.
- I — Real. Jean-Luc Godard — Quarteto/3 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- J — Real. Robert Zemeckis — Alfa/1 (14, 16.30, 19, 21.30, 24), Amoreiras/1 (14, 16.30, 19, 21.30, 24), Gemini (14, 16.30, 19, 21.30), S. Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.15) — Lisboa.
- L — Real. Lawrence Kasdan — Amoreiras/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), 7.ª Arte (14.45, 17, 19.40, 21.45) — Lisboa.

Arqueologia Industrial, «Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender», Visitas guiadas, 3.ª, 4.ª, 5.ª e dom./10 às 17; 6.ª e sábados até às 21 horas. Na antiga Central Tejo, em Belém (até Maio).

Boavida Amaro, gravura. Gal. Fonte Nova, Estrada de Benfica. Das 10.00 às 24.00, até 30/1.

Carlos Carreiro, pintura. Livraria Bertrand, R. Anchieta.

Carlos Ramos, «O Arquitecto, O Pedagogo, O Companheiro dos Artistas». Galeria de Exposições Temporárias da Gulbenkian. De 3.ª a sáb./15 às 19, dom./10 às 17.

David de Almeida, pintura. Gal. de Exposições Temporárias do Centro de Arte Moderna/Gulbenkian. De 3.ª a sáb./15.00 às 19.00, dom./10.00 às 17.00.

Escultura Africana em Portugal. Museu de Etnologia, Av. da Madeira ao Restelo. De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17.

«Fernando Pessoa, o Último Ano», documental. Biblioteca Nacional de 2.ª a 6.ª, 10 às 20; sáb/9 a 13.00, até fim Fev.ª

Grafismo e Ilustração nos Anos 20-30. Galeria de Exposições Temporárias do CAM, Fundação Gulbenkian, Av. de Berna.

Gravura Contemporânea (vários) e Amílcar Salomé (escultura). R. da Misericórdia. De 2.ª a sáb./11 às 13 e 15 às 19.00.

H. Michael Wien, aguarelas e acri-

licos. Centro Comercial da Portela (até 30/1).

Helena Almeida e Artur Rosa, pintura. Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. Cruz dos Poiais. De 3.ª a dom/15.00 às 19.00. (Até 25/1).

José Augusto, pintura. Gal. Harmonie, Centro Comerc. Amoreiras (até 31/1).

José Pádua, pintura. Gal. Igoper, Av.ª Gomes Pereira, 103.

Júlio Pomar — «Páginas de Álbum — Estudos de Bichos», desenhos. R. de S. Mamede ao Caldas, 9, 1.ª, 3.ª, 5.ª e 6.ª/17.30 às 20.30, 4.ª/21.30 às 23.30, sáb./15.00 às 20.00 (até 19/2).

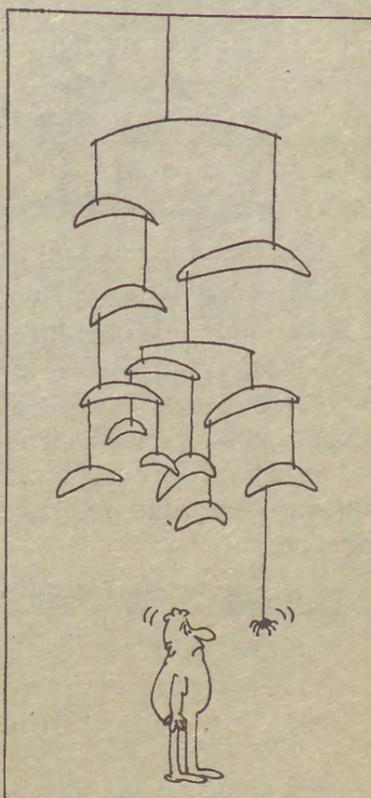
Manuel Cargaleiro, azulejos, e **António do Carmo**, pintura. Gal. S. Mamede, R. Esc. Politécnica, 167. De 2.ª a sáb./10.00 às 15.00 e 15.00 às 19.30.

«Murmúros», colectiva de pintura. Atelier 15, R. Freitas Gzul, 24-D. De 2.ª a 6.ª/18.00 às 22.00, sáb./15.00 às 19.00 (até 29/1).

Pedro Simon, pintura. Gal. Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 5.ª D. De 2.ª a 6.ª/16.00 às 20.00 (até 31/1).

Pintura Naïve, colectiva. Casa da Imprensa, R. da Horta Seca, 20. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 20.00 (até 27/1).

Os Reis Magos, obras das colecções do Museu de Arte Antiga, Janelas Verdes (até 30/1).



A Indústria Cerâmica do Séc. XVI — «Um Forno da Mata da Machado». Convento da Verderena. BARREIRO.

Colectiva de gravura e serigrafia. Gal. Astolfi. De 4.ª a 2.ª/16.30 às 21.00. Birre Centro. CASCAIS.

Aquillino Ribeiro, biblio-íconográfica. De 2.ª a sáb./9.30 às 12.30 e 14.00 às 17.00, até 31/1, Biblioteca Municipal ALMADA

Marc Jurt, desenho e gravura, até 14/2, Centro Cultural de S. Lourenço. ALMANSIL.

O Presépio nas Coleções Alentejanas, até 31/1 no Museu de Évora

Miguel Barbosa, pintura. Pousada de S. Filipe. Das 10.00 às 23.00, até 24/1. SETÚBAL.

Ribeiro Farinha, «Luísa Todiv», desenhos. Salão Nobre da Câmara Municipal SETÚBAL.

Terras do Demo, comemorativa do centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro. Até 30/3, Museu Grão Vasco VISEU.

Teatro

O Cartaz

• LISBOA

Casa dos Tabuleiros, R. Poiais de S. Bento, 75. De 4.ª a sáb./21.45. Tutankamon e a sua Rainha, de Adolfo Gutkin, enc. Isabel Pacheco — Grupo de Teatro Maizum.

Comuna, Pr. de Espanha. De 3.ª a sáb. 21.30; dom. 17.00; **Amadis**, de Abel Neves, enc. João Mota. (até domingo).

Maria Matos, Av. Frei Manuel Contreiras, 58. De 4.ª a sáb./21.30; sáb. e dom.; 16.00. **Hedda Gabler**, de Ibsen, enc. Carlos Quevedo.

Maria Vitória, Pq. Mayer. Não Batam Mais no Zezinho, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. H. Santana. De 3.ª a Dom./20.30 e 22.45; Dom. e feriados também às 16.30.

Nac. D. Maria II — Sala Experimental, De 3.ª a sábado, às 21.45, sábado e domingo às 16.30 h **A Caça ao Snark**, de Lewis Carroll, enc. Teresa Garcia Fernandes.

Soc. Guilherme Cossoul, Av. D. Carlos I, 61, 1.ª — 6.ª e sáb./21.30. **O Rei da Vela** de Oswald de Andrade, enc. Hermínio Fernandes — Grupo de Teatro Amador da G. Cossoul.

Teatro ABC, Pq. Mayer. De 3.ª a 6.ª/21.45, sáb/20.30 e 23, dom/16.00 e 21.45. **Arsénico e Rendas Velhas**, de Joseph Kesselring, enc. Carlos César.

Teatro Aberto, Pr. de Espanha. De 3.ª a sáb., 21.45; dom., 16.00. Tu e Eu, de F. Karl Waechter, enc. João Lourenço.

Teatro Ibérico, R. de Xabregas, 54. De 3.ª a sáb., às 21.30, Dom., às 17. **Bodas de Sangue**, de Federico Garcia Lorca, enc. Blanco Gil.

Teatro do Século, R. do Século, 41; 6.ª, 21.30; sáb. 17.30 e 21.30; dom. 17.30; **Embalagem Perdida**, de Vera Feyder, enc. Ricardo Marques.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de

Melo. De 3.ª a Sáb./21.30, Dom. 16.00 e 21.30. **Pouco Barulho**, de Michael Frayn, enc. Varela Silva.

Variedades, Pq. Mayer. De 3.ª a dom. / 21.45, sáb./16.00. **Um Coronel em Dois Actos**, adapt. Francisco Nicholson, enc. Varela Silva.

• PORTO

Teatro, Casa de Teatro do TEAR, R. do Heroísmo, 86. De 3.ª a sáb. /22.00, dom./17.00. **O Último Baile em Casa do Sr. Cunha**, de Júlio Dinis, adapt. e enc. Castro Guedes.

Teatro do Campo Alegre, R. do Campo Alegre. De 3.ª a Dom. / 21.45; Dom. e feriados / 16.00. **Os Amorosos da Foz**, de Camilo Castelo Branco, enc. Norberto Barroca — Seiva Troupe.

Teatro dos Modestos, R. Gonçalo Cristóvão — De 3.ª a sáb./21.30, dom/17.00 e 21.30; **Don Juan de Zorilha**, enc. Moncho

Rodrigues — Grupo «Os Comediantes».

TEP — Sala Estúdio, R. do Pinheiro, 4. De 4.ª a sáb/21.30; sáb. e dom/16.00. **Teatro de Cordel**, seis farsas do séc. XVIII, adapt. e enc. Mário Viegas.

• SETÚBAL

TAS — Teatro de Animação de Setúbal. 6.ª, sáb., dom. e 2.ª, 21.30. **O Menino de Sua Mãe**, textos de Fernando Pessoa, música de Carlos Curto, enc. Carlos César e Carlos Curto.

Para crianças

• LISBOA

Casa da Comédia, R. S. Francisco de Borja, 24, às Janelas Verdes. Sáb. e dom/16.00. **A Banda do Chico da Holanda**, texto de Chico Buarque inspirado nos contos dos irmãos Grimm, música de Chico Buarque, enc. Filipe La Féria.

Comuna, Praça de Espanha. De 3.ª a 6.ª/14.30, sáb./15.00 e 17.00, dom./15.00. **O Romance da Raposa**, de Aquilino Ribeiro, adaptação de André Bruno — **Marionetas de Lisboa**.

Salão das Furnas, R. Raul Carapinha. 3.ª, 5.ª, 6.ª/11 e 13.30. **Bola de Sabão**, enc. Mário Jorge — Grupo os Papa-Léguas.

TIL, R. Leão de Oliveira, 1, ao Calvário. Sáb., dom. e feriados/15.30 e 18.00. **Galleu, Contador de Estrelas**, de José Jorge Letria, enc. Kim Cachopo.

• PORTO

Audatório da Árvore, R. Azevedo de Albuquerque. 6.ª/21.30, sáb./15.30 e 18.00, dom/15.30. **O Palhaço Verde**, de Matilde Rosa Araújo e Alberto Heinemans, enc. Robert Merino — Grupo Art'Imagem.

Grupo Pé de Vento, R. das Virtudes. Sáb. e dom./16.00. **Entre-gues à Bicharada**, de M. A. Pina, enc. João Luis.

...e ainda

Música, debates, etc.

Música

Temporada Gulbenkian

Hoje, dia 26, às 18.30, no Grande Auditório da Fundação Gulbenkian, **Les Músiciens du Nil**, música vocal e instrumental egípcia.

«Portugalia Musical», Coro Gulbenkian, direcção do maestro Jorge Matta — concerto no dia 27, às 21.30, na igreja do Loreto.

Solistas da Orquestra Gulbenkian, obras de Mendelssohn e Chostakovitch — dia 28, às 18.30, no Auditório Dois da Gulbenkian.

Cláudio Carneiro

A **Semana Cláudio Carneiro**, uma iniciativa do Conselho Português de Música com a colaboração da Gulbenkian, Teatro de S. Carlos, RDP e CM do Porto, tem «o propósito de contribuir para um melhor conhecimento da vida e da obra deste grande compositor português» e vai decorrer em Lisboa e no Porto.

Em Lisboa será inaugurada no dia 27, às 18.30, no Teatro Nacional de S. Carlos, uma exposição documental. No mesmo dia e local, o

compositor Luís Filipe Pires profere uma conferência. Ainda no Teatro de S. Carlos e com entrada livre, dois concertos com obras de Cláudio Carneiro: de canto e piano por Isabel Malla-guerra e Fernanda Wanschneider (dia 28 às 21.30) e pelo Quarteto Capela (dia 29 às 21.30).

Bailado

O **Ballet Gulbenkian** estreia na próxima quarta-feira, dia 29, um novo programa (a repetir nos dias 30 e 31 de Janeiro e 1 de Fevereiro): **Terra do Norte** (Olga Roriz / Música tradicional de

Trás-os-Montes e Minho), **Bênção de Deus na Solidão** (Wellenkamp/Liszt), **Terra de Ninguém** (Olga Roriz/Steve Reich) e ainda uma Nova Coreografia de Vasco Wellenkamp em estreia absoluta. Às 21.30, no Grande Auditório Gulbenkian.

Cinema

Ciclo «O Musical»

Dia 27/18.30 — **Broadway Melody of 1936**, real. Roy del Ruth; 21.30 — **Broadway Melody of 1940**, real. Norman Taurog.

Dia 28/18.30 — **One in a Million** («A Rainha do Patim»), real.

Sidney Lanfield (1936); 21.30 — **One Hundred Men and a Girl** («Cem Homens e uma Rapariga»), real. Henry Koster (1937).

Dia 29/18.30 — **Anything Goes**, real. Lewis Milestone (1936); 21.30 — **Holiday Inn** («15 Dias de Prazer»), real. Mark Sandrich (1942).

Todos estes filmes serão exibidos no Cinemateca Portuguesa, abrindo a bilheteira uma hora antes de cada espectáculo. Na **Fundação Gulbenkian**, para além da série de «video-clips» que hoje termina, exhibe-se na 3.ª-feira dia 29, às 21.30, **Hitting a New High** («O

Rouxinol da Selva»), real. Raoul Walsh (1937).

ABC Cine-Clube

É também um musical, porém, «pela mesma perturbante aproximação dos mecanismos de alienação das diversões ditas populares — escreve-se no Boletim do ABC — é também digno e mais agressivo irmão de «A Rosa Púrpura do Cairo», o filme a exibir na próxima sexta-feira, às 18.45, no Estúdio 444. Trata-se de «Dinheiro do Céu», do realizador Herbert Ross (EUA/1983), e integra-se no ciclo «Filmes Mal-Amados».

Tempo

Fim de Semana



Céu pouco nublado com vento fraco a moderado do quadrante leste e neblina ou nevoeiro matinais. Acentuado arrefecimento nocturno com formação de geada.

e ainda... o JARDIM ZOOLOGICO DE LISBOA! Já lá foi?



Variedades & utilidades

Recordar as eleições de 1980

Este domingo, os portugueses vão ser chamados, uma vez mais, a eleger o Presidente da República. Tal como em 1980, assistimos hoje a uma enorme campanha de desinformação.

Tal como em 1980 — e se bem que a situação não seja igual, embora subsistam muitas semelhanças — os argumentos e os objectivos são, essencialmente, os mesmos.

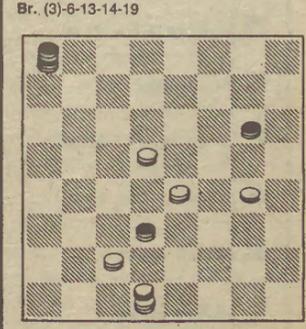
Aqui ficam alguns recortes de jornais da época. Apenas mais uma achega à necessária reflexão. Para que não subsistam dúvidas. A batalha é a mesma. O resultado tem de ser idêntico.

DERROTAR A REACÇÃO DEFENDER ABRIL

O povo português vai hoje às urnas eleger o Presidente da República para o próximo quadriénio. A eleição verifica-se em circunstâncias incomuns, com o País traumatizado pelo desastre do dia 4, em que se morreu em o Primeiro-Ministro e o ministro da Defesa. Esse acontecimento trágico foi explorado por forças empenhadas em evitar a vitória eleitoral da esquerda. Mas não alterou nada aquilo que de fundamental está em jogo hoje. O povo português terá de fazer uma escolha que transcenda os nomes que lhes são apresentados. A derrota da reacção apresenta-se como condição absoluta e indispensável à defesa e à consolidação do regime democrático. O fascismo está à espera; aguarda uma oportunidade para restaurar o passado. Barar o passo à reacção é garantir a defesa da democracia, impedir que se fechem as portas abertas pelo 25 de Abril.

Damas

XXXVI — 24 de Janeiro de 1986
PROPOSIÇÃO N.º 36
Por Jorge Fernandes (Cova da Piedade)
«Matuto» n.º 11, 23.VI.1951
Pr. 11-21-(32)



Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 36
Campeonato Nacional/Algés, 10.VI.85

Br. J. Luís Guerra — Pr. H. Medalha da Silva

- 1. 10-13, 21-18; 2. 12-15, 26-21; 3. 13-17, 29-26; 4. 5-10, 18-14; 5. 10-19, 23-14; 6. 11-18, 21-14; 7. 9-13, 28-23; 8. 15-19, 22-15; 9. 7-11, 14-7; 10. 3-28, 32-23; 11. 6-11, 23-19; 12. 1-5, 19-15; 13. 11-20, 24-15; 14. 4-7, 26-22; 15. 7-11, 15-6; 16. 2-11, 22-19; 17. 11-15, 19-12; 18. 8-15, 27-22; 19. 5-9, 30-27; 20. 13-18, 22-13; 21. 9-18 EMPATE.

GOLPE N.º 36
Por James P. Reed

- 1. 12-16, 23-19; 2. 10-13, 21-17; 3. 13-18, 22-13; 4. 9-18, 19-14; 5. 8-12, 28-23; 6. 12-15, 32-28; 7. 15-19, 26-21; 8. 11-15, 17-13; 9. 19-22, 23-19; Perdentel Jogam as Brancas e Ganham. (Br. 1-2-3-4-5-6-7-15-16-18-22 Pr. 13-14-19-21-24-25-27-28-29-30-31 J. Br. G.)

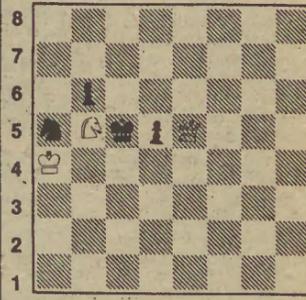
SOLUÇÕES N.º 36 (24.1.86)
N.º 36 (J.F.): 14-18, 32-17; 7-14 + Golpe 36 (J.P.R.): 10. 18-20, 19-12; 11. 7-16, 24-15; 12. 5-10, 14-5; 13. 1-26, 30-14; 14. 22-26; 29-22; 15. 6-11 e 3-26 +

A. de M. M.

Xadrez

XXXVI — 24 de Janeiro de 1986
PROPOSIÇÃO N.º 36
«L'Éclairteur du Sol», 1924

Pr. (4): Pa,b6,d5-Ca5-Rc5
Br. (3): Cb5-De5-Ra4



Mate em 2 lances

JOGO N.º 36
Hilversum/Holanda, 1985
Br. Kasparov — Pr. Timman

- 1. d4,Cf6; 2. c4,e6; 3. Cf3, b6; 4. Cc3, Bb4; 5. Bg5,Bb7; 6. e3,h6; 7. Bh4,g5; 8. Bg3,Ce4; 9. Dc2,B:c3+; 10. b:c3,d8; 11. Bc3,f5; 12. d5,Cc5; 13. h4,g4; 14. Cd4,Df6; 15. 0-0,C:d3; 16. D:d3,e5; 17. Cf5,Bc8; 18. Cd4,e:d4; 19. c:d4,Df5; 20. e4,Dg8; 21. Dc3,0-0; 22. Tf61,Cd7; 23. e5,Bb7; 24. Tc3,b5; 25. Da5,Cb6; 26. D:b5,Dc2; 27. e:d8,c:d8; 28. Tc7,Tf7; 29. T:f7,R:f7; 30. c5,Dc4; 31. Db1,D:d5; 32. Dh7+Rf6; 33. D:h6+Rf7; 34. Df4+Rg8; 35. D:g4+Rf7; 36. Bf4,Bc8; 38. Tc1,Df7; 39. Dg5,Cd5; 40. Dh6+Rg3; 41. Tc5 e as Pretas abandonam em virtude da ameaça: 42. Tg5+!

SOLUÇÕES N.º 36 (24.1.86)
Chave: 1. Df5! Bloqueio!
1. ...Rc4 (Cq5); 2. Dc2 mate
1. ...Rc6 (Cq4); 2. Dc2 mate

A. de M. M.

“Ó meus amigos! Como é fácil dizer mentiras”

DL-28-11-80

LEIRIA, 28 — Ó meus amigos! Como é fácil dizer mentiras. É a. É uma das verdades mais convincentes que ouvi a Freitas

vassalagem a um Presidente escolhido pelos votos da AD. Só ele, Soares Carneiro, está em condições de assegurar a uni-

ra. Mas ele andou com tanta culpa da NATO e ficar a lado. Amarel, consante com quem anda e andou, é ele agora? Estava-se na hora da arma-



Soares Carneiro

Barbosa de Melo avisa Eventual vitória de Eanes seria o fim da democracia

DL-21-11-80

Contemporizar em 1980 com o general Eanes seria o mesmo que contemporizar em 1975 com Vasco Gonçalves — garantiu Sá Carneiro aos quadros nacionais e distritais da Aliança Democrática, que estiveram reunidos em Lisboa para fazer o arranque da campanha eleitoral do candidato Soares Carneiro. Para além de Sá Carneiro, participaram na reunião Frei-



general Ramalho Eanes, tendo o primeiro negado ao actual Presidente da República o direito de se reclamar "hoje do espírito do 25 de Novembro, quando se dispôs a aceitar os votos comunistas". Barbosa de Melo entende que a eventual vitória do general Ramalho Eanes seria o "fim da democracia", sendo esta a razão pela qual o candidato-Presidente "obtem os

cluír que Eanes está a baixar gradualmente de aceitação e Soares Carneiro vê a sua cotação subir progressivamente.

Pessoas individuais, grupos e núcleos profissionais têm diariamente afirmado o seu apoio ao general Soares Carneiro, que ontem recebeu uma carta que lhe foi enviada por professores da Univer-

“O Jornal” revela documento de estratégia Soares Carneiro apresentará Eanes como candidato da instabilidade

O documento que abaixo publicamos encerra a estratégia eleitoral do candidato da Aliança Democrática, general Soares Carneiro e é um documento, classificado como «secreto», da sua candidatura a que «O Jornal» teve acesso. Uma das tónicas principais é o argumento segundo o qual votar no general Ramalho Eanes significa contribuir para um novo clima de instabilidade, pondo em causa o que já se adquiriu, com a vitória nas eleições legislativas. Os líderes da AD têm afirmado que não farão parte do Governo se Eanes vencer, e que a AD acabará, acenando com a ameaça de convulsão

excessiva de poderes que a eleição de Soares Carneiro representa, confundindo, grosseiramente, a concentração de poderes num órgão de Estado com acção convergente de órgãos distintos que mantêm a sua autonomia. O equilíbrio do poder é garantido pela repartição do poder entre a Presidência da República, o Parlamento, o Governo, os tribunais, os poderes regional e local e não pelo conflito entre eles.

Campanha da Liberdade pelo voto certo na hora certa

Está em jogo a democracia!

A destruição da Constituição e limitação das liberdades e direitos dos trabalhadores e de todos os cidadãos, e a restauração do

Carlos Brito defende convergência das forças democráticas para assegurar vitória da liberdade

MARINHA GRANDE — Uma estratégia de convergência... intervenção das forças democráticas para assegurar a vitória da liberdade e da democracia nas eleições presidenciais, Carlos Brito, durante uma reunião de esclarecimento realizada no Teatro Sinesense, nesta vila.

Voto em Eanes é apenas para defender a democracia

DL-28-11-80 — salientou Álvaro Cunhal

«Não é por concordarmos com a política do general Ramalho Eanes que aceitámos, como muito provável, a candidatura de Carlos Brito a indicação do voto em Ramalho Eanes. Se o Eanes é apenas porque permitimos a defesa do regime democrático — afirmou ontem à noite o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, no decorrer de um sessão de esclarecimento que se realizou no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, que se encerra esta noite.



«Como tudo parece indicar é mais «Ostia, não o negamos nem o di-

DP ELEICOES Esmagadora derrota da reacção

ELEITORADO EANES REELEITO

NÃO HESITOU

O general Ramalho Eanes foi, ontem rec eleito Presidente da República Portuguesa com uma percentagem que rondou os 57 por cento, o mesmo acontecendo com a candidatura de Otelo de Carvalho, que nem sequer chegou a 1,5 por cento.

Liaboa e Porto festejaram ruidosamente durante a madrugada, esta vitória clara da democracia, que constitui também uma machadada nos projectos políticos das forças de direita. Ovídio por «o diário», Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, afirmou que os resultados registados constituem «uma estronhada derrota das forças reacçãoistas e do seu plano subversivo: uma clara condenação da política AD e do seu governo, com o qual se identificou inteiramente a candidatura do general Soares Carneiro, o Incoerente expectado do socialismo esquerdista e do chamado «nietismo», em passo decisivo para a defesa e consolidação do regime democrático que a AD pretende liquidar.

ultrapassado pelos feitos de Eanes nos grandes centros urbanos e nas zonas mais desenvolvidas pelo «nietismo» democrático, nomeadamente Setúbal, Santarém, Beira, Fátima, Pombal e Faro. Sim, Lisboa e Porto os êxtos já Presidente da República atingiram valores que não estavam em muitas previsões. O caso dos Açores, onde o candidato da AD foi amplamente derrotado, também não deixa de ser assinalável, tal como, aliás, a ligada derrota sofrida na Madeira. Para Soares Carneiro sobram os distritos de Viana do Castelo, Bragança, Vila Real, Aveiro, Viseu, Região Autónoma da Madeira e Guarda, nos quais de qualquer modo, Ramalho Eanes recebeu vastas maiorias.

Em declaração a «n.º 36» do general Ramalho Eanes, afirmou: «...»